



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E
CONTEMPORANEIDADE
LINHA 3 – EDUCAÇÃO, GESTÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL
SUSTENTÁVEL



TANSIR OMONI SACRAMENTO DOS SANTOS

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O NEOJIBA:
EDUCAÇÃO SUSTENTÁVEL DE JOVENS BAIANOS EM
SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL**

Salvador
2018

TANSIR OMONI SACRAMENTO DOS SANTOS

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O NEOJIBA:
EDUCAÇÃO SUSTENTÁVEL DE JOVENS BAIANOS EM
SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade – PPGEduC do Departamento de Educação Campus I, da Universidade do Estado da Bahia, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof Dr Natanael Reis Bomfim

Salvador
2018

Universidade do Estado da Bahia

Sistema de Biblioteca

Ficha Catalográfica - Produzida pela Biblioteca Edivaldo Machado Boaventura

SANTOS, TANSIR OMONI SACRAMENTO DOS.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O NEOJIBA: : EDUCAÇÃO SUSTENTÁVEL DE JOVENS BAIANOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL / TANSIR OMONI SACRAMENTO DOS SANTOS, TANSIR.-- SALVADOR, 2018.

110 : IL.

Orientador: NATANAEL REIS BOMFIM

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Campus I. Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade - PPGEDUC, 2018

1. Representações sociais; Jovens; Vulnerabilidades sociais; NEOJIBA. I. BOMFIM, NATANAEL REIS II. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Campus I.


CDD: 370

TERMO DE APROVAÇÃO


REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O NEOJIBA: EDUCAÇÃO SUSTENTÁVEL DE JOVENS BAIANOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

TANSIR OMONI SACRAMENTO DOS SANTOS


Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, em 16 de abril de 2018, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia, composta pela Banca Examinadora:



Prof. Dr. Natanael Reis Bomfim
Universidade do Estado da Bahia - Uneb
Doutorado em Educação
Université du Québec à Montréal -UQ, Canadá



Prof. Dr. Helio de Souza Santos
Instituto Superior de Educação Ocidentemnte - ISEO
Doutorado em Administração
Universidade de São Paulo, USP, Brasil



Prof. Dra. Edineiram Marinho Maciel
Universidade do Estado da Bahia - Uneb
Doutorado em Educação e Contemporaneidade
Universidade do Estado da Bahia, Uneb, Brasil



Prof. Dr. Antonio Dias Nascimento
Universidade do Estado da Bahia - Uneb
Doutorado em Sociologia
The University of Liverpool, LIVERPOOL, Inglaterra

Dedico essa dissertação ao meu pai, Jaime F. Pereira dos Santos (em memória), à minha mãe, Ivete Alves do Sacramento e ao meu sobrinho, Enzo Akim.

AGRADECIMENTOS

À Deus, toda honra, toda glória e toda a minha adoração. “Que darei ao Senhor, por todos os benefícios que me tem feito?” (Slm 116:12) Uma vida de dedicação aos seus pequeninos, a todos meninos e meninas desse Estado que carecem de atenção, amor e de políticas públicas.

À minha mãe, Ivete Sacramento e ao meu eterno pai, Jaime Francisco (em memória), agradeço o exemplo, a postura ética e cidadã, que sem dúvida, foram e continuam sendo o meu maior incentivo. Me espelho dia após dia para ser uma cidadã do bem, comprometida com as causas sociais, porque em casa tive o maior exemplo de amor ao próximo e de que tudo é possível se acreditarmos no potencial que há em cada um de nós.

Aos meus irmãos, também agradeço as trocas diárias das experiências profissionais e pessoais. Motivo de muito orgulho, tê-los todos envolvidos e comprometidos com o social, seja na saúde, na educação, nos direitos humanos. Estamos juntos, essa causa é nossa!

Ao meu querido e amado orientador, Natanael Reis Bonfim, meus sinceros agradecimentos. Sou eternamente grata a esse professor, coordenador, orientador, que esteve sempre presente ao meu lado durante toda essa jornada. Um ser cheio de luz, dedicado, parceiro e atencioso. Grata pelo incentivo, apoio, confiança e paciência nesse nosso caminhar.

Aos pesquisadores e pesquisadoras do GIPRES, minha eterna gratidão. Grata pela parceria e contribuições de vocês. Aos Docentes e aos colegas da linha 03 do PPGEDUC, gratidão pelas trocas tão significativas durante esse percurso acadêmico.

Ao Professor Dr. Antônio Dias e ao Professor Dr. Hélio Santos, os meus sinceros agradecimentos. Grata por terem aceitado o convite para participarem da minha banca e contribuírem com a pesquisa. O legado dos senhores tem me ensinado e me inspirado a ser uma profissional cada dia mais atenta e comprometida com as causas sociais. Meu desejo é que o mundo se inspire nas contribuições dos senhores, para que novas sementes do bem sejam plantadas em prol de um mundo melhor, mais justo e mais humano. Gratidão!

À Professora Dra. Edineiram, não poderia ter feito escolha melhor. Não somente agradeço por ter aceitado o convite de estar em minha banca, mas também, agradeço por ser um exemplo, tão presente, de amor aos projetos sociais e ao ensino da Música em nosso país.

À minha família, aos meus amigos de perto e de longe, as tias amadas, grata pela paciência, por respeitarem a minha ausência necessária, por me apoiarem durante a mobilidade acadêmica e por acreditarem em mim, em todo o tempo.

À Professora Dra. Thaís Brito, muitíssimo grata pelas correções e pelas dicas tão preciosas.

Ao programa NEOJIBA, em nome da direção e de todos os meninos e meninas participantes da pesquisa, meus sinceros e estimados agradecimentos.

“Por vezes sentimos que aquilo que fazemos não é senão uma gota de água no mar. Mas o mar seria menor se lhe faltasse uma gota”
(Madre Teresa de Calcutá)

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo apreender o conteúdo das representações sociais sobre o NEOJIBA junto aos jovens em situação de vulnerabilidade social, atendidos pelo programa, na perspectiva de levantar pistas que justifiquem atitudes e/ou orientem práticas socioeducativas sustentáveis. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de abordagem participante, cujo delineamento metodológico tomou como referencial as Teorias das Representações Sociais apoiada na multimetodologia, ancorada na abordagem Processual de Moscovici (2015) e na abordagem Estrutural de Abric (2009). A opção metodológica está ligada ao pressuposto de que as representações sociais são articuladas com base na interação do pensamento popular (do senso comum) com o contexto social em que esse pensamento acontece. Foram 23 jovens entrevistados. Utilizou-se para a coleta de dados, o TALP (Teste de Associação Livre de Palavras) e a técnica do Grupo Focal. Na análise do discurso, identificou-se três unidades base de significação: a compreensão e a dimensão cognitiva dos atores sociais sobre o NEOJIBA (o pensar); os sentimentos, as emoções e as relações interpessoais (o sentir); e o cotidiano do NEOJIBA (o agir). Assim sendo, chegamos à conclusão de que, as representações sociais dos jovens entrevistados sobre o NEOJIBA sinalizam um pensar fundamentado no elemento Música, o que nos permitiu levantar pistas orientadoras e justificatórias dos impactos sociais e educativos, individuais e coletivos advindos por meio das práticas socioeducativas e sustentáveis desenvolvidas por meio dela. Identificamos que o ensino coletivo da Música no programa NEOJIBA se configura uma forte influência na aquisição de valores, na sociabilidade, no desenvolvimento social e na aprendizagem desses meninos e meninas. Sem dúvida, diante do exposto, o programa NEOJIBA pode ser compreendido como um espaço socioeducativo de transformação social, de emancipação e de cidadania. Nesse sentido, elencamos nesse estudo algumas sugestões e recomendações sobre dimensões teóricas, políticas e pedagógicas, como contributos da própria pesquisa, na perspectiva de apontar possíveis reflexões acerca das atitudes que poderão aperfeiçoar as ações pedagógicas e de gestão de engajamento juntos aos respectivos atores sociais no programa e nas comunidades atendidas.

Palavras-chave: Representações sociais. Jovens. Vulnerabilidades sociais. NEOJIBA.

ABSTRACT

This research had the objective of apprehending the content of the social representations about NEOJIBA among the young people in situations of social vulnerability assisted by the program, with the perspective of raising clues that justify attitudes and/or guide sustainable socio-educational practices. It is a qualitative research, with a participatory approach, whose methodological design took as reference the Theories of Social Representations supported by the multi-methodology, anchored in the procedural approach of Moscovici (2015) and the structural approach of Abric (2009). The methodological option is linked to the assumption that social representations are articulated based on the interaction of popular thinking (common sense) with the social context in which this thought happens. There were 23 young people interviewed. One used data collection, TALP (Free Word Association Test) and focal group technique. In the analysis of the discourse, three basic units of signification were identified: The understanding and the cognitive dimension of the social actors about NEOJIBA (the thinking); feelings, emotions and interpersonal relationships (the feeling); and the everyday life of NEOJIBA (the acting). The social representations of the young people interviewed on NEOJIBA indicate a thinking grounded on the music element, and the social, educational, individual and collective impacts of the socio-educational practices developed through it, which configure a strong influence on the acquisition of values, sociability, social development and learning. What gives rise to a lack of attention on the insertion of music in the field of Education in contemporary times, since we experienced setbacks in the curriculum of basic education and a scenario with still low valuation of these socio-educational practices in the various educational contexts. What is perceived is that these representations involve intersubjectivities and are defined through the relationship between thinking, feeling and acting of these social actors, which are intertwined, determined and determine daily practice itself, whether from contradictions or complementarities constituted collectively. This allowed us to conclude that Music presents itself as social representations shared by these boys and girls inserted in the program, anchored by values such as musical excellence, commitment, discipline, responsibility, inherent in the own practices of collective teaching, without losing sight as well the idea of social development and learning, also evoked as intermediary elements supporting the core of the social representations presented.

Keywords: Social representations. Young. Social vulnerabilities. NEOJIBA.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 –	Núcleo figurativo do NEOJIBA	71
Figura 02 –	Desenho 1	74
Figura 03 –	Desenho 2	75
Figura 04 –	Desenho 3	77
Figura 05 –	Desenho 4	77

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 –	Perfil dos jovens entrevistados	68
Tabela 02 –	Hierarquização de palavras – “NEOJIBA”	95
Tabela 03 –	Agrupamento da hierarquização de palavras- “NEOJIBA”	96
Tabela 04 –	Caracterização do núcleo figurativo da RS do NEOJIBA	98

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 –	Quanto Estudar e Trabalhar na Região Metropolitana de Salvador	35
Gráfico 02 –	Populações de Salvador por faixa etária	36
Gráfico 03 –	Aglomerados Subnormais por faixa etária	36
Gráfico 04 –	Cor e/ou Raça	38

LISTA DE QUADRO

Quadro 01 – Estado da Arte

91

LISTA DE SIGLAS

ANPED – Associação Nacional de Pesquisa em Educação
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina
CPA - Comissões Permanentes de Avaliação
CRAS – Centro de Referência da Assistência Social
DIESSE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EJA – Educação de Jovens e Adultos
GIPRES – Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Representações, Educação e Sustentabilidade
IASPM – Instituto de Ação Social Pela Música
IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFAL – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas
NEOJIBA – Núcleos estaduais de Orquestras Juvenis e Infantis da Bahia
OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
ONGS – Organizações Não Governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas
OS – Organizações Sociais
PNE – Política Nacional de Educação
RS – Representações Sociais
TALP – Teste de Associação Livre de Palavras
TRS – Teoria das Representações Sociais
UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UNAM/ APPEAL – National Autonomous University of Mexico/
UNEB – Universidade do Estado da Bahia
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNFPA – Fundo de População das Nações Unidas
UPE – Universidade de Pernambuco
UEPE – Universidade Federal de Pernambuco
V CONEDU – 5º Congresso Nacional de Educação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 EDUCAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE: JUVENTUDE, VULNERABILIDADE E PROJETOS SOCIAIS	17
2.1 PROCESSO FORMATIVO DA PESQUISADORA: PENSAMENTO E AÇÃO SOCIAL.....	27
2.1.1 O programa social NEOJIBA e experiências significativas da pesquisadora.....	29
2.2 DO FENÔMENO SOCIAL AO OBJETO DE ESTUDO: VULNERABILIDADE, EDUCAÇÃO E REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE JOVENS SOBRE O NEOJIBA.....	29
2.3 LEITURA DOS ESTUDOS SOBRE OS CONSTRUCTOS; “REPRESENTAÇÕES SOCIAIS”, “PROJETOS SOCIAIS”, “VULNERABILIDADE DE JOVENS” E “EDUCAÇÃO”	42
3 ANCORAGENS TEÓRICO-CONCEITUAIS: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, EDUCAÇÃO E VULNERABILIDADE SOCIAL	46
3.1 EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE: UM OLHAR PARA ALÉM DO QUE ESTÁ POSTO.	52
4 CAMINHOS DA PESQUISA: MÉTODOS E TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO DAS RS SOBRE O NEOJIBA	58
4.1 SUJEITOS DA PESQUISA	59
4.2 LOCUS DA PESQUISA	59
4.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	60
4.3.1 Questionário sociodemográfico	63
4.3.2 Teste de evocação livre de palavras	64
4.3.3 Desenho.....	65
4.3.4 Grupo focal.....	65
4.4 A ANÁLISE DOS DADOS	66
5 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE NEOJIBA: OS JOVENS PENSAM, SENTEM E AGEM	68
5.1 NÚCLEO FIGURATIVO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O NEOJIBA.	69
5.2 DESENHANDO E DISCUTINDO SOBRE O NEOJIBA.....	68
5.2.1 Dimensão cognitiva dos atores sociais sobre o NEOJIBA (o pensar)	70
5.2.2 O cotidiano do NEOJIBA (o agir).....	72
5.2.3 Sentimentos, emoções e relações interpessoais (o sentir)	76
5.3 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O NEOJIBA: EDUCAÇÃO SUSTENTÁVEL DE JOVENS BAIANOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE.....	77
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS	82
ANEXOS	91
APÊNDICE	104

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como objetivo apreender as Representações Sociais (RS) sobre os Núcleos Estaduais de Orquestras Juvenis e Infantis da Bahia (NEOJIBA), na perspectiva de levantar pistas justificatórias e orientadoras de práticas socioeducativas e de estratégias pedagógicas, junto aos jovens em situação de vulnerabilidade social, assistidos pelo referido programa. Vale salientar que, o NEOJIBA é um programa em expansão no Estado da Bahia, cuja missão é promover o desenvolvimento e a integração social de crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social por meio do ensino coletivo de música, que hoje já atende de forma direta, 1600 integrantes e, aproximadamente 4.500 indiretamente na região metropolitana de Salvador e em demais municípios do Estado da Bahia.

Na perspectiva de suscitar reflexões que contribuam com as práticas de gestão e de engajamento junto aos respectivos atores sociais, que impactam e/ou são impactados por estas práticas socioeducativas e de fomento de atividades cidadãs, apresentamos uma perspectiva histórica e uma reflexão teórica sobre os setores da sociedade organizada que vêm desenvolvendo ações voltadas para a educação de crianças e de jovens em situação de vulnerabilidade e/ou risco social na sociedade contemporânea. Vale salientar que estes espaços vêm se consolidando e se expandindo por diversos motivos, tais como: sociais, culturais, econômicos, educativos, por meio de ações e de práticas desenvolvidas tanto pelo Estado, quanto pelo terceiro setor, denominado por organizações sociais, sobretudo, por meio de iniciativas de movimentos sociais, associações, igrejas, fundações, etc. Entretanto, esses espaços ainda continuam sendo implantados e planejados tendo pouca participação dos jovens, a elas destinadas. Atores sociais importantes para validar os impactos sociais esperados.

Diante desse cenário, emergiram as seguintes inquietações: quais as representações sociais sobre o NEOJIBA junto aos jovens atendidos pelo programa? Como essas representações podem orientar práticas socioeducativas sustentáveis dos e (para) os atores sociais e gestores envolvidos, visando impactos individuais e comunitários advindos dessas ações? E entendendo a vulnerabilidade e/ou risco social como fenômenos perceptíveis na realidade, justificamos a Teoria das Representações Sociais (TRS) como base desse estudo sobre como os jovens desse programa pensam, sentem e agem nesses espaços. Assim, o estudo sobre as RS sobre o NEOJIBA pode revelar pistas que orientem práticas desenvolvidas.

Para contextualizar a pesquisa, é importante salientar que se trata de uma dissertação desenvolvida pelo Programa de Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da

Bahia, ancorada a linha de pesquisa Educação, Gestão e Desenvolvimento Local Sustentável, referendada também ao Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Representações, Educação e Sustentabilidade.

Dito isto, o primeiro capítulo apresenta um panorama da Educação na contemporaneidade junto aos *constructos* juventude, vulnerabilidade e projetos sociais. Apesar da crescente adoção dos projetos sociais como espaços educativos, ainda assim, é limitada a reflexão por parte dos próprios educadores sobre o tema. Destacamos pelo estado arte, a carência de estudos aprofundados sobre estes espaços socioeducativos no campo da Educação, mesmo, identificando e reconhecendo que se consolidam nessa perspectiva ao entendermos a Educação como uma práxis social, cujo o objetivo é a emancipação, a cidadania e a promoção social dos sujeitos, estimulando e favorecendo suas capacidades de criticidade e de reflexão.

Ainda no primeiro capítulo, foi traçado o percurso formativo da pesquisadora, em que se percebe que a temática de políticas sociais está imbricada não somente nos espaços acadêmicos, mas também em seu contexto familiar. Em seguida, foi realizado um estudo do fenômeno social das vulnerabilidades sociais ao objeto de estudo (NEOJIBA). Finalizando o capítulo com a leitura dos estudos sobre os *constructos*: representações sociais, projetos sociais, vulnerabilidade de jovens e Educação.

No segundo capítulo, discutimos as bases teórico-conceituais das RS, da Educação e das vulnerabilidades sociais. Em seguida, apresentamos breves aportes teórico-conceituais da Teoria das Representações Sociais a fim de justificarmos a escolha da mesma. Após as ancoragens teóricas-conceituais concluímos que a respectiva teoria pode ser um suporte teórico metodológico de garantia de direito à participação e à colaboração frente à legitimação das práticas socioeducativas desenvolvidas pelos programas sociais acerca das vulnerabilidades encontradas. E, compreendemos que, somente ao implicarmos os atores sociais, os quais as políticas sociais (educacionais) e/ou os programas sociais são direcionados, é que de fato, poderemos legitimar estas ações como eficazes e eficientes em seus propósitos.

Os caminhos metodológicos que utilizamos na pesquisa compõem o terceiro capítulo. Este tomou como referencial a Teoria das Representações Sociais, apoiada na multimetodologia, ancorada na abordagem Processual de Moscovici (2015) e de Jodelet (2001) e na abordagem Estrutural de Abric (1994). Foi uma pesquisa participante com 23 jovens integrantes do programa NEOJIBA. Para coleta de dados, utilizamos o Teste de Associação Livre de Palavras (TALP) e a técnica do grupo focal, em que o desenho foi um dispositivo indutor utilizado para facilitar o discurso dos jovens que participaram da pesquisa.

O quarto capítulo foi intitulado representações sociais sobre o NEOJIBA, os jovens pensam, sente e agem. A partir destes três conceitos, emergiu o núcleo figurativo das representações sociais sobre o programa apoiada na análise do discurso dos meninos e meninas participantes que referendaram as representações sobre este objeto. Para tal, utilizamos como categorias: A dimensão cognitiva dos atores sociais sobre o NEOJIBA (o pensar); O cotidiano do NEOJIBA (o agir); e Sentimentos, emoções e relações interpessoais (o sentir).

Para concluir, destacamos a importância da Música como elemento do núcleo central das representações sociais sobre o NEOJIBA, ancoradas nos valores emergidos sobretudo pelas próprias práticas de ensino coletivo desenvolvidas, ratificando a ideia de desenvolvimento social e de aprendizagem que surgiram como elementos intermediários protegendo e respaldando as representações que são construídas coletivamente por esses atores sociais. O que, por fim, nos permitiu apontar possíveis pistas orientadoras e justificatórias das práticas socioeducativas e sustentáveis no referido programa e nas comunidades atendidas, na qual propomos algumas sugestões que possam contribuir não somente para a gestão e para o engajamento dos mesmos ao programa, mas também apresentamos recomendações epistemológicas, políticas e pedagógicas, como contributos relevantes da pesquisa.

2 EDUCAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE: JUVENTUDE, VULNERABILIDADE E PROJETOS SOCIAIS

Nas últimas décadas, tanto no Brasil, como em outras partes do mundo, alguns setores da sociedade organizada vêm desenvolvendo ações voltadas para a Educação, prioritariamente de crianças, adolescentes e jovens em situação de risco ou de vulnerabilidade social (DIAS, 2014). Isso se deve ao contexto socioeconômico, político, histórico e cultural em que nos encontramos, marcado por uma história de colonização, de discriminação, de dominação e de marginalização que incitam práticas sociais contemporâneas frente a estes fenômenos.

Embora, não se trate de uma análise conceitual e crítica sobre as problemáticas contemporâneas do Brasil, contudo, necessário é pontuar que as vulnerabilidades sociais tratadas nesse estudo podem ser entendidas frente ao que o pesquisador e professor Santos aponta como um “emaranhado enigmático de cacoetes culturais complexos” que se fizeram presentes na cultura do desenvolvimento do nosso país (SANTOS, 2001 *apud* SANTOS, 2004). Que, por sua vez, nos revelam que por razões já mencionadas (sociopolíticas, históricas e coloniais), o tal progresso ou “a chamada emancipação social não foram outrora feitos ou pensados para atingir determinada parcela da população” (SANTOS, 2004, p 175).

O pesquisador ainda menciona outros fatores que têm contribuído para o cenário de vulnerabilidades vistos na nossa conjuntura atual. Há exemplos: a abolição da escravidão tardia, em que durou 354 anos (1534-1888), sendo o Brasil, o país que recebeu o maior número de africanos (40% de todo o tráfico) e ainda foi o último a abolir o escravismo; a negação das discriminações e do racismo crônico, pois, somente propicia invisibilidade às questões e provocam atrasos para se fazer e se repensar as políticas públicas de ações afirmativas; outra questão pertinente, é em relação a empregabilidade, para ele, não se trata de um país sem emprego, mas sim, a colossal informalidade a qual supera o mercado formal, agravada, recentemente, pela nova reforma trabalhista, em que reforça a precarização do trabalho; e tão importante quanto, é também refletir sobre os fatores socioeconômicos para além do capital, “não entender que as variáveis não-econômicas (como políticas de igualdade de oportunidades, desenvolvimento da autoestima, valorização da identidade nacional e da cultura) são cruciais para um desenvolvimento efetivo acaba sendo um outro tipo de consenso negativo”. (SANTOS, 2004, p 177),

A ideia de trazer ao debate essa breve reflexão crítica a respeito de velhos e de novos problemas do Brasil, no campo do desenvolvimento das sociedades contemporâneas, é para

auxiliar a compreensão do sentido mais abrangente que pretendemos tratar a respeito dos fenômenos das vulnerabilidades sociais, aqui nesse debate.

Assim sendo, vale ressaltar que, ampliaremos, no presente estudo, a visão do conceito de vulnerabilidade social, para além das primeiras contribuições conceituais de Hall e Glewce, que restringiam a compreensão de vulnerabilidades focalizando apenas o viés econômico (MONTEIRO, 2011). Propomos aqui, romper o entendimento dessa condição, buscando entender não somente os sujeitos mais desprovidos da sociedade, mas também compreender as múltiplas contingências presentes no contexto social, nas quais os sujeitos sociais dessa pesquisa estão inseridos e que propiciam e retroalimentam as condições e as situações de vulnerabilidades e/ou riscos sociais dos mesmos. O que significa dizer que, nessa pesquisa, tomaremos o conceito de vulnerabilidades sociais, como um fenômeno social que vai além da noção de pobreza.

Segundo Souza et al. (2014), os chamados projetos sociais são tentativas de reorientar os setores sociais que não conseguiram ter espaço na ordem moderna. Ainda nesse contexto socioespacial, é possível observar que, a expansão dos projetos sociais vem se consolidando por diversos motivos, sobretudo, ligados às raízes sociais e culturais das práticas assistenciais e educativas dos movimentos sociais organizados, tanto em associações, como em fundações, igrejas, passando também a ser desenvolvida por meio de iniciativas públicas e privadas.

A reflexão sobre os referidos espaços não formais do campo educacional na contemporaneidade não somente tem sido um desafio para a Educação, mas também para demais campos do conhecimento, como a Sociologia, a Psicologia Comunitária/Social, a Antropologia, a Saúde Coletiva, entre outras. Assim sendo, constatamos que, nas últimas décadas, essa temática vem ganhando espaço em eventos importantes do país.

Nesse sentido, foi percebido, mesmo que, ainda de forma tímida, o tema apresentado tem se consolidado em vários espaços deliberativos e de fomentação de ampla discussão sobre o campo da Educação e as novas configurações emergentes da contemporaneidade. O que demanda a inclusão no debate educacional, as perspectivas sociais e os seus coletivos. Sendo assim, tomo, por exemplo, a ANPED¹ (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), ao ampliar o debate no Grupo de Trabalho 3, atualmente denominado: Movimentos sociais, sujeitos e processos educativos. O GT 03 tem sua origem em 1981, com a criação do GT “Educação para o meio rural”, sob coordenação da professora e pesquisadora Maria Julieta Calazans (UERJ). Em 1993, o GT 03 amplia o seu olhar e as suas discussões sobre a relação

¹ <http://www.anped.org.br/sobre-anped>

entre os movimentos sociais e a educação, passando a se chamar “Movimentos sociais e Educação”, novamente sob a coordenação da Profa. Julieta Calazans, com a Profa. Maria da Glória Gohn (Unicamp) como vice coordenadora, inclui-se no debate os paradigmas na análise dos movimentos sociais, os novos movimentos sociais e os processos educativos formais e não formais. Em 2010, a Profa. Maria Antônia de Souza (UTP/UEPG) assume a coordenação do GT3, e em outubro do mesmo ano, o GT passou a se denominar Movimentos sociais, sujeitos e processos educativos, fruto de longas discussões teóricas sobre os objetos de investigação do GT. Levou-se em consideração uma ampliação do campo para novos temas e abordagens teóricas cuja ênfase em vários estudos têm priorizado a discussão sobre os sujeitos e os processos educativos presentes nas ações coletivas e movimentos sociais diversos (ANPED, 2017).

Nessa perspectiva, também temos o V CONEDU (Congresso Nacional de Educação)², que apresenta no GT 05, sob a coordenação da Prof. Dra. Margareth Mello, também o tema “Movimentos sociais, Sujeitos e Processos Educativos”. O grupo de trabalho nesse evento tem como proposta analisar as relações entre os sujeitos e os processos educativos no contexto social e político. O grupo busca compreender as questões que envolvem os movimentos de diferentes campos, tais como: Educação Popular, Educação do Campo, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e diversas formas de expressão - Mulheres, Negros, Homossexuais, Jovens - ressaltando o caráter identitário e o direito ao exercício da cidadania nesses múltiplos espaços educativos. Sendo assim, a sua principal missão tem sido discutir as possibilidades didático-pedagógicas dos processos educativos para o seu fortalecimento.

Na Bahia, identificamos alguns eventos acadêmicos importantes que também têm dado visibilidade, através dos debates, ao papel humanístico e transformador dos espaço não formais da educação, como por exemplo, o I Congresso Internacional e III Congresso Nacional Movimentos Sociais e Educação, realizado na Universidade Estadual de Santa Cruz, em que contou com palestrantes de diversos países como o Dr. Antônio Teodoro, da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa; a Dra. Marcela Gómez Sollano, da UNAM/APPEAL e, outros conferencista nacionais, que dialogaram também sobre a Juventude na contemporaneidade, entre outros temas relacionados, dentre eles destacamos o prof. Dr. Geraldo Leão, da UFMG, a prof. Dra. Eliane Ribeiro Andrade, da UniRio e o Prof. Dr. Valdélcio Santos, da UNEB. O que se percebe que a discussão vem recebendo destaque em diversas instituições de fomento ao ensino, a pesquisa e a extensão do nosso país e do mundo.

² www.conedu.com.br

O que nos leva a crer também que, este tema vem sendo uma tendência contemporânea para debates entre a sociedade civil, educadores de variados campos do conhecimento, cientistas sociais, formadores de opinião e gestores públicos, uma vez que estamos presenciando uma diversidade de ação e de atuação envolvendo práticas sociais e educativas diferenciadas e emergente nesta nossa era. Ou seja, nos últimos anos, tem crescido o número de projetos e de programas que envolvem práticas socioeducativas sendo realizadas tanto na esfera governamental quanto não governamental; outros, ainda, resultantes de parcerias entre Estado e organizações não governamentais e/ou empresariais. E, ultimamente, pode-se dizer do que se tem visto na mídia, que há também uma farta proliferação de atividades que envolvem ações educativas para um público vulnerável em comunidades, favelas, associações de bairro, clubes e tantas outras formas de agrupamentos sociais.

Para o educador e sociólogo Antônio Dias (2014), apesar da crescente adoção dos projetos sociais como forma de ação educativa, mesmo com a conquista de fomento à discussão sobre os “movimentos sociais, processos educativos e sujeitos” nos referidos eventos acadêmicos, ainda é limitada a reflexão sobre a importância desses projetos/ programas sociais e a compreensão do seu sentido na contemporaneidade.

Ainda segundo o autor, os projetos sociais podem ser compreendidos de forma diferenciada conforme perspectiva neles assumidas. Para uns, os projetos sociais, na atualidade, representam uma pedagogia em evidência para lidar com pessoas em situação de risco, constituindo-se como mais um recurso educacional dentro do campo da Educação. Para outros, aqui nos referimos ao mundo empresarial, o apoio aos projetos sociais representa uma ação de responsabilidade social. Entretanto, nesta última perspectiva, ação não se revela com total clareza sobre quem verdadeiramente será beneficiado, se a empresa, ao melhorar a sua imagem mercadológica e se beneficiar da renúncia fiscal concedida pelo Estado, ou se, os sujeitos, público alvo dessas ações (DIAS, 2014).

Sobre esse assunto, Maria Glória Gohn (1992 *apud* DIAS, 2014) distingue as práticas socioeducativas realizadas pelas Organizações da Sociedade Civil ou pelos movimentos sociais, daquelas outras Organizações ligadas às empresas privadas. Para a pesquisadora, estas últimas podem assumir o caráter de reparação social e a primeira, também chamada por Gohn de ONGs militantes, assumem um caráter de transformação social.

Segundo Gohn (1992 *apud* DIAS, 2014), os projetos sociais ministrados pelas ONGs militantes do terceiro setor tendem a surgir como uma construção oriunda da ação de seus integrantes, visando à formação de cidadãos conscientes de si e da realidade na qual estão

inseridos e aptos a transformá-las, buscando a conquista de uma ordem social mais justa e mais humana.

A título de completar o que foi exposto, Magali Kleber (2014) afirma que o terceiro setor tem se apresentado como a dimensão da sociedade em que proliferam os movimentos sociais organizados, as ONGs, atualmente chamados também de Organizações da Sociedade Civil. E nesse contexto podemos observar uma significativa oferta dessas ações educativas ministradas por elas ligadas prioritariamente para indivíduos em situação de exclusão, de vulnerabilidade ou risco social.

Vale ressaltar que o primeiro setor é entendido como a dimensão governamental, responsável diretamente pelas questões sociais, saúde, educação e seguridade social. O segundo setor, por sua vez, engloba empresas de caráter privado, cujo foco geralmente é o lucro financeiro propriamente dito. E mediante as fragilidades e a ineficiência do Estado em cumprir o seu papel, o terceiro setor tem emergido como uma dimensão institucional e política constituída por organizações sem fins lucrativos e não governamentais a fim de gerar serviços de caráter público para a sociedade civil (KLEBER, 2014).

Nesse contexto, surgiram as Organizações Sociais, iniciativa que emergiu num contexto de crise de Estado na década de 90, em um momento de expansão dos ideais neoliberais no país, em que frente as fragilidades, optou-se em descentralizar a hegemonia do Estado frente as suas atribuições legais, permitindo repassar para o terceiro setor, por meio de um contrato de gestão, a permissão para atuação pública de caráter social.

Segundo preconizado na Lei das OCIPIS (9.790/99)³, tais organizações se caracterizam por serem pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, que integram o chamado terceiro setor e prestam, por meio de parcerias, serviços públicos não exclusivos do Estado, como, por exemplo, saúde, ensino e outras atividades previstas no Art. 1º da lei 9637. Essas parcerias se estabelecem por meio de contratos de gestão, que perfazem o vínculo jurídico entre o Estado e as entidades por este qualificadas como Organização Social, além disso, discriminam superficialmente as atribuições, as responsabilidades e as obrigações do Poder Público e de suas parcerias.

Vale pontuar aqui, que, o objeto social do respectivo estudo, o programa Social NEOJIBA (Núcleos Estaduais de Orquestras Juvenis e Infantis da Bahia) é fruto de uma iniciativa da sociedade civil, por meio de uma Organização Social, gerenciada pelo Instituto de

³Lei da qualificação como organização da sociedade civil. Brasília, 23 de março de 1999; 178º da Independência e 111º da República.

Ação Social Pela Música (IASPM), que pactuou um contrato de gestão em 2009 com o Governo do Estado da Bahia, para atuar nas áreas da Educação, Cultura e Desenvolvimento Social. Nesse sentido, a Organização Social passa a atuar como uma política pública voltada para um público prioritário de crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social, de diversas comunidades da Região Metropolitana e do interior do estado.

Podemos dizer, então, que ela surge a partir de iniciativa do terceiro setor como uma extensão do primeiro setor. Hoje, as práticas socioeducativas desenvolvidas pelo programa já contemplam 1600 integrantes de forma direta e aproximadamente 4.500 de forma indireta. Abordaremos mais sobre o respectivo objeto e lócus de pesquisa mais adiante.

Diante desse quadro, e de uma reflexão criteriosa a respeito das perspectivas aqui apresentadas sobre projetos sociais, passamos a perceber que os diversos caminhos apontados vislumbram, de certa forma, realidades que requerem novos mecanismos e procedimentos estratégicos, bem como, formas alternativas de gestão para enfrentar os desafios da nossa era e a busca constante de alternativas de ações que visem promover, de fato, a melhoria da qualidade de vida da nossa população mais vulnerável.

Assim, na condição de educadores, corroboramos com NASCIMENTO (2009) quando diz que não podemos negligenciar o compromisso que a Educação tem com a ética – “entendida como aperfeiçoamento da consciência moral da qual todas as pessoas são portadoras pela sua própria condição de seres humanos” (BAUMAN, 1997 *apud* DIAS, 2014. p.53). Desta forma, não podemos perder de vista a importância que os projetos sociais vêm assumindo graças ao seu potencial transformador, humanístico e de sustentabilidade, contudo, mesmo com todas essas informações e constatações, ainda assim, muitos profissionais do campo educacional ainda permanecem indiferentes sobre a temática.

Hoje, podemos dizer que, no Brasil, as práticas socioeducativas nos espaços de projetos sociais, em sua maioria, visam contribuir para promover mudanças qualitativas e/ou quantitativas na vida das pessoas e/ou das comunidades envolvidas; assim como, fomentar a promoção social e a emancipação dos sujeitos, estimulando e favorecendo a capacidade crítica e a reflexão de si e de sua realidade. Contribuições estas significativas à constituição de uma sociedade contemporânea, mais consciente e mais sustentável.

À vista disso, dando um salto significativo em nossa história, partimos do pressuposto do cidadão contemporâneo, visto como um ser real, inacabado, incompleto, inconcluso, ser de ligação constante com o mundo. O mundo, por sua vez, concebido em sua essência como um campo de transformação, em que nos coloca em constante evolução, nos impulsionando a

ressignificarmos a própria ideia de Educação na contemporaneidade. Assim, é pertinente compreendê-la como uma Educação problematizadora, a qual visa transformar a realidade vigente a partir do protagonismo dos próprios sujeitos envolvidos, os quais estão em processo contínuo de formação, daí a ideia de uma Educação sustentável.

Os espaços não normativos da Educação, neste caso, também os projetos sociais, se solidificam nessa contextualização, pois entendem o conhecimento e a busca do saber no campo educacional como algo a ser construído na dialética cotidiana, em que de fato visa a transformação social dos indivíduos. O objetivo real é a promoção e a emancipação do sujeito, estimulando e favorecendo sua capacidade de criticidade, de reflexão e de valorização das suas riquezas naturais e das suas potencialidades. Nessa perspectiva, o educador passa a assumir o papel de mediador, com autoridade, mas sem autoritarismo, para conduzir as discussões, os diálogos, respeitando e valorizando o saber coletivo e às diferenças culturais.

Morin (2001) ensina que precisamos reaprender nossa condição humana, reconhecendo-a em sua complexidade, daí a importância do diálogo. É necessário pensarmos a Educação na contemporaneidade como um espaço de democratização do acesso ao conhecimento, visto que, vivenciamos um fenômeno em que a produção de conhecimento ocorre em tempo real, e isto gera a necessidade de aprendermos a compartilhar, analisar, interpretar e partilhar as informações, impulsionando-nos a refletir sobre a gestão no campo educacional e sobre essa nova relação do saber, a qual se torna mais dinâmica e constante. Nesse sentido, a democratização do conhecimento também se torna a democratização do poder, quando esta passa a assumir uma essência libertadora.

A grande diferença da Educação formal tradicional (a escola), da Educação não formal (projetos sociais) é que a primeira, enquanto instituição normativa, tende a não se relacionar com a sociedade e não dialogar com o seu entorno. Muitas vezes, estas se colocam em uma posição de “poder absoluto” e se constituem como um universo paralelo dentro dos seus muros, uma tradição (individualizada e fragmentada) herdada pela Modernidade. Há uma necessidade emergente de transcendermos os muros e dialogarmos com esses diversos saberes que nos constituem e se fazem presentes nesses diversos espaços que nos relacionamos. Nesse contexto, a escuta, o diálogo e as representações sociais dos atores sociais envolvidos se tornam relevantes e essenciais.

Jaques Delors, no relatório da UNESCO “Educação para o século XXI” refere:

Os sistemas educativos formais são, muitas vezes, acusados e com razão, de limitar a realização pessoal, impondo a todas as crianças o mesmo modelo

cultural e intelectual, sem ter em conta a diversidade dos talentos individuais. Tendem cada vez mais, por exemplo, a privilegiar o desenvolvimento do conhecimento reproduzido em detrimento de outras qualidades humanas como a imaginação, a aptidão para comunicar, o gosto pela animação do trabalho em equipe, o sentido do belo, a dimensão espiritual ou a habilidade manual (DELORS, 1998, p 48).

Este autor aponta e nos provoca acerca de alguns dilemas com os quais nos deparamos ao pensarmos numa verdadeira Educação sustentável e de qualidade para nossas crianças e jovens. É necessário considerarmos a diversidade de talentos individuais, mas igualmente, ter em conta a diversidade dos meios de acesso ao conhecimento, de acordo com a multiplicidade de modelos culturais, sociais ou intelectuais presentes em nossa sociedade. Assim como, precisamos estar disponíveis para aprendermos uns com os outros.

Surge daí a importância das ações socioeducativas nos espaços de projetos sociais, as quais visam contribuir para promover o empoderamento e a emancipação de crianças e jovens envolvidas nesses espaços, como também a autonomia das comunidades. A ideia de ações socioeducativas abordada na presente dissertação enfatiza ações fundamentadas em uma visão participativa, educativa, dialógica e, também, na valorização das diferenças culturais, tendo em vista a forte tendência que nós pesquisadores e pesquisadoras da área temos em generalizar a terminologia como restrita às ações da política de assistência social. Logo, o caráter educativo trazido para esta realidade se consolida na ideia de uma Educação contemporânea em que se entende a Educação também como uma Práxis Social.

Nesse contexto, vale ressaltar que a Educação não se reduz e se encerra ao ambiente escolar. “Assim, novos sujeitos, outros espaços de intervenção e metodologias diversas têm merecido atenção por parte de educadores, pesquisadores e gestores, quer no âmbito das políticas públicas, quer por parte das universidades e suas propostas de ensino, pesquisa e extensão” (ZUCCHETTI; MOURA, 2010, p.03).

Atualmente, no Brasil, os programas e projetos sociais tornam-se parte integrante da sociedade, bem como a família e as escolas, cabendo-lhes também a divulgação e a consolidação de valores, uma vez que visam à participação crítica e responsável dos sujeitos nos diversos segmentos que a compõem, bem como, a formação humanizada e cidadã.

Para tanto, é necessário ressaltar que qualquer política de Educação de caráter contemporâneo deve estar à altura de enfrentar os desafios essenciais presentes em nossas realidades política, econômica e social. Enquanto educadores e corresponsáveis pelas transformações sociais, devemos promover uma educação intercultural, que seja verdadeiramente um fator de coesão social e de ressignificações sociais e individuais.

É importante, sobretudo, que cada profissional que se propõe a ocupar este lugar de educador e de educadora se permita refletir, reavaliar suas práticas e, principalmente, disponha-se a conhecer a cultura e a realidade da comunidade em que atua; bem como, a discutir sobre a subjetividade peculiar de cada educando, de cada cidadão ali presente, estimulando, assim, as lideranças dessas comunidades.

Diante disso, na perspectiva intercultural, a Educação pode ser um fator de coesão desde que respeite a diversidade dos indivíduos e dos grupos humanos, evitando tornar-se mais um fator de exclusão social, particularmente para as crianças e jovens em situações de vulnerabilidade. O respeito à diversidade e à especificidade dos indivíduos constitui, de fato, um princípio fundamental, que deve ser inerente a toda forma de prática educativa, seja normativa ou não normativa, formal ou informal.

Os projetos sociais geralmente são pensados e propostos para solucionar um problema ou uma necessidade social e seus objetivos, segundo Maximiliano (1997, p.20 *apud* SOUZA; et al., 2014, p.11), são definidos em função de “um problema, oportunidade ou interesse de uma pessoa, grupo ou organização”

Segundo Dias (2014, p.53), os projetos sociais destinam-se, em geral, às pessoas – sobretudo crianças e jovens – “que vivem em condição de risco social, ou em situação de vulnerabilidade social, caracterizada por diversas circunstâncias, tais como pobreza, extrema pobreza, acesso reduzido aos benefícios sociais disponibilizados pelo Estado, vivência de rua, defasagem e/ou evasão escolar, dentre outros”. Por tanto, faz-se necessário atentar-se ao fato de que, em grande medida, os indivíduos inseridos nos projetos sociais podem trazer marcas de exclusão social, expressas na condição de “desumanização” (FREIRE, 1978 *apud* DIAS, 2014). Tais características são descritas por Bauman (2005 *apud* DIAS, 2014) como refugos humanos ou consideradas vidas desperdiçadas.

Tendo em vista o exposto, ao se pensar na juventude brasileira, público alvo também prioritário desses projetos, é mister a discussão sobre a provável relação existente entre o fenômeno das vulnerabilidades sociais e os respectivos impactos que estes proporcionam à sociedade, como a exclusão social, a baixa escolaridade e a possível falta de perspectivas para a maioria desses jovens, os quais geralmente são pobres e de comunidades periféricas.

O grau de vulnerabilidade das crianças e dos jovens brasileiros podem variar conforme o grau de socialização que eles experimentam em seu cotidiano. Visto que há jovens que, ainda que vivam em risco social, pelo menos moram junto aos seus pais, irmãos, parentes e vizinhos. Outros, no entanto, mesmo vivendo

em família, já estão em contato com atividades desviantes, como tráfico, a prostituição e outras situações degradantes (DIAS, 2014, p. 57)

Segundo os dados mais recentes do IBGE, no Censo 2010, os jovens ocupam hoje um quarto da população do País. Isso significa 51,3 milhões de jovens de 15 a 29 anos vivendo atualmente no Brasil, sendo 84,8 % nas cidades e 15,2 % no campo. A pesquisa ainda mostra que, 53,5% deles trabalham, 36% estudam e 22, 8% trabalham e estudam simultaneamente. Apenas 16,2% dos jovens de todo o país chegaram ao ensino superior, 46,3% apenas concluíram o ensino médio e 35,9% têm sua escolaridade limitada ao ensino fundamental (IBGE).

Nesse contexto, ampliam-se as necessidades de intervenções na melhoria da escolarização dessa população; implantação e implementação de Projetos e Programas Sociais (governamentais ou não governamentais) articulados à Educação, à Assistência Social e à Cultura visando o desenvolvimento integral dos mesmos.

Uma informação importante a ser trazida é que pensando em mapear todas as Organizações da Sociedade Civil, que são compostas ou dirigidas por/para jovens, que debatem ou desenvolvem ações para a juventude no Estado da Bahia, o Governo do Estado criou o Mapa da Juventude Organizada – Bahia⁴, disponível no presente momento para cadastramento no site da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social. Por conta disso, os dados não puderam ser trazidos, apenas após este levantamento, a comunidade baiana poderá ter uma maior dimensão e conhecimento dos espaços socioeducativos, além do Programa NEOJIBA, que vem sendo desenvolvido para esse público no estado

Diante de tudo que foi exposto, podemos depreender que a vulnerabilidade social, enquanto fenômeno social, gera projetos sociais que nessa perspectiva passam a ser evocados como objetos de estudo passíveis de investigação científica no campo das políticas educacionais. Por conseguinte, não podemos deixar de considerar que os sujeitos nestes contextos são compreendidos como indivíduos que estão imersos numa atmosfera simbólica, cultural, histórica, social, os quais se constituem e são constituídos também dessas interrelações. Nessa perspectiva, faz-se necessário compreender as representações sociais que os próprios sujeitos, público alvo dessas políticas públicas, possuem sobre estes espaços, a fim de criar pistas justificatórias e orientadoras das práticas socioeducativas desenvolvidas.

⁴ www.justicasocial.ba.gov.br

2.1 PROCESSO FORMATIVO DA PESQUISADORA: PENSAMENTO E AÇÃO SOCIAL

Nessa perspectiva, posso afirmar que, o presente estudo passou a ser idealizado em função de uma dessas reflexões e inquietudes da vida acerca desta transversalidade infinita entre experiências, expectativas, inquietações, contradições, frustrações e avanços frente a realidade vivida. Fazendo um breve passeio em minhas memórias afetivas, a partir da minha itinerância formativa até o delineamento da pesquisa, percebi o quanto durante a minha trajetória estive imersa a contingências desafiadoras, que, contribuíram para a minha constituição enquanto sujeito, vocacionada ao campo da Educação e do Desenvolvimento social.

Muito dessa tendência emergiu das minhas referências. Os meus genitores sempre foram militantes de ações afirmativas e cresci em um contexto de resistência, de questionamentos, de conscientização e de lutas por transformação social e por melhoria da dignidade humana, seja por melhoria na Educação, na Saúde, no acesso aos direitos básicos, por Políticas Públicas, etc. E ter nascido neste contexto diz muito quem eu sou, quem me tornei e as escolhas que tenho feito até aqui. Para ilustrar, tomo como exemplo a escolha da minha profissão e dos meus campos de atuação, hoje sou Psicóloga Social e atuo desde a minha graduação até a presente data em espaços não formais de educação, assistindo crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social e/ou em risco social.

Iniciei minha jornada profissional atuando na área da psicologia escolar, em escolas do município de Salvador, porém, em 2008, após aprovação em um concurso público, fui atuar em um município do Recôncavo Baiano, onde me deparei com o campo social. Após onze meses de atuação, fui convocada a assumir a Gestão do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), atuando junto ao antigo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, ao Conselho Tutelar, ao Projovem Adolescente, ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e ao Programa de Atenção Integral à Família. Este trabalho também se estendeu para outros municípios do entorno. Um desafio prazeroso e enriquecedor, pois todos os programas e projetos sociais supracitados eram efetivados de forma transversal e articulados às esferas tripartites (Município, Estado e União) e de forma intersetorial (Desenvolvimento Social, Educação, Cultura e Saúde), sem perder de vista a atuação efetiva do Controle Social, composto pelos conselheiros da sociedade civil e do poder público.

Meus objetivos pessoais e profissionais se consolidaram e estes, de fato, passaram a ser o de intervir nas diversas realidades do Estado da Bahia, sobretudo em regiões marcadas pela pobreza, pela desigualdade social e pelos desequilíbrios regionais, visando através de

intervenções socioeducativas, escutas e abordagens interdisciplinares, tentando promover o desenvolvimento humano e integral de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social. Como já fora mencionado, cresci em um lar onde se fomentava e se discutia muitas temáticas relacionadas às questões das ações afirmativas, mas estas discussões não ficavam apenas no plano das ideias, havia um movimento de materialização destas ações. Aos 08 anos, passei a frequentar um projeto social chamado “Hora da Criança”. Menciono este fato por ser também um espaço socioeducativo e formativo de referência para mim. Um projeto social, em que nos possibilitava ter acesso a esporte, lazer, música, arte, contação de história e, principalmente, nos proporcionava a integração social com demais crianças do entorno. Outro fato interessante é que tínhamos atividades e recreações coletivas, debates e vivências. Nossa! Como naquela época nunca me dei conta da importância dessas experiências em minha vida e do quanto estes espaços não formais de educação puderam contribuir para o desenvolvimento humano das demais crianças e dos jovens ali inseridos. Hoje, em um lugar ressignificado, consigo entender o quanto aquelas atividades socioeducativas foram importantes e o quanto elas interferiram, de uma forma ou de outra, em minhas escolhas.

A partir das minhas antigas indagações e desses meus questionamentos atuais referentes a minha atuação profissional, fui para a academia em busca de mais um suporte que pudesse auxiliar a minha prática cotidiana. Em 2014, com base no entrelaçamento das minhas motivações iniciais e do meu percurso acadêmico e profissional, ingressei como aluna especial no mestrado acadêmico do Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade na Universidade do Estado da Bahia. Na ocasião, optei em cursar duas disciplinas por questões de afinidade temática, bem como, pensando na possibilidade delas fornecerem subsídios à minha atuação. Estas disciplinas foram: “Movimentos Sociais e Educação” e “Educação e Representações Sociais”. Em seguida, comecei a participar das discussões do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Representação, Educação e Sustentabilidades (GIPRES), pelos mesmos motivos já mencionados acima. A partir de então, foram iniciadas as primeiras tessituras para o delineamento do estudo. Relevantes discussões e contribuições dos pesquisadores membros do GIPRES foram significativas e determinantes para que eu pudesse constituir, junto ao meu orientador, a proposta de estudo aqui apresentada

Ter feito parte da equipe do Setor Desenvolvimento Social do programa social NEOJIBA promoveu possibilidades importantes para esta investigação ao fomentar as minhas primeiras inquietações sobre o fenômeno social das vulnerabilidades sociais e sobre as práticas socioeducativas desenvolvidas pelo Programa. Vale destacar que o NEOJIBA é um projeto de

relevância nacional e internacional, que assiste aproximadamente 1.600 crianças e jovens prioritariamente em situação de vulnerabilidade social. Está presente em alguns municípios do Estado da Bahia, em especial na região metropolitana de Salvador, e tem como missão “promover na Bahia o desenvolvimento e a integração social, prioritariamente, de crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social por meio do ensino e prática musical coletiva”.

2.1.1 O programa social NEOJIBA e experiências significativas da pesquisadora.

Em um estudo etnográfico realizado pelo pesquisador português Alix Sarrouy (2016), em uma entrevista ao maestro fundador e diretor do programa NEOJIBA, Ricardo Castro, este afirmou que, sempre foi sensível às questões sociais do país e, inspirado no trabalho feito pelo El Sistema na Venezuela, propôs um acordo com o Governo do Estado da Bahia e a Secretaria de Cultura para a criação, a princípio, de um projeto sociocultural na Bahia. Este projeto foi uma inspiração da união entre a excelência musical e os objetivos sociais, aos quais Ricardo Castro diz ser sensível, “sempre me interessei pelos problemas sociais (...), “eu queria fazer a mesma coisa, com a prática inclusiva da Música, a multiplicação dos núcleos, e a excelência não negociável, porque há que tocar mesmo bem” (SARROUY, 2016, p. 334).

Hoje, após 10 anos de existência, o NEOJIBA continua primando pela excelência musical, mas com um olhar mais comprometido às causas sociais. Após o deslocamento do programa para a Secretaria de Desenvolvimento social e combate à pobreza, atualmente, Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social, esse olhar integral aos integrantes se tornou a missão primordial. A prática pedagógica artística musical não deixou de ser de excelência, mas, esta sim, passou a ser pensada e planejada para ser um caminho de promoção social individual, familiar e comunitária. Segundo o Diretor Ricardo, “vai demorar trinta anos para mudar a realidade daqui, procuro criar uma estratégia política que dure, senão, não vale a pena. Dirigir um projeto destes não é fácil quando se tem em conta a situação local e o contexto político-econômico do Brasil” (SARROUY, 2016, p. 335).

Certos dos grandes desafios existentes, o diretor vem buscando nesses últimos anos redes de parceiros e contando com o apoio das comunidades e lideranças locais para a manutenção do programa. Em decorrência de inúmeras reuniões de planejamento estratégicos e pedagógico, chegou-se à conclusão de que na missão da Organização, a Música se constituiria como um caminho para promover o desenvolvimento e a integração social de crianças,

adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social no estado da Bahia, sobretudo, na região metropolitana de Salvador, onde o programa está inserido em diversas comunidades.

Atualmente, não somente as práticas socioeducativas do programa estão presentes nas pastas da Cultura e do Desenvolvimento social, mas também, da Educação. Por iniciativa do Governo do Estado, o programa estendeu as suas ações nesse campo por meio das escolas culturais, das fanfarras e recentemente, agora em 2018, junto à Universidade do Estado da Bahia, vem ministrando de forma compartilhada o curso de Licenciatura em Música, na capital e no interior do estado.

Sobre o perfil desses integrantes, segundo os indicadores apresentados no mapa social⁵, último documento publicado pela SJDHDS, realizado pela equipe de Desenvolvimento Social, o qual atuei como Assistente de Desenvolvimento Social, foi identificado que da totalidade do público inserido no programa, 84% dos integrantes se autodeclararam pardos ou negros, 70% das famílias possuem uma renda mensal de até dois salários mínimos, desses, 77% possuem perfil para inserção ao Cadastro Único (Cadúnico)⁶, o que significa dizer que, estão em contingência à situação de risco ou à vulnerabilidade social e, portanto, aptos a serem contemplados com as políticas socioassistenciais do Estado. Dentre o grupo dos participantes do projeto, 4% dos jovens estiveram em situação de evasão e/ou abandono escolar. Identificamos famílias residentes em casas de madeira, de taipa, outras sem saneamento básico. Algumas outras famílias apresentaram jovens em cumprimento de medida socioeducativa, por terem cometido ato infracional. Há, ainda, famílias com membros fazendo uso abusivo de álcool e/ou outras drogas, entre outras situações de risco e vulnerabilidade social, que foram observadas, e que carecem de atenção tanto do Estado, como da sociedade civil (ANDRADE; SANTOS, 2016).

Mediante os indicadores podemos dizer que o mapa social, elaborado anualmente, tem sido um suporte técnico para o delineamento das ações que serão executadas pelo respectivo Setor. E em decorrência do público alvo assistido, no ato do contrato de gestão, entre o IASPM e o Governo do Estado da Bahia, foram pactuadas metas não somente do eixo social, mas também pedagógicas para atuação do programa junto às famílias, às comunidades e aos

⁵ Relatório anual realizado pelas técnicas do Setor de Desenvolvimento Social do programa NEOJIBA, como uma meta de contrato de Gestão entre o Governo do Estado da Bahia e a Organização Social IASPM, que consiste em caracterização socioeconômica de todos os integrantes do programa.

⁶ O Cadastro Único é um conjunto de informações sobre as famílias brasileiras em situação de pobreza e extrema pobreza. Essas informações são utilizadas pelo Governo Federal, pelos Estados e pelos municípios para implementação e acesso às políticas públicas capazes de promover a melhoria da vida dessas famílias.

integrantes. Dentre elas, está o atendimento psicossocial individualizado e/ou em família; o acompanhamento do percurso formativo, a fim de erradicar a evasão e/ou o abandono escolar; a identificação e o encaminhamento do público elegível às políticas socioassistenciais através do Cadastro Único; realização de encontros trimestrais com palestras socioeducativas para as famílias; realização de capacitações continuadas aos líderes e monitores; acompanhamento e planejamento das práticas sociais; assim como, também é realizado o acompanhamento dos egressos.

Essas ações são sistematicamente acompanhadas pelo Estado e devem ser cumpridas pela Organização Social (OS), IASPM, com a finalidade de alcançarem a missão proposta. Com isso, o dever da Instituição enquanto responsável pela gestão do programa social, além de promover o ensino coletivo de Música com excelência, também é garantir que 100% do público do programa esteja inserido ou concluído o ensino regular, bem como assistido pelas políticas de proteção social.

As práticas pedagógicas também visam atender a missão proposta e, para tal, uma equipe experiente e capacitada realiza diversas ações diariamente, no contra turno escolar dessas crianças, adolescentes e jovens. Das atividades desenvolvidas destaque, além das práticas de ensino coletivo (iniciação musical, coral e orquestral), as práticas sociais em espaços comunitários, hospitalares, associações e escolas; os concertos didáticos, em que os integrantes interagem com as comunidades; as caravanas pedagógicas, em que alguns monitores visitam os projetos do interior do estado para capacitá-los; o programa multiplicador, em que os jovens do núcleo de gestão e formação passam a multiplicar o aprendizado em escolas das suas próprias comunidades, entre outras ações.

Em relação a metodologia do Ensino Coletivo de Música, adotado pelo programa, é importante salientar e pontuar que, se trata de uma metodologia que vem ganhando destaque em pesquisas desenvolvidas na área e em textos dos anais dos ENECIM⁷, devido os aspectos didático pedagógicos, históricos, psicológicos e sociais, que por meio dela são evocados (CRUVIEL, 2005). Segundo a autora:

A partir da concepção de educação musical transformadora, o Ensino Coletivo de Instrumentos Musicais poderá propiciar a formação humanística e social do educando, proporcionando o despertar da sua consciência de cidadania. Daí a expressiva utilização do ECIM em espaços não formais ou alternativos de educação, como os projetos sociais que visam a inclusão social a partir do fazer musical. Necessário se faz ressaltar que nenhuma metodologia poderá ser significativa e transformadora se o educador musical não tiver abertura e flexibilidade

⁷ Encontro Nacional de Ensino Coletivo de Instrumento Musical

para enfrentar as dinâmicas de sala de aula “em movimento constante”
(CRUVIEL, 2005)

Até o final de 2017, o programa contava com 84 funcionários, entre gestores, técnicos, coordenadores e professores, que pensam, se articulam, planejam as ações, assim como, cumprem as metas para cada eixo, previamente instituídos pelo Governo do Estado, visando reconhecer a prática artística como meio de desenvolvimento humano. Penso que há um elo, que precisa também de voz, para que todo esse investimento, e todas as práticas pedagógicas e sociais sejam justificadas e/ ou melhor orientadas para que se garanta a sua verdadeira efetividade e identificação.

Creio que apesar de toda essa equipe capacitada para a realização do planejamento estratégico, das metas, para avaliar os indicadores e as ações, há uma lacuna que precisa ser pensada a fim de manter o êxito do projeto. Acredito que há na juventude um potencial avaliativo e mediador também dessas práticas. Não significa dizer que estes não sejam convocados em determinadas situações, mas ainda assim, essa ação é incipiente. O que queremos dizer é que, os sujeitos envolvidos, os stakeholders, os atores sociais das referidas políticas públicas podem contribuir de forma mais significativa, a fim de que se possam identificar junto à equipe técnica possíveis nuances ou práticas assertivas que visam de fato minimizar as vulnerabilidades encontradas. Essa proposta também está prevista no planejamento estratégico da organização e pode contribuir para avaliar se de fato o programa NEOJIBA tem atingido a sua missão junto aos mesmos.

Pensando nisso, foi escolhido a Teoria das Representações Sociais, como suporte teórico e metodológico para fomentarmos espaço de escuta a esses sujeitos, na intenção de que, ao darmos o retorno da pesquisa para a instituição, as OS junto ao Estado, possam identificar no conteúdo das representações Sociais dos jovens inseridos ao programa, pistas justificatórias e orientadoras das práticas que vêm sendo desenvolvidas.

2.2 DO FENÔMENO SOCIAL AO OBJETO DE ESTUDO: VULNERABILIDADE, EDUCAÇÃO E REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE JOVENS SOBRE O NEOJIBA.

Mediante essas reflexões iniciais, acreditamos ser pertinente descrever o fenômeno social que impulsionou o presente estudo. Para tanto, a questão da vulnerabilidade social que abordaremos com mais propriedade no estado da Bahia, em particular sobre Salvador, tem

como base o desenvolvimento histórico do seu conceito, na tentativa apenas de facilitar a compreensão e a contextualização da realidade que circunscreve o objeto social da referida pesquisa.

É sabido que o tema da vulnerabilidade social não é novo, uma vez que essa terminologia vem sendo usualmente aplicada por cientistas sociais de diferentes disciplinas há bastante tempo, entre esses, podemos destacar: Moser (1996; 1997; 1998). Kaztman (1999), Vignoli (2000a; 2000b; 2001), Busso (2001), Villa (2001), Abramovay (et al., 2002). Entretanto, ainda que essa temática venha sendo trabalhada ao longo de anos, cabe salientar que ela consiste em um conceito em construção, tendo em vista sua magnitude e complexidade (ROCHA, 2007). Portanto, entendemos a emergência de compreendermos e transcendermos a reflexão sobre a temática devido o esgotamento da matriz analítica da pobreza, que apenas reduzia a temática as questões meramente econômicas.

Consideraremos aqui, o tema como um complexo campo conceitual, constituído por diferentes concepções e dimensões que podem voltar-se para o enfoque tanto econômico, ambiental, de saúde, de educação, de direitos, cultural, étnico, entre tantos outros. Nesse sentido, considera-se que a compreensão de vulnerabilidade social, no presente trabalho, contempla dimensão social, educacional, cultural, étnica e econômica que condiciona as possibilidades de inclusão social dos jovens, pelas contingências que estes estão expostos.

Segundo a área da advocacia internacional pelos Direitos Universais do Homem, o termo vulnerabilidade designa, em sua origem, grupos ou indivíduos fragilizados, jurídica ou politicamente, na promoção, proteção ou garantia de seus direitos de cidadania (ALVES, 1994 *apud* AYRES et al., 2009), que por sua vez, podem ser motivados, segundo o Ministério de Desenvolvimento Social, por pobreza, privação e/ou fragilização de vínculos afetivos, discriminação etárias, étnicas, de gênero, por deficiências, uso de substâncias psicoativas, vítimas de violência, evasão e/ou abandono escolar, inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho, entre outros (BRASIL, 2017).

Segundo Rocha (2007), compreender a vulnerabilidade social é pressuposto para avaliar o alcance das políticas públicas, tendo em vista programas que objetivem sua superação, sobretudo, àquelas que estão voltadas para o público de jovens, que fomentem e que estejam voltadas ao protagonismo juvenil. Assim, segundo a pesquisadora, “definir vulnerabilidade social é mais do que um exercício intelectual, sociais em outro patamar (ao transcender o seu caráter focalista e paliativo) e devemos concebê-las na perspectiva proativa e preventiva para que possam ser potencializadoras e emancipatórias” (ROCHA, 2007, p. 28).

Traçando um paralelo dessas primeiras discussões à nossa realidade local, ao se pensar na vulnerabilidade social dos jovens baianos - sujeitos escolhidos para essa pesquisa - identificamos que, apesar do potencial transformador dessa população, são eles os mais carentes de políticas públicas por serem potenciais sujeitos da exposição frente às situações de vulnerabilidades na sociedade contemporânea.

A priori, é importante ressaltar que, alguns dados foram tratados em função da última pesquisa realizada pelo IBGE em 2010, e são os dados mais atuais que encontramos. Como este banco de dados tem sido prioritariamente utilizado por diversos departamentos de estatísticas citados aqui, a atualização destes sobre a população referida pode ficar prejudicada, uma vez que, a maioria dos bancos de estatísticas tomam como referência os indicadores do Censo mais recente do IBGE.

Segundo o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE⁸, 2017), a população juvenil baiana entre 16 e 29 anos totalizou aproximadamente 3,7 milhões de pessoas em 2010, representando 26,1% da população total do estado. Em relação aos três subgrupos etários, 14,7 % do total dos jovens baianos tinham entre 16 e 17 anos, 49,5 % estavam na faixa de 18 a 24 anos e 35,8% possuíam entre 24 e 29 anos. A juventude baiana era composta ainda de 49,6% homens e 50,4% mulheres; sendo 78,2% jovens negros baianos e 21,8% não negros. E do total de jovens baianos, 26,2% residiam na região metropolitana de Salvador.

Ainda segundo o mesmo estudo, no Estado da Bahia cerca de 82,2% dos jovens economicamente ativos estão ocupados (DIEESE, 2017). Todavia, podemos inferir que esse dado diz respeito à ocupação de qualquer atividade que gere algum tipo de renda, mas não qualifica a informação acerca dos tipos de ocupação da população jovem, os “dados sobre a proporção de jovens assalariados sem carteira de trabalho no Estado da Bahia indicam que 56,9% trabalham informalmente, sem garantias legais. A porcentagem é alta, mas tem apresentado melhoras, comparadas a 2004, por exemplo, em que essa porcentagem era de 63,1%.” (UNFPA⁹, 2013, p.24).

Os dados acima ajudam a criarmos uma ideia do cenário da juventude na Bahia. O que, mais uma vez, indica que, independente da classe econômica desses indivíduos, necessário é pensarmos em estratégias emancipadoras e que fomentem nesses sujeitos o despertar do

⁸ <http://www.dieese.org.br/>

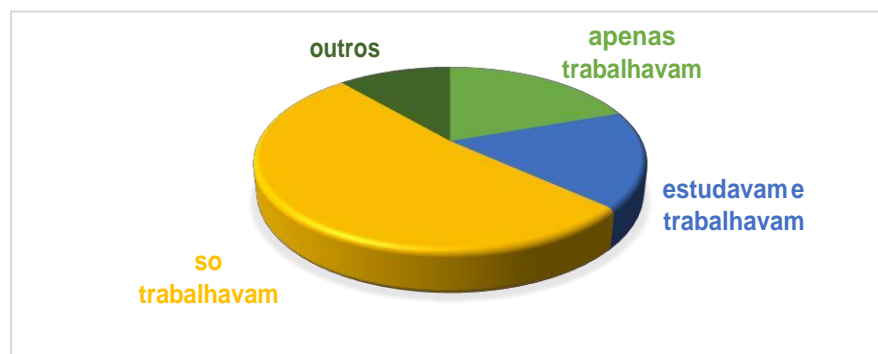
⁹ Fundo de População das Nações Unidas

protagonismo juvenil na sociedade, principalmente quando identificamos que metade dessa população se encontra em trabalhos informais.

Considerando a Região Metropolitana de Salvador, a taxa de desemprego dos jovens de 16 a 29 anos, em 2017, foi de 49%. Na pesquisa apresentada pelo DIEESE (2017), entre a taxa de desemprego, os índices apontam que é maior entre as mulheres jovens do que entre os homens jovens. A taxa é maior também entre os jovens negros, de 28,5%, se comparados aos 20,5% entre os não negros (DIEESE, 2017).

Quanto à situação de trabalho e estudo dos jovens de 16 a 29 anos, ainda na RMS, 19,6% deles apenas estudavam, 17,1% estudavam e trabalhavam e/ou procuravam trabalho, 52% só trabalhavam e/ou procuravam trabalho e outras condições somavam 11,3% (IBGE), como pode ser observado a seguir no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Quanto estudar e trabalhar na região metropolitana de Salvador



Fonte: Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Em Salvador, a população jovem economicamente ativa (PEA jovem) é de 65% da população jovem total, o que representa quase 500 mil jovens. De acordo com o Censo do IBGE, desses, 78% estavam ocupados, mas a taxa de desocupação de 22% é maior que a média apresentada no Estado da Bahia, de 17,8%. Dentre os jovens na faixa etária de 15 a 19 anos, 21,1% estão ocupados e 64,8% são inativos economicamente. Entre aqueles que têm de 20 a 24 anos, 55,7% estão ocupados. Há quase 20% da população jovem entre 25 a 29 anos (jovens-adultos) inativos economicamente (DIEESE, 2017). O que nos chama atenção, por percebermos o quantitativo de jovens ociosos, e inspira novas pesquisas para entender o contexto social desses e qual a perspectiva de futuro para essa população.

Nas últimas décadas do século XX, sobretudo, a partir da segunda metade da década de 80, o pensar sobre a juventude ganhou destaque nas discussões. Em 29 de novembro de 1985,

foi realizada a Convenção para a Declaração do Ano Internacional dos Direitos da Criança e da Juventude, na ocasião, a Organização das Nações Unidas (ONU) passou a propagar um eloquente discurso sobre a juventude, principalmente no que se refere ao seu potencial para o desenvolvimento do futuro da humanidade. Com isso, pretendia também potencializar políticas públicas voltadas a esse segmento social (ROCHA, 2007). Nesse sentido, faz-se necessário levantar o diagnóstico dessa população para pensarmos em ações efetivas e emergentes ou repensarmos as que estão postas.

Tendo em vista o Gráfico 2 e o Gráfico 3, tomando como referência o último Censo do IBGE, podemos perceber que a população da cidade se distribui por grupos de idade da seguinte forma: crianças e adolescentes (0 a 14 anos) somam 21% da população de Salvador, sendo 24% da população dos Aglomerados Subnormais¹⁰; jovens (15 a 29 anos) representam 28% em Salvador e 29% em Aglomerados Subnormais; a população adulta é de 42% em Salvador e 40% em Aglomerados Subnormais e a idosa (acima de 60 anos) soma 9% em Salvador contra 7% em Aglomerados Subnormais.

Gráfico 2 – População de Salvador por faixa etária



Fonte: Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Gráfico 3 – Aglomerados subnormais por faixa etária

¹⁰ Segundo o IBGE, aglomerados subnormais: é o conjunto constituído por 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade e pelo menos uma das características abaixo: - irregularidade das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes e/ou - carência de serviços públicos essenciais (como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública).



Fonte: Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Esses dados apontam que há uma maior concentração de crianças, adolescentes e jovens e uma menor presença de adultos e de idosos nos Aglomerados Subnormais. Um indicador que suscita reflexão para necessidade de acolhimento através de políticas públicas para essa população nesses locais, por isso, destacamos e reforçamos a importância de políticas territoriais, uma vez que, um em cada três jovens moram em Aglomerados Subnormais.

Dados do Censo do IBGE indicam ainda que os jovens de Salvador são responsáveis por cerca de 15% dos domicílios particulares, ou seja, quase 130 mil jovens são chefes de família e responsáveis pelas despesas domésticas. Desses, cerca de 56 mil são mulheres.

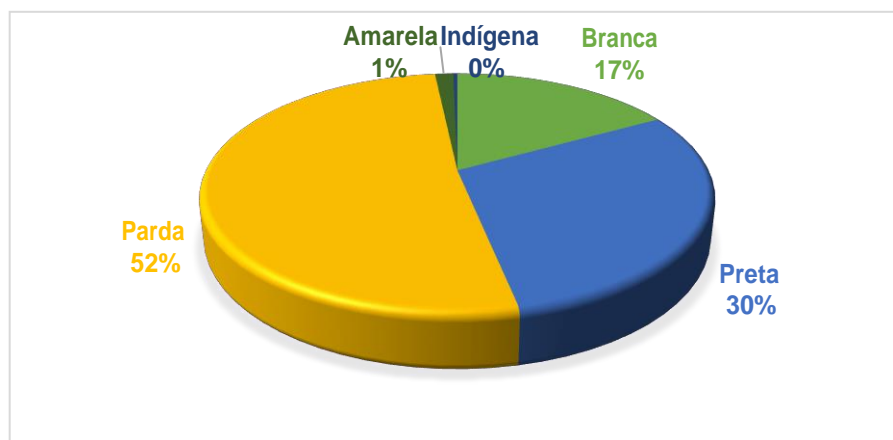
Ao se falar de vulnerabilidade juvenil, não se pode ignorar o fato de que este se constitui um fenômeno complexo e multifacetado, atravessado pelas múltiplas transformações societárias. Os jovens das camadas menos favorecidas socialmente, principalmente os residentes dos aglomerados urbanos, têm sido vistos como parte dos “grupos vulneráveis” em potencial, por diversas razões e condições, caracterizando uma situação de fragilidade e merecendo especial atenção das políticas públicas no sentido de garantir apoio e promoção, em seu próprio território de identidade, para que se justifique as ações identitárias e de pertencimento.

Na pesquisa realizada pelo Observatório das Nações Unidas, no território soteropolitano, foi constatado que sobre os jovens residentes em Aglomerados Subnormais incidem situações de vulnerabilidades para além da precariedade de infraestrutura e dificuldade de acesso a bens e serviços públicos. O que significa dizer que esses jovens residentes nessas áreas “estão sujeitos a violências simbólicas, expressas em preconceitos raciais e sociais, criminalizações e discriminações, que configuram desafios e dificuldades peculiares e adicionais à sua inclusão social e territorial” (UNFPA, 2013, p.22)

Não obstante, não podemos deixar de consensualizar que os jovens, por se encontrarem ainda numa etapa inicial do desenvolvimento humano, requerem uma atenção e uma assistência especiais, com vista ao seu desenvolvimento físico, mental e social, e uma proteção legal em condições de paz, liberdade, dignidade e segurança. Proposta apresentadas nas Regras de Beijing¹¹, na Convenção das Nações Unidas e adotada atualmente por diversos países, ou pelo menos, tida como base de inspiração para alguns, à exemplo o Brasil. Em que o fomento a estes debates contribuiu significativamente para a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente – o ECA em 1990 e posteriormente, o Estatuto da juventude em 2009. Cabendo a nós, sociedade civil, educadores, cidadãos ficarmos atentos a condução das normas universais e estatutárias em nossa sociedade afim de garantirmos a sua efetividade e legitimidade.

Em relação à cor e raça, os dados do Gráfico 4 apontam que a grande maioria da população jovem de Salvador se declara afrodescendente. 128.076 jovens são brancos, 224.280 jovens são pretos, 388.813 jovens são pardos, 10.714 jovens são amarelos e 1.903 jovens são indígenas. Os pretos e pardos somam 81,4% do total dessa população (IBGE).

Gráfico 4 – Cor e/ou Raça.



Fonte: Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

No município foram encontrados 11 mil jovens que ainda são analfabetos e as taxas de analfabetismo são maiores nos Aglomerados Subnormais em comparação com as taxas gerais de Salvador (UNFPA, 2013). Esses dados revelam a necessidade de continuidade das ações transversais para acolhimento dessa demanda. Apesar do objeto social de estudo do presente trabalho se referir a espaço não formais de educação, importante é compreendermos a realidade

¹¹ Regras de Beijing, Regras mínimas para implantação da Justiça de menores, adotadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas na sua resolução 40/33, de 29 de novembro de 1985.

dessa população em espaços formais de educação para pensarmos em ações complementares e integradas.

Portanto, necessário que os programas e projetos voltados para atenção do público de jovens e adultos, principalmente com ênfase nos Aglomerados Subnormais, reforcem a melhoria da qualidade do ensino do campo da Educação formal, sem perder de vista, o fomento de ações de inclusão escolar e combate à evasão como práticas socioeducativas estratégicas nos demais espaços não formais e informais da Educação.

A título também de complementação, vale ressaltar que o Plano Nacional de Educação (PNE), em vigor desde 2014, estabelece em sua Meta 10 que até 2024 sejam oferecidas, no mínimo, 25% das matrículas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Ensino Fundamental na forma integrada à Educação Profissional. Com base no último Censo Escolar de 2014, o programa Todos Pela Educação elaborou o indicador de acompanhamento dessa meta, considerando o número de matrículas de EJA no Ensino Fundamental integradas à Educação Profissional, nas modalidades semipresencial e presencial, como proporção do total de matrículas de EJA de Ensino Fundamental (OBSERVATÓRIO DO PNE). Esses indicadores podem auxiliar as práticas socioeducativas futuras e apontar caminhos e alternativas para refletirmos sobre políticas públicas educacionais para essa população.

Segundo os dados do observatório da Política Nacional da Educação, apenas 0,4% dos jovens em todo o Brasil e 0,3% em Salvador estão matriculados no ensino fundamental da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Os dados revelam que essa proporção foi praticamente inexpressiva, mas precisamos continuar os investimentos e os esforços para atingir a meta proposta. Uma vez que, o Relatório do Banco Mundial mostra que 52% dos brasileiros entre 19 e 25 anos perdem interesse pelos estudos. A pesquisa apontou que em 2015, apenas 38% dos adolescentes estavam na série correta (OBSERVATÓRIO PNE).

Segundo uma pesquisa realizada pelo UNFPA, foi identificado que a evasão escolar tem sido um fenômeno que tem se intensificado após os 14 anos de idade, período de transição do ensino fundamental para o médio e também início da juventude. Estes estudos apontam que cerca de 14% dos jovens que têm entre 15 e 17 anos estão fora da escola. O percentual de frequência à escola cai ainda mais na faixa etária de 18 a 24 anos. A sugestão dos pesquisadores da área, como aponta no referido estudo, é investirmos nos programas de incentivo ao ingresso e permanência no ensino médio e superior, pois se acredita que eles são importantes para reverter esses indicadores.

E os espaços não formais de Educação podem contribuir significativamente para minimizar os agravos da evasão e do abandono, incluindo nos seus planos estratégicos, metas e práticas socioeducativas que fomentem o empoderamento, a busca da autonomia e da conscientização através da importância da Educação formal para ampliar a visão e a perspectiva quanto ao futuro para os jovens.

Uma vez que, podemos entender que a:

Educação é, antes de mais nada, desenvolvimento de potencialidades e apropriação de ‘saber social’ (conjunto de conhecimentos e habilidades, atitudes e valores que são produzidos pelas classes, em uma situação histórica dada de relações, para dar conta de seus interesses e necessidades) (GRZYBOWSKI *apud* FRIGOTTO, 1998, p. 26), objetivando a formação integral do homem, ou seja, o desenvolvimento físico, político, social, cultural, filosófico, profissional, afetivo, entre outros (OLIVEIRA, et al., 2014)

Outro dado que nos preocupa em relação à situação de vulnerabilidade em que os jovens estão vivenciando, é referente as informações de mortalidade dessa população em Salvador. Em

se tratando de violência urbana, os pesquisadores identificaram que o Brasil atingiu a marca recorde de 59.080 mil homicídios em 2015. Estes dados se tornaram públicos por meio do último Mapa da violência apresentado em 2017 e revelaram uma alta de 21,9% nos casos de homicídio (LIMA et al., 2017). O mapa da violência consolida estudos desenvolvidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica aplicada (IPEA) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FPSP), e, revela, ainda, que jovens negros e com baixa escolaridade são as principais vítimas.

Segundo esta pesquisa, os homicídios do Brasil representam cerca de 10% de todas as mortes no mundo, e, em números absolutos, o Brasil lidera a lista desse tipo de crime. O levantamento mostra que o Nordeste foi a região com a maior escalada de violência, a Bahia teve um aumento de 108,7%. Ainda segundo a mapa da violência, dos 30 municípios mais violentos do país, a Bahia lidera com 9 municípios dentre eles (LIMA et al., 2017).

De acordo com os indicadores do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde, cerca de 60% da mortalidade na capital baiana, em Salvador, se refere aos jovens entre 15 e 29 anos. A pesquisa ainda revelou que os jovens têm sido as maiores vítimas de homicídios, representando 76% das vítimas.

E, em consonância com esta temática, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), por meio da pesquisa Juventude brasileira e democracia: participação, esferas e políticas públicas (IBASE/PÓLIS, 2005, p.18 *apud* UNFPA, 2013), apresenta que as maiores preocupações dos jovens da Região Metropolitana de Salvador, por ordem de

relevância, são: 1. Violência/ criminalidade/ insegurança; 2. Trabalho emprego/ desemprego/ falta de oportunidade/ primeiro emprego; 3. Miséria/ pobreza/ fome/ desigualdade social/ distribuição de renda; 4. Educação; 5. Política/corrupção/descaso do governo com os jovens.

Na pesquisa realizada pode-se observar que quanto à violência, foram destacados pelos entrevistados como fatores causadores: a ausência de políticas públicas para a população em situação de vulnerabilidade em Salvador e a exclusão socioterritorial. Os jovens também elencaram crítica ao sistema de segurança pública, cujo caráter tem sido repressivo, explicitado pela ação policial violenta contra jovens negros e pela ausência de ações socioeducativas que promovam a ressocialização.

Nesse contexto apresentado e, por fim, pela voz dos próprios jovens soteropolitanos, constatamos que se ampliam as necessidades de intervenção na melhoria de escolarização dessa população. É possível que a implantação e a implementação de projetos e programas sociais (governamentais ou não governamentais) articulados à Educação, Assistência Social, à Segurança Pública e a Cultura promovam o desenvolvimento integral dos mesmos. Sendo assim, alguns projetos e programas sociais, como o NEOJIBA - e outros – vêm se consolidando como proposta do Governo do Estado da Bahia em parceria com Sociedade Civil, como uma alternativa para desenvolver e promover a emancipação, a autonomia, a participação e a integração social desses sujeitos à sociedade.

Assim, corroboramos com a ideia dos pesquisadores contemporâneos sobre o fenômeno da vulnerabilidade, que a partir da década de 1990 ampliaram o entendimento conceitual para além da ideia de pobreza. Essa tendência vem sendo difundida, sobretudo por organismos internacionais, entre estes destacam-se: Organização das Nações Unidas (ONU), Banco Mundial e CEPAL. E, como podemos observar, ideias que vêm sendo difundidas como pressupostos orientadores para a consolidação de políticas públicas, principalmente para a população infanto-juvenil (ROCHA, 2007).

Dessa forma, não somente o poder público, mas também a sociedade civil, pelos movimentos sociais, pode passar a compreender os indicadores de vulnerabilidades apresentados acima a partir de seus múltiplos condicionantes. Nesse sentido, “a vulnerabilidade não é uma essência ou algo inerente a algumas pessoas e a alguns grupos, mas diz respeito a determinadas condições e circunstâncias que podem ser minimizadas ou revertidas” (PAULILO; JEOLÁS, 1999, p.1 *apud* ROCHA, 2007).

Nesse sentido, entender esses espaços sociais se faz necessário, pois como nos lembram Vignoli et al. (2001 *apud* ROCHA, 2007), eles emergiram como proposta de atuação frente a

este fenômeno uma vez que, a vulnerabilidade passa a ser compreendida a partir da exposição a riscos de diferentes naturezas, sejam eles econômicos, culturais ou sociais, que colocam diferentes desafios para seu enfrentamento. Para tal, a partir da teoria das representações sociais, supomos que a escuta dos jovens sobre o pensamento e sobre as imagens que os jovens constroem acerca do NEOJIBA pode ser um caminho para identificação do conteúdo das RS e orientação de práticas socioeducativas sustentáveis.

2.3 LEITURA DOS ESTUDOS SOBRE OS CONSTRUCTOS; “REPRESENTAÇÕES SOCIAIS”, “PROJETOS SOCIAIS”, “VULNERABILIDADE DE JOVENS” E “EDUCAÇÃO”.

Após a apresentação da minha trajetória e motivação para este referido estudo, bem como a contextualização do fenômeno social da vulnerabilidade dos jovens, a necessidade de implantação de políticas públicas e o surgimento do projeto NEOJIBA no Estado da Bahia como proposta emancipadora e de sociabilidade social frente a esse cenário, verifica-se também a necessidade de buscar os trabalhos que envolvam os constructos “representações sociais”, “projetos sociais”, “vulnerabilidade de jovens” e “educação” a fim de apreender as tendências e limites dos estudos nessa linha temática.

Para tal, recorri à plataforma sucupira do banco de dados de dissertações e teses da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), e apresento o seguinte resultado (Quadro 01 Anexo 1) para o período de 2013 a 2016: Dos 06 (seis) trabalhos, sobre os constructos “juventude” e “vulnerabilidades” apenas uma dissertação, intitulada “Programa de educação (em tempo) integral: uma análise do discurso de atores participantes do programa mais educação” da UPE, contemplava a interlocução entre os temas, com o objetivo de identificar e delimitar as concepções de educação integral e juventude a partir da análise crítica do discurso oficial e dos discursos de seus agentes envolvidos. Estes dados apontam que ainda existe uma carência na área da Educação, para pesquisas correlatas.

Em uma nova busca apresentando os descritores “Vulnerabilidade social” AND¹² “Representações sociais” foram encontradas 02 (duas) teses e 09 (nove) dissertações, porém, apenas 03 (três), sendo 01 de doutorado e 02 de mestrado, foram realizadas na área da Educação, as demais pesquisas estiveram concentradas em áreas como Psicologia (2), Geografia (01),

¹² AND é um operador booleano (um descritivo) que permite combinar de diferentes formas as palavras ou grupo de palavras/nomes/termos no processo de elaboração da pesquisa. O AND tem a função de intercessão.

Linguagem (01) e Saúde (04). Contudo, apenas a tese de doutorado foi realizada dentro do recorte temporal preestabelecido na pesquisa, cujo objetivo foi investigar as representações sobre o processo educacional abrangendo família, escola e valores; e o seu dimensionamento por distintas vozes que envolvem o olhar para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social atendidos em instituições de contraturno social na cidade de Ponta Grossa (PR).

Uma outra pesquisa, no respectivo banco de dados, foi realizada novamente com o auxílio do conectivo de interseção AND, em que foi permitido identificar as teses e dissertações defendidas entre 2013 a 2016 que tiveram como temas correlatos outros descritivos pertinentes a pesquisa. Quando se buscou os descritivos “Representações sociais” AND “Projetos sociais” com o filtro na área de concentração da Educação, foram encontradas 05 (cinco) dissertações, destas: uma no Nordeste, três no Sudeste e uma no Sul do país. Destas pesquisas, destacamos apenas 03 (três) que centram seus objetivos na articulação das expectativas e interesses dos coordenadores, orientadores e de crianças e adolescentes no cotidiano do programa social; na produção de representações sociais acerca das favelas e no conhecimento das representações das crianças e adolescentes inseridos na modalidade de Abrigo Institucional.

Com os descritivos “Representações sociais” AND “Juventude”, foi encontrada apenas uma dissertação, realizada em Alagoas, intitulada “Experiências de escolarização: sentidos e projetos de futuro de jovens /alunos do Instituto Federal de Alagoas”, buscando identificar quem são os jovens que compõem o terceiro ano do ensino médio integrado do IFAL, como se dá a experiência de escolarização nesta etapa de ensino e as expectativas que carregam em relação a formação no IFAL e seus projetos de futuro. Salientamos que os demais trabalhos encontrados foram na área de Psicologia (03), Ciências Sociais (01), Comunicação social (01) e outras áreas (14).

Com os descritivos “Projetos sociais” AND “juventude”, foi encontrada apenas uma dissertação na área de Educação, intitulada “Eles levam para a escola um rebelar-se diferente, eles levam para a escola um rebelar-se que talvez a gente não esteja se dando conta (...)”: novos olhares, novas costuras...O movimento hip hop e suas práticas educativas na escola”, defendida em Pernambuco.

E por último com os descritivos “Representações sociais” AND “juventude” AND “projetos sociais”, ainda no campo da Educação, também somente foi encontrada uma pesquisa de pós-graduação *strictu senso*, esta defendida no Rio Grande do Sul, intitulada “Formação de Professores de Ensino Médio e (In) visibilidade de Experiências de Protagonismo Juvenil”,

cujo interesse se volta para analisar como as ações advindas do movimento *hip hop* – espaço de produção e de transmissão de saberes – dialogam com a gestão da escola pública, refletindo mais especificamente as práticas educativas promovidas por meio do *hip hop* e suas repercussões no cotidiano escolar.

Pelos resultados da leitura sobre os estudos realizados no período, é possível perceber que na área de Educação, articulando representações sociais de jovens e projetos sociais, até o momento, nenhum estudo foi feito. Os resultados apontam, ainda, para um número precário de estudos sobre a temática, frente às problemáticas contemporâneas que a população jovem em situação de vulnerabilidade social vem enfrentando e a emergência de se pensar e de se estudar o papel dos espaços educativos no combate as contingências propiciadoras dessa realidade em nosso país.

Mediante a visível carência de estudos aprofundados sobre a temática e após contextualizando toda a problemática outrora apresentada, considerando as ações contemporâneas, realizadas pelo Governo do Estado da Bahia, a partir de uma iniciativa de uma OS do terceiro setor para atender crianças, adolescentes e jovens prioritariamente em situação de vulnerabilidade social, formulamos as seguintes questões que norteiam esse estudo: Quais as Representações Sociais sobre o NEOJIBA junto aos jovens atendidos pelo programa? Como essas representações podem orientar as práticas socioeducativas sustentáveis dos (e para) atores sociais e dos gestores envolvidos, visando impactos individuais e comunitários advindos dessas ações?

Nesse sentido apresentamos como objetivo geral: apreender o conteúdo das representações Sociais sobre o NEOJIBA junto aos jovens em situação de vulnerabilidade social, atendidos pelo programa, na perspectiva de levantar pistas que justifiquem atitudes e/ou orientem práticas socioeducativas sustentáveis. Em desdobramento, delineamos a investigação a partir dos seguintes objetivos específicos:

- 2.3.1** Identificar e analisar o conteúdo das RS sobre o NEOJIBA;
- 2.3.2** Caracterizar as imagens de RS sobre o NEOJIBA que justificam atitudes desses jovens nos grupos sociais e/ou orientam práticas socioeducativas sustentáveis no programa e nas comunidades atendidas;
- 2.3.3** Contribuir através de reflexões acerca das atitudes desenvolvidas pelos jovens e das práticas socioeducativas do NEOJIBA a fim de aperfeiçoar, por meio de ações pedagógicas, a gestão de engajamento junto aos atores sociais envolvidos.

Diante do exposto, podemos inferir que a pesquisa ao trazer para o debate questões ainda pouco problematizadas neste campo acadêmico, constitui-se em uma contribuição relevante por seu ineditismo a área da Educação, como também ao campo dos estudos sobre as representações Sociais e Juventude, na medida em que pretende tecer e fomentar pista justificatórias e orientadoras das práticas educativas na contemporaneidade, a partir de contribuições dos próprios atores sociais envolvidos.

Pensar em RS sobre projetos sociais que desenvolvem práticas socioeducativas sustentáveis para indivíduos imersos em contexto de vulnerabilidade social, também é pensar sobre os processos e sobre as relações que neles se estabelecem, a partir da sua capacidade de pensar, refletir e agir em territórios de conflitos e tensões. E é com base nessas observações e contribuições da Psicologia Social e seus entrelaçamentos com o Campo da Educação que o presente estudo terá como aporte teórico e metodológico a Teoria das Representações Sociais para subsidiar e nortear a pesquisa. Dessa forma, utilizamos a abordagem Processual e a abordagem Estrutural, por meio da busca do conteúdo das RS, visando pistas justificatórias de atitudes e orientadoras de práticas socioeducativas desenvolvidas no NEOJIBA, em função do fenômeno das vulnerabilidades juvenis enfrentadas.

3 ANCORAGENS TEÓRICO-CONCEITUAIS: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, EDUCAÇÃO E VULNERABILIDADE SOCIAL

Na história do nosso país, desde o final da década de 1970, podemos inferir que, em diversos momentos, não somente no campo da Educação, mas também no campo Social, frente aos fenômenos das vulnerabilidades sociais, espaços educativos foram criados pelos diversos segmentos governamentais ou não governamentais em formato de projetos Sociais ou de um conjunto de projetos, o que podemos chamar de Programas Sociais, em compensação às fragilidades de se adotar políticas públicas universais, em um país tão cheio de diversidade.

Estes projetos, sejam eles governamentais ou não, objetivam atingir uma grande massa vulnerável que ficou fora da ordem moderna, visando contribuir para promover mudanças qualitativas e/ou quantitativas à vida das pessoas e/ou das comunidades envolvidas. Entretanto, muitas políticas sociais e educacionais vêm sendo implantadas ainda de forma centralizadora e hegemônica, nos colocando sob a égide da dúvida acerca da sua consolidação e legitimação junto aos atores sociais a elas destinadas, bem como sobre os impactos sociais atingidos em contrapartida aos esperados.

Para tanto, apostamos na Teoria das Representações Sociais como um suporte teórico e metodológico de garantia ao direito à participação e à colaboração frente legitimação das práticas socioeducativas desenvolvidas no programa NEOJIBA. Apresentaremos a seguir uma breve conceituação da teoria a fim de justificarmos a sua escolha para esta investigação.

Há quase 50 anos, o estudo das Representações Sociais (RS) foi originalmente desenvolvido, na França, pela Psicologia Social, realizado por Serge Moscovici e tornada pública no seu estudo *La Psycanalyse, son image et son public*. Desde então, esta teoria vem se constituindo como um campo de investigação importante nas Ciências Sociais. Novas fronteiras vêm sendo abertas, estabelecendo interfaces com diferentes áreas de conhecimento, como a Educação, Sociologia, a Antropologia etc. (ALMEIDA, 2009).

Todavia, é sabido que, o conceito de Representação Social não é algo tão fácil de ser definido, por isso, o próprio Moscovici diz que: “por RS, entendemos um conjunto de conceitos, proposições e explicações originado na vida cotidiana no curso de comunicações interpessoais” (MOSCOVICI, 1981 *apud* FONSECA, 2012). Nesse sentido, podemos inferir que o campo das representações sociais vem ao longo dos anos produzindo conhecimento prático advindo da vida cotidiana e articula um sujeito particular a um objeto concreto em uma situação sócio-

histórico-cultural determinada, assentando-se sobre as atividades de pesquisa empírica. (ORNELLAS, 2001, p.33).

Sendo assim,

Partimos do entendimento de que Moscovici (1978) desenvolveu a teoria no campo da Psicologia Social, voltada para o conhecimento do senso comum, do conhecimento prático, focalizando o sujeito social e entendendo que o social só existe se existir um sujeito e que este somente existe no social. Ele defende que as representações sociais são uma forma de conhecimento individual que só ocorre durante a interação com o outro, possibilitando a ação num mundo criado e compartilhado coletivamente (GONÇALVES, 2011, p.5)

Em seus estudos iniciais, Moscovici (2003 *apud* FERREIRA, 2016) compreende a necessidade de retomar os estudos sobre as representações na sociedade e começa a tecer os seus primeiros questionamentos sobre o conceito de representações coletivas de Émile Durkheim.

Segundo Moscovici, o esforço de Durkheim em estabelecer a Sociologia como uma ciência autônoma, o levou a defender uma separação radical entre representações individuais e representações coletivas. O sociólogo considerava que as representações individuais têm por substrato a consciência, a percepção e a imagem da realidade social que cada um dos integrantes da comunidade vivencia, sendo, contudo, variável. Por sua vez, as coletivas, formadas da lógica da experiência do real, abrangem a sociedade em sua totalidade, dando um caráter de estabilidade e de permanência às suas representações (MOSCOVICI, 2015).

A concepção de Durkheim sobre representações coletivas é orientada a identificar aquilo que faz com que a sociedade se mantenha coesa, cumprindo a função que é “preservar o vínculo entre eles, prepará-los para pensar e agir de modo uniforme. Por isso, ela é coletiva e também porque pendura pelas gerações e exerce uma coerção sobre os indivíduos, traço comum aos fatos sociais” (MOSCOVICI, 2015, p.47). Ou seja, isto quer dizer que, representações coletivas são “as forças e estruturas que podem conservar ou preservar o todo contra qualquer fragmentação ou desintegração” (MOSCOVICI, 2015, p.14). São coletivas porque são homogêneas e partilhadas por todos os membros de um grupo. Perduram por gerações e exercem uma influência concreta sobre os indivíduos.

Moscovici em seus estudos faz uma crítica a este esquema representativo elaborado pelo Sociólogo. O termo “social” trazido por ele, teve como objetivo destacar a qualidade dinâmica das representações em contrapartida do caráter, mais fixo e estável apresentados por Durkheim. O pesquisador esteve mais interessado em explorar sobre a variação e a diversidade das ideias

coletivas nas sociedades modernas, em que as diferenças refletem uma distribuição desigual de poder e geram uma heterogeneidade de representações (MOSCOVICI, 2015).

Através da Psicologia Social, Moscovici, ao apostar na Teoria das Representações Sociais esteve mais interessado em entender como as coisas mudam na sociedade e como a conservação e a preservação poderiam se tornar parte da vida social. Para ele, as RS não são algo dado, nem podem ser reveladas como variáveis meramente explicativas. Sendo assim, esse campo investigativo deve se interessar pelo processo através dos quais o conhecimento é gerado, transformado e projetado no mundo social.

Podemos inferir também que a proposta das representações sociais surge em um cenário em que as Ciências Humanas e Sociais assumem um novo olhar sobre os sujeitos e suas interações. Nesse contexto, a subjetividade também passa a ser reconhecida dentro desse processo. Por mais coerente que sejam os argumentos de Durkheim sobre a invariância das representações, que se torna a mesma em todas as partes das gerações no seio de uma coletividade, para Moscovici, a “reprodução do indivíduo à coletividade trará rasgos da sua própria assimilação desta representação misturada com a experiência pessoal da realidade em que está inserido” (MOSCOVICI, 2015, p.53-54).

Nessa perspectiva, as representações não podem ser concebidas como algo estático e preestabelecido como apresentadas inicialmente. Surge, então, uma nova forma de estudar as representações no meio social, considerando a dinâmica social de permanente construção entre indivíduo, sociedade e conhecimento que são as representações sociais. (FERREIRA, 2016).

Na perspectiva de Penin e Roberti (2013), as representações sociais são uma tarefa das Ciências Humanas e desaparecem e impõe-se, em contrapartida, a necessidade de interrogar-se o ser do homem. Ainda segundo tais autoras, os pesquisadores das ciências humanas devem se preocupar com a maneira como o sujeito (indivíduo, grupo ou coletivo) percebe, entende interpreta e, assim, representa o objeto social como este se apresenta e como estes se relacionam entre si. E este é um processo dinâmico.

Denise Jodelet é uma das primeiras a desenvolver seus estudos a partir do fenômeno das representações sociais. Segundo Jodelet (1989 *apud* SPINK, 1993, p.305):

As representações sociais devem ser estudadas articulando elementos afetivos, mentais, sociais, integrando a cognição, a linguagem e a comunicação às relações sociais que afetam as representações sociais e à realidade material, social e ideativa sobre a qual elas intervêm.

Simplificando, para Jodelet (2001, p.27), RS pode ser entendida como uma “forma de saber prático que liga um sujeito a um objeto”.

Podemos entender que, a Representação Social é uma representação de alguma coisa para alguém (no caso dessa pesquisa, o objeto é o programa social NEOJIBA e os sujeitos são os jovens inseridos no programa). Nela se manifestam tanto o sujeito quanto o objeto. A relação entre a representação e o objeto é de simbolização e de interpretação. Nessa relação entre objeto e sujeito serão levados em consideração o aspecto cognitivo do sujeito assim como a participação e a pertença deste sujeito dentro da sociedade e da cultura.

Tomando, ainda, as representações como um instrumento de estudo válido neste contexto, Santos, Novelino e Nascimento (2001, p. 271) reafirmam que, enquanto modalidade de conhecimento, a formação de uma representação implica numa atividade ao mesmo tempo individual e coletiva; só a partir do momento em que o indivíduo apropria-se e reorganiza os modos de pensamento é que tais representações consolidam-se subjetivamente passando, então, a compor suas interpretações de mundo e de si mesmo, influenciando em suas práticas cotidianas. As representações têm assim, entre outras características, a função de nortear as pessoas em seu ambiente, servindo de guias referenciais de ação (VILAS BOAS, 2004).

Ferreira (2016) aponta que os estudos sobre a Teoria das Representações Sociais sustentam a ideia de que as representações, como formadas a partir do senso comum, são uma forma de conhecimento e de classificação que utiliza tanto suportes da linguagem quanto os comportamentais e os materiais. Podem ser concebidas, também, como teorias nas quais indivíduos elaboram sobre a natureza dos eventos, objetos e situações em seu mundo social. Segundo Leme (1993, p. 43 *apud* BOMFIM, 2012, p.19):

As representações são imagens, valores e ideias facilmente identificadas por um grupo social. Resultante de um intercâmbio entre a intersubjetividade e o coletivo, na construção de um saber que contém processos cognitivos e aspectos inconscientes, emocionais e afetivos, tanto na sua produção, quanto na reprodução.

Segundo Sá (1998, p.50 *apud* FERREIRA, 2016), a representação “é um saber efetivamente praticado, que não deve ser apenas suposto, mas sim, detectado em comportamentos e comunicações que de fato ocorram sistematicamente”. Esta constatação nos permite compreender como, neste processo cognitivo realizado na prática das relações sociais, os grupos e os sujeitos tornam familiares os conceitos e fenômenos que lhes são estranhos ou desconhecidos, ou seja, não familiares dentro das pertenças grupais.

Para tanto, é importante caracterizarmos como Moscovici (2015) apresentou os processos de formação das representações, os quais ele nomeou de ancoragem e objetivação:

Sobre ancoragem, ele descreve que:

Ancorar é, pois, classificar e dar nome a alguma coisa. Coisas que não são classificadas e que não possuem nome são estranhas, não existentes e ao mesmo tempo ameaçadoras. Nós experimentamos uma resistência, um distanciamento, quando não somos capazes de colocar esse objeto ou pessoa em uma determinada categoria, de rotulá-la com um nome conhecido. No momento em que nós podemos falar sobre algo, avaliá-lo e comunicá-lo [...] então nós podemos representar o não usual em nosso mundo familiar. (MOSCOVICI, 2015, p.61-62)

E sobre a objetivação,

Objetivar é descobrir a qualidade icônica de uma ideia ou ser impreciso; é reproduzir um conceito em uma imagem. Comparar é já representar, encher o que está naturalmente vazio, com substância [...] Um enorme estoque de palavras, que se referem a objetos específicos, está em circulação em toda a sociedade e nós estamos sob constante pressão para provê-los com sentidos concretos equivalentes (MOSCOVICI, 2015, p.71-72).

Leme (1993, p.48 *apud* FERREIRA, 2016) visa simplificar a compreensão sobre as duas etapas do processo de representação apresentadas acima: “Ancorar é trazer para categorias e imagens conhecidas o que ainda não está classificado ou rotulado [...] Já pela objetivação transformamos noções, ideias e imagens em coisas concretas e materiais que constituem a realidade”.

Conhecida como abordagem processual das RS, esses dois processos reforçam a dinamicidade do ato de representar e realizam a função de transferir algo que é estranho e/ou perturbador, que intriga, que por sua vez, se encontra no exterior, para o interior do sujeito e do grupo. Ele o classifica e o coloca em uma de suas categorias ou contextos conhecidos (MOSCOVICI, 2015).

Não se pode negligenciar que, para realização da classificação e rotulação de algo, o sujeito inevitavelmente atribui um valor a partir do que ele considere preferível, ou não, em relação ao objeto conhecido, ao mesmo tempo em que determina uma posição em uma ordem hierárquica de prioridades em relação a sua pertença, ou não, nos grupos sociais envolvidos no processo representativo (FERREIRA, 2016).

As representações sociais nos auxiliam quanto ao entendimento do mundo que nos cerca e aqui reside a sua importância para nossa vida, pois a compreensão das representações tem relação estreita com o entendimento do ato de intervir no real (CORREIA, 2016).

Este estudo, por exemplo, busca conhecer as representações sociais de jovens (Grupo Social) sobre o Programa Social NEOJIBA (Objeto) e espera-se que este grupo de jovens, os quais estão inseridos no programa, revelem, por meio da configuração de um constructo das representações sociais sobre esta política pública, pista justificatórias e orientadoras das práticas desenvolvidas. Os dois processos mencionados, são complementares e essenciais quando se busca apreender o conteúdo das representações sociais sobre um determinado objeto. Pela objetivação buscaremos materializar as ideias e os conceitos; e por meio da ancoragem, visaremos compreender a adequação deste novo conhecimento, ao seu sistema de representações.

Para elucidar as funções básica das representações mencionadas, Alves Mazzoti (1994, p.68 *apud* FERREIRA, 2016) conclui acerca do entendimento sobre o processo de ancoragem e objetivação nas RS:

Em resumo, Jodelet (1990) procura mostrar como o processo de ancoragem, relacionado dialeticamente à objetivação, articula as três funções básicas da representação: a função cognitiva de integração da novidade, a função de interpretação da realidade e a função de orientação das condutas e das realidades sociais. Assim esse processo permite compreender: a) como a significância é conferida ao objeto representado; b) como a representação é utilizado como sistema de interpretação do mundo social e instrumentaliza a conduta; c) como se dá sua integração em um sistema de recepção e como influenciam e são influenciados pelos elementos que aí se encontram.

Os estudos de Jodelet se constituíram como referencial para outros pesquisadores também dar suas contribuições à Teoria das Representações Sociais. Entre eles destacamos dois, os quais vêm contribuindo apresentando abordagens complementares à teoria pensada por Moscovici, são eles Jean Claude Abric e Willem Doise. Para a investigação empírica desse estudo, utilizamos apenas a abordagem Processual de Moscovici e Jodelet e a abordagem Estrutural de Abric.

É importante ressaltar que, todas as abordagens mencionadas são complementares a TRS e não há rivalidade ou disparidades entre elas. É notório frente as pesquisas encontradas que há um sentido de mútua ajuda na investigação do objeto. Todas vêm sendo utilizadas de maneira coerente, articulada conforme a necessidade e demanda do pesquisador, e estes têm

autonomia para ampliar a compreensão sobre as representações e suas manifestações nos grupos sociais.

A preocupação maior de Denise Jodelet é reafirmar que as representações sociais são fenômenos determinados pela prática, portanto, devem ser teorizados a partir da experiência concreta constatada na pesquisa empírica. Ela ajudou à consolidação da abordagem Processual das representações sociais e seus investimentos têm sido segundo Banchs (2004, p.42 *apud* FERREIRA, 2016) “assegurar a ampla base descritiva dos fenômenos da representação social e os seus suportes, veiculados na vida cotidiana”.

Para Willen Doise, a sua preocupação diz respeito às condições em que são produzidas as representações e por onde as mesmas circulam na sociedade. Para ela, as RS são princípios organizadores da relação simbólica entre os atores sociais (DOISE, 2001). Segundo Sá (1998), a abordagem Societal inaugurada pela pesquisadora é influenciada pelo que ela chama de metassistema social, em que “os elementos e relações cognitivas que fazem o conteúdo de uma representação trazem marca de um condicionamento social, que teria operado no processo de sua formação”. Uma perspectiva também importante, mas que não daremos conta de abranger nesse presente estudo.

Por sua vez, Jean Claude Abric, em sua tese de doutorado em 1976, propõe a teoria do Núcleo Central ou abordagem Estrutural da Teoria das Representações Sociais. Esta teoria constitui-se também como uma abordagem complementar, uma subteoria à grande teoria de Moscovici. Nela, o pesquisador sugere que o conteúdo das RS se organize em um sistema central e um sistema periférico. O primeiro traria o significado global da representação e o segundo asseguraria a situação e as práticas concretas do grupo social (FERREIRA, 2016).

Segundo o pesquisador, o núcleo central é o elemento fundamental da representação, pois é ele quem determina ao mesmo tempo sua significação e sua organização. O núcleo central é o elemento mais estável da representação social, o mais resistente à mudança - quando modificado, toda a representação muda, tendo então, duas representações distintas. Ele é coerente, é rígido e pouco sensível ao contexto imediato. Está ligado à memória coletiva e à história do grupo. Além de ser consensual também define a homogeneidade do grupo (ABRIC 1994, *apud* SÁ, 1996).

O sistema periférico, ao contrário do núcleo central é flexível e suporta as contradições. Protege o núcleo central das modificações, é a parte mais flexível das representações sociais e permite a elaboração de representação relacionada às histórias individuais dos sujeitos (SÁ, 1996).

Banchs (2004, p.50 *apud* FERREIRA, 2016, p.23) afirma que, “o enfoque estrutural é uma das vias mais utilizadas ou associadas a outras técnicas, pelos pesquisadores para o conhecimento de um objeto”. Na medida em que forem sendo identificadas as Representações Sociais dos jovens nessa pesquisa será possível desvelar como esse grupo compreende o programa social NEOJIBA. Assim poder-se-á refletir, discutir e verificar se o programa, enquanto política pública emancipatória e de promoção social para um público prioritariamente de vulnerabilidade social, tem cumprido o seu papel, tanto no campo da Educação, como no campo Social.

Dentre as funções das representações sociais, Abric (1994) acrescenta: as funções de saber, de identidade, de orientação e justificação das condutas.

A função de saber das representações permite aos sujeitos compreenderem e explicarem uma determinada realidade, em consonância com o funcionamento do seu sistema cognitivo e com seu universo de valores e crenças.

A função de identidade, por sua vez, trata de como a representação funciona como uma proteção à especificidade dos grupos na medida em que situa os indivíduos ou grupos em um sistema de normas sociais e históricas previamente estabelecidas, e assegura os saberes dos grupos no campo social (ABRIC, 1994, p. 15-16).

A função de orientação atua como guia de comportamentos e práticas. Nesse sentido, a representação funciona como uma antecipação das ações, quando intervém na finalidade da situação, no tipo de atitude cognitiva a ser adotada pelos sujeitos sociais, revelando, assim, sua natureza prescritiva (ABRIC, 1994, p. 16-17).

E a função justificatória da representação atua “*a posteriori*” no sentido de justificar os comportamentos e tomadas de posição dos grupos e indivíduos numa ação ou com relação aos seus parceiros (ABRIC, 1994, p. 17-18).

Diante do exposto, podemos sintetizar que, as representações sociais dos diferentes grupos se estruturam em três dimensões que visam fornecer unidade e coerência em seu conteúdo e sentido, estas são a atitude, a informação e a imagem.

A atitude, que se configura como uma dimensão em que a representação social fornece a orientação global para a ação, favorável ou desfavorável, em relação ao objeto da representação; a informação que corresponde à sistematização dos conhecimentos que o grupo tem sobre o objeto; e o campo da representação ou imagem, que corresponde a ideia ou imagem associada a um conteúdo selecionado e preciso sobre o objeto, fornecendo-lhe uma unidade a partir da organização dos conteúdos (NASCIMENTO, 2015).

Dessa forma, a adoção do referencial da Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici (2015) nas pesquisas em Educação implica assumirmos uma perspectiva que considera que as representações sociais têm um papel fundamental na dinâmica das relações sociais e nas práticas sociais. Ademais, que o conhecimento do senso comum é um conhecimento legítimo condutor de transformações sociais e que, de certa forma, “direciona” a produção do conhecimento científico. Sendo assim, o referencial teórico das representações sociais, ao atuar na dinâmica entre o conhecimento de senso comum e o conhecimento científico, oferece amplas possibilidades de investigação sobre a realidade educacional, numa perspectiva que contempla a compreensão do individual/social, enquanto elementos que só podem existir em sua inter-relação.

Pensar em representações sociais sobre projetos sociais, envolvendo ações socioeducativas vivenciadas por indivíduos imersos em contexto de vulnerabilidade social, também é pensar os processos e as relações que neles se estabelecem. E, visando também o processo de desenvolvimento e aprendizagem desses sujeitos que decorre pela veiculação das informações, das imagens que se criam e das mudanças de atitudes provocadas por essas representações. Ornellas (2001, p.2) pontua que:

Representação social, ao estudar a ação humana, expressa uma espécie de saber prático de como os sujeitos sentem, assimilam, aprendem e interpretam o mundo, inseridos no seu cotidiano, sendo, portanto, produzidos coletivamente na prática da sociedade e no decorrer da comunicação entre os sujeitos.

Segundo Bomfim (2004, p.50) algumas “práticas uma vez reformuladas pela reflexão dos próprios sujeitos podem se configurar como fatores de identidade com a própria cultura local”. Para este autor, optar pelo referencial teórico-metodológico da Teoria das Representações Sociais se consolida uma vez que a teoria está baseada no pressuposto de que os sujeitos, inseridos em um universo social comum, formulam e compartilham representações que se encontram localizadas em uma grande teia de relacionamentos que os envolvem, definidas como opiniões, crenças, valores, atitudes, mitos, estereótipos sobre o objeto social envolvido.

Portanto, apreender o conteúdo das representações sociais de jovens em situação de vulnerabilidade social sobre programa social NEOJIBA exige, em primeiro lugar, um engajamento no contexto em que estes exercem suas atividades. Para, enfim, entendê-los

enquanto sujeito constituído na relação com o meio e com os diversos outros saberes que se articulam em sua formação e nas suas práticas.

Contextualizando a temática, pode-se refletir que, neste campo de conhecimento, ao fazermos o estudo, tomando como aporte teórico metodológico as RS, é de fundamental importância que se leve em consideração que o senso comum passa a ser visto como conhecimento legítimo e motor das transformações sociais. A partir dessa perspectiva, os sujeitos são concebidos não como indivíduos isolados, mas como atores sociais ativos e protagonistas da sua realidade vivida. E eles, uma vez partícipes da construção social do objeto, necessitam do direito a voz e da escuta, nas formulações, implantações, avaliações e monitoramentos das políticas públicas a eles destinadas. A partir de então, poderemos identificar as pistas orientadoras, identitárias e justificatórias das práticas socioeducativas sustentáveis desenvolvidas no programa e nas comunidades atendidas.

3.1 EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE: UM OLHAR PARA ALÉM DO QUE ESTÁ POSTO.

Para analisarmos as interfaces da Teoria das Representações Sociais com o Programa Social NEOJIBA, faz-se necessário pontuar o seu caráter transformador e humanístico enquanto política pública voltada para um público prioritário de indivíduos em situação de vulnerabilidade social. Por conseguinte, abordaremos a seguir alguns conceitos-chaves sobre Educação e Contemporaneidade, a fim de nos situarmos quanto as práticas socioeducativas e sustentáveis desenvolvidas pelo programa e posteriormente, compreendermos as imagens acerca das representações sociais que são construídas pelos jovens partícipes da pesquisa.

Dessa forma, entendemos que, para apreendermos as representações sociais que os jovens atendidos do NEOJIBA possuem sobre o programa, precisamos compreender o cenário brasileiro do campo da Educação, o qual propiciou a implantação desses espaços socioeducativos.

A princípio, se faz pertinente lembrarmos que o Programa NEOJIBA surge como uma iniciativa de uma Organização Social em parceria com o Governo do Estado da Bahia, o qual se configura na contemporaneidade como uma política pública voltada para um público infanto-juvenil.

Somente a título de esclarecimento, entendemos aqui política pública como:

O campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações. A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (ALMEIDA, 2006, p.26).

O que podemos observar é que, por se tornar cada vez mais difícil consensualizarmos de forma universal as políticas públicas, por entendermos que a diferenciação social nos convoca a perceber que há uma diversidade de interesses e de necessidades por parte dos diversos grupos de atores sociais que compõe a nossa sociedade, e o que assistimos em nossa realidade local é a fragmentação dessas políticas em programas e projetos de caráter público para atender as demandas sociais emergentes, como o caso do NEOJIBA.

Hoje, o programa se situa como uma política pública ancorada em três campos de atuação: Educação, Desenvolvimento Social e Cultura, fundamentada na metodologia do ensino coletivo de Música para promover a integração e o desenvolvimento social de crianças, adolescentes e jovens, prioritariamente em situação de vulnerabilidade social.

Nesse sentido, abordamos, neste presente estudo, a Educação como Política Social, de corte social, de responsabilidade do Estado. Segundo Celina Souza (2009), as políticas sociais na realidade brasileira apresentam como proposta, prioritariamente, o alívio à pobreza e a retirada da condição de miséria daqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social e/ou marginalização. Assim, inicialmente, a Educação foi constituída como forma de interferência do Estado, o qual visava a manutenção das relações sociais de determinada formação social. Mas, algumas reformas educacionais foram alterando o curso do sistema.

Contudo, o que temos percebido é que alguns avanços propostos na Constituição brasileira vem sendo alvo de reformas e que, na tão propalada modernização do país, persistiu o traço da era desenvolvimentista que submete a política social (educacional) à política econômica, e uma outra roupagem vem predominando (SOUZA, 2009).

A socióloga Lúcia Bruno (2011), em seu artigo “Educação e Desenvolvimento Econômico no Brasil” propõe uma discussão que versa sobre a temática traçando as relações existentes entre educação e desenvolvimento econômico. Para tanto, a autora busca transversalizar o debate a partir da Lei do Valor formulada por Marx. Nessa perspectiva, Bruno (2011) suscita a reflexão de como tem sido efetivada a formação das novas gerações até aqui, tendo em vista a forte influência da era moderna, que tendencia o processo formativo do cidadão, sobretudo, do jovem, voltado para o mercado de trabalho.

As reflexões suscitadas pela socióloga tornam-se relevantes ao debate sobre políticas públicas voltadas ao campo educacional, uma vez que necessário é entender o lugar de reivindicação dessa sociedade e quais as reais demandas emergentes para que consigamos mudanças efetivas no referido campo. Reforçando o quanto é importante darmos escuta e visibilidade, sobretudo à nossa juventude e aos seus reais anseios, pelo potencial que essa geração tem no se pensar acerca do desenvolvimento futuro do país.

Os movimentos sociais no Brasil tornaram-se conhecidos por aqui, de modo especial, a partir do período ditatorial, entre meados dos anos 60 até meados dos anos 80, com a abertura política. Nessa situação, assumem significativa relevância para a contextualização do cenário da Educação no âmbito nacional, principalmente no que diz respeito a política educacional brasileira. Estes dizem respeito a:

Mobilização articulada de certas categorias sociais em busca de condições básicas de vida, como a moradia, a terra, e o emprego; de acesso a benefícios sociais, como a escola, assistência social à saúde, seguridade social, transporte, luz, água e segurança; diz respeito à diversidade cultural das diferenças étnicas, das preferências sexuais, de gênero, liberdade religiosa e de expressão (NASCIMENTO, 2013, p.59).

Essas mobilizações, segundo o autor supracitado, embora aconteçam em torno de uma pauta de reivindicações mínimas são dirigidas não apenas ao poder público, mas ao conjunto das classes sociais, pois envolvem questões ligadas à justiça social e aos direitos humanos, a partir da busca por empoderamento de seus agentes sociais (NASCIMENTO, 2013).

Por conseguinte, reforça-se a necessidade da sociedade civil em assumir um papel decisivo à consolidação de suas reivindicações em prol de política públicas efetivas e sustentáveis. Para Dias (2005), a formação de espaços públicos, nos quais, cidadãos e cidadãs possam debater e deliberar sobre temas de interesse público pode ser uma alternativa outra de alcançarmos a tão desejada democracia contra essa tendência neoliberal.

No que concerne à Educação na contemporaneidade, nas últimas décadas, tanto no Brasil, como em outras partes do mundo, alguns setores da sociedade organizada vêm desenvolvendo ações educativas e socioculturais como forma de expressar o seu mal-estar. E de repente, aquela ordem social que parecia inabalável e justa passa a ser desafiada pela reação dos que agora reivindicam e lutam pela ampliação dos mecanismos de emancipação, autonomia e participação social (NASCIMENTO, 2013).

Todavia, ainda vivenciamos um fenômeno de mobilização e, também, de desmobilização em nosso país, e isto é consequência ainda do processo recente de

democratização, uma vez que, muitos avanços foram interrompidos pela ditadura que vivenciamos dos anos 1964 a 1985. E, concomitante, uma série de incongruências vem sendo acometidas por aqueles que assumem o poder. Mas, mesmo, contudo, este cenário contribui para acentuar a luta por uma efetiva legitimação de um Estado Brasileiro Democrático e o acesso à Educação para todos. O quê, por conseguinte, reforça-se a necessidade da sociedade civil em assumir um papel decisivo à consolidação de políticas públicas efetivas em prol do seu desenvolvimento e da erradicação ou minimização das vulnerabilidades. Assim sendo, os espaços educativos se consolidam por ser um dos caminhos eficazes para a concretização e resgate dessa ideia, nessa nova era.

Ao longo do nosso processo sócio histórico, percebemos que o lugar da cidadania vem sendo ressignificado conforme as circunstâncias de cada era. Contudo, o dialogar sobre o cidadão contemporâneo, aqui, agora, nesse tempo e nesse espaço, nos impulsiona para novas atitudes. E as representações sociais, bem como, a participação dos próprios sujeitos sociais envolvidos são fundamentais para o processo.

Segundo Gohn (2012), durante grande parte da história, a classe dirigente utilizava a Educação como mecanismo de controle. A Educação até então estava a serviço do capital. Aprendia-se apenas noções básicas para o futuro mercado de trabalho. O foco era no sujeito produtivo, não político, não cidadão, não conhecedor de seus direitos e protagonistas da sua história. O antigo assalariado era conhecido como aquele que não usava a cabeça e consequentemente, não tinha nem direito ao voto.

A partir do século XX, a cidadania passa a ser legitimada como um direito de todos, entretanto, o Estado é quem assume o controle e gestão da Educação e das demais Políticas Públicas. O Estado passa a normatizar, regular, disciplinar e restringir o cidadão em nome da ordem (GOHN, 2012)

É nesse mesmo contexto que surgem os grupos organizados da sociedade civil com o objetivo de defender os interesses coletivos e instituir um novo conceito de cidadania. E a Educação passa a assumir um lugar central nesse processo de constituição desse novo cidadão. (GOHN, 2012)

Um novo caráter educativo começa a ser visto a partir dessa mobilização da sociedade civil, passamos a pensar na Educação como um lugar de consciência de direito e deveres; acumulação de experiência; pensar no futuro; luta pelos bens de direito sociais e por fim, de um lugar que se fomenta uma maior participação dos atores sociais na elaboração e implantação das políticas públicas. Porém, este saber constituído coletivamente começa a gerar mobilização

e inquietações que põem em risco o poder. O saber politizado ameaça os dominantes. E a Educação passa a ser uma arma nas mãos daqueles que, sabendo usar, podem reverter a nova ordem.

Dito isto, compreendemos o quão tem sido difícil combater o poder político hegemônico. O que temos visto é a tentativa constante de implantação e de implementação de políticas públicas/programas unilaterais, engessadas e compensatórias. Pois, mesmo com alguns avanços oriundos das mobilizações dos movimentos sociais e afins, ainda é limitada a atuação dos atores sociais no processo. O que motiva mais ainda a realização da presente pesquisa.

Faz-se necessário, reforçar a necessidade da participação dos atores sociais envolvidos juntamente com todos os entes federados nestes espaços deliberativos, avaliativos propositivos em função de se pensar e se legitimar a política educacional e políticas sociais enquanto políticas públicas emancipatórias, sustentáveis e transformadoras.

Para isso, o pesquisador Dowbor (2006) relata que nós, enquanto cidadãos, devemos também conhecer as nossas origens e tradições culturais, que constituem nossas histórias, nossas cidades, os nossos territórios. Segundo o mesmo, “pessoas desinformadas não participam, e sem participação não há desenvolvimento” (DOWBOR, 2006, p.01).

Para ele, a chave para pensarmos em sociedades sustentáveis e emancipatórias, é a nossa saída do lugar de mero espectador. O futuro depende de nós e de uma dinâmica social local que facilite este processo. E a Educação deve ser o espaço em que propicie o conhecimento necessário para ajudar a transformar a nossa realidade.

Acredito que este seja um processo o qual, ainda, enquanto cidadãos e educadores devemos estar atentos, implicados e comprometidos. Pois, as lutas e as resistências ainda se fazem presentes, ainda que muitos avanços já tenham sido alcançados com e através das políticas sociais, sobretudo, com a Política Educacional Brasileira. Mas, temos que continuar apostando na Educação, mesmo que, influenciada negativamente pela modernidade, ainda assim, ela tem se constituído e legitimado como um espaço mobilizador, transformador e promotor da alteridade, da cidadania, da possibilidade do refletir sobre a dignidade humana e do combate as vulnerabilidades sociais, enfim ações tão necessárias em nossa era, para que possamos minimizar as drásticas influências desse sistema, sobretudo, à nossa população juvenil.

O que é específico da Educação como área de saber é o fato dela ser uma área na qual circulam, ao mesmo tempo, conhecimentos, práticas e políticas. Por conseguinte, faz-se

necessário apresentar as contribuições de Bernard Charlot (2006, p.03) ao definir a ciência da Educação como “um campo do saber fundamentalmente mestiço, em que se cruzam, se interpelam e, por vezes, se fecundam, de um lado, saberes, práticas, fins éticos e políticos”. O que aumenta o desafio dos educadores, pois, segundo o autor, todo educando precisa ser entendido como um ser humano, membro da sociedade e de uma cultura. E o que define esse campo é a sua mestiçagem, ou seja, essa circulação.

Segundo o referido autor, é o jovem que se educa. Se o jovem não se mobiliza intelectualmente, ele não aprende. O que podemos inferir, que toda a estratégia elaborada pode não lhe fazer sentido se ele não tiver implicado. O papel de um terceiro elemento na articulação educando x educador é fundamental para esse processo. Uma instituição, uma escola, o que poderia também ser uma família ou outras instituições fomentadoras de conhecimento. Ou seja, qualquer instituição social, submetida à política (CHARLOT, 2006)

Entretanto, nesse cenário, o autor identificou que, o poder político é representado pela instituição, o poder intelectual muitas vezes tende a ficar ao lado do educador, mas a efetivação (o sucesso ou o fracasso) fica por conta do educando. Ou seja, para o autor, os atores sociais envolvidos têm a capacidade de bloquear todo o processo. Pois é a atividade intelectual do educando que suscita a capacidade de produzir ou não conhecimento, e eu acrescento também o sentido de toda a ação.

Para Charlot (2006), eles são a chave para compreendermos as possibilidades e os limites das políticas educacionais. E, por conta disso, reforçamos, a necessidade de recorrermos ao aporte teórico e metodológico da TRS para compreendermos o conteúdo das representações sociais sobre os projetos juvenis, como o NEOJIBA, a fim de identificarmos pistas justificatórias, emancipatórias e orientadoras dessas práticas desenvolvidas pelo Estado. Somente implicando os atores sociais, os quais as políticas públicas e/ou os programas são direcionados, é que poderemos legitimá-las como eficazes e eficientes em seus propósitos.

Dessa forma, apresentaremos a seguir os caminhos metodológicos que utilizamos nesta pesquisa, para que venhamos materializar as discussões trazidas aqui entrelaçando-as com aporte metodológico da Teoria das Representações Sociais.

4 CAMINHOS DA PESQUISA: MÉTODOS E TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO DAS RS SOBRE O NEOJIBA

O delineamento metodológico do presente estudo tomou como referencial as Teorias das Representações Sociais apoiada na multimetodologia, ancorada na abordagem Processual e na abordagem Estrutural. Metodologicamente, a pesquisa foi qualitativa de abordagem participante, ligada ao pressuposto de que as representações sociais são articuladas com base na interação do pensamento popular (do senso comum) com o contexto social em que esse pensamento acontece.

Segundo Brandão et al. (2007, p. 55), o “ponto de origem da pesquisa participante deve estar situado em uma perspectiva da realidade social, tomada como uma totalidade em sua estrutura e em sua dinâmica”. Para o autor, mesmo que a ação de pesquisa e as ações sociais associadas a ela sejam bem locais e bem parciais, incidindo sobre apenas um aspecto de toda uma vida social, nunca se deve perder de vista as integrações e interações que compõem o todo das estruturas e das dinâmicas desta mesma vida social. Os pesquisadores, ao optarem pela abordagem participante, devem iniciar sua imersão empírica partindo da realidade concreta da vida cotidiana dos próprios participantes individuais e dos coletivos do processo, em suas diferentes dimensões e interações - a vida real as experiências reais, as interpretações dadas a estas vidas e as experiências tais como são vividas e pensadas por eles próprios.

Em suas diferentes vocações, as pesquisas participantes atribuem aos atores sociais diferentes posições na gestão de esferas de poder ao longo do processo da pesquisa, assim como na gestão dos processos de ação social dentro da qual a pesquisa participante tende a ser concebida como um instrumento, um método de ação científica ou um momento de um trabalho popular de dimensão pedagógica e política, quase sempre mais amplo e de maior continuidade do que a própria pesquisa

Brandão (2007) explica que esse tipo de abordagem de pesquisa caracteriza-se por sua ação educativa de investigação e ação social com o objetivo de promover a participação social para a melhoria da realidade dos participantes da observação, portanto, o que podemos inferir é que a importância da pesquisa participante está no fato de como nos propomos a compreendermos os atores sociais envolvidos, pois os consideramos como sujeitos e não "sujeitos de pesquisa", no sentido passivo de fornecedores de dados, mas sujeitos de conhecimento e partícipes/protagonistas da realidade social vivida.

Segundo o mesmo autor, a pesquisa participante trata-se de um enfoque de investigação social por meio do qual se busca plena participação da comunidade na análise de sua própria

realidade, com objetivo de promover a participação social para o benefício dos participantes da investigação. Estes participantes são geralmente os oprimidos, os marginalizados, os explorados. Portanto, é uma atividade de pesquisa educacional orientada para a ação social.

Para Neves (1996), a pesquisa qualitativa, por sua vez, permite entender melhor o contexto, através da observação de vários fenômenos em um pequeno grupo e explicar suas atitudes e ideias acerca do fenômeno estudado, considerando os limites da própria pesquisa. Para tanto, essa investigação está assentada em três pilares estruturantes: os sujeitos da pesquisa, o *locus* da pesquisa e os instrumentos de coleta de dados.

4.1 SUJEITOS DA PESQUISA

Para a construção deste estudo foram selecionados jovens, de 15 a 28 anos, integrantes do Programa Social NEOJIBA, vinculados ao programa no mínimo por cinco anos, e que se encontrem em situação de vulnerabilidade social, residentes, preferencialmente, em bairros periféricos da Região Metropolitana de Salvador.

Desde que tenham o perfil indicado para a pesquisa, o critério da seleção dos sujeitos foi mediante o da ordem do desejo afirmado, por eles ratificada, através da assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (em anexo) para a colaboração na pesquisa e a autorização para possíveis publicações e compartilhamento das informações a quem de direito, resguardando-lhes a condição do anonimato.

O tipo de abordagem foi não probabilístico, cujos atores foram informantes em potencial, ou sejam, aqueles jovens integrantes no programa há mais de 5 anos, que se sentiam pertencentes ao programa e que desejaram participar da pesquisa. Esses critérios se justificam, pois, segundo Jodelet (2001), as RS são construídas a partir das experiências vividas e compartilhadas, bem como das práticas sociais exercidas sobre o objeto social, nesse caso, o NEOJIBA. Caracterizaremos os mesmos com mais detalhes no capítulo seguinte.

4.2 LOCUS DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada mediante autorização prévia da direção da Instituição (em anexo), na cidade de Salvador, especificamente, no Teatro Castro Alves, um dos *locus* do Programa Social NEOJIBA (Núcleos Estaduais de Orquestras Juvenis e Infantis da Bahia),

escolhido por ser um programa prioritário do Governo do Estado da Bahia desenvolvido em parceria com uma iniciativa não governamental, a Organização Social – IASPM (Instituto de Ação Social pela Música), cuja missão é promover o desenvolvimento e a integração social de crianças, adolescentes e jovens, prioritariamente em situação de vulnerabilidade social, por meio da prática e ensino coletivo de Música.

Atualmente, o Programa NEOJIBA atende 1600 integrantes, desses 40% é composto de um público jovem, assistidos pelos 12 núcleos que compõe o programa. Contudo, faremos o recorte nesta referida pesquisa para os núcleos que se encontram na região metropolitana, ativos há no mínimo 05 anos, que possuem práticas de ensino coletivo voltadas para jovens, e que concentrem como público prioritário indivíduos em situação de vulnerabilidade social. São eles: Núcleo Bairro da Paz; Núcleo de Gestão e Formação/ NGF Centro, Núcleo Pirajá, Núcleo Federação; e Núcleo Nordeste de Amaralina. Bairros que concentram uma população desprovida de direitos básicos, perfil das políticas socioassistenciais e, portanto, público alvo de políticas públicas.

4.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Pautado pela abordagem qualitativa como linha de pesquisa e pelos objetivos traçados por esse estudo optei pelos seguintes instrumentos de coleta de dados:

4.3.1 Questionário sociodemográfico

Os dados socioeconômicos dos participantes foram extraídos por meio de um filtro realizando no sistema filemaker do programa NEOJIBA. O questionário (em apêndice) utilizado foi o mesmo aplicado pela equipe de desenvolvimento social do programa (o qual, enquanto técnica do referido programa, ajudei na sua elaboração), cuja finalidade foi servir de instrumento de identificação, diagnóstico e triagem dos jovens inseridos no programa. Útil, ainda, para a caracterização dos integrantes que desejaram participar da pesquisa. O questionário também permite dar visibilidade às reais demandas emergentes a fim de que estas possam ser atendidas, seja junto ao programa, ou pelas demais políticas públicas ofertadas pelo

Governo do Estado da Bahia. Nesta pesquisa, alguns dados foram utilizados apenas para uma sucinta identificação dos participantes.

4.3.2 Teste de evocação livre de palavras

Utilizamos a associação livre de palavra, ancorados na abordagem estrutural das RS, criada por Abric na Teoria do Núcleo Central. Este instrumento foi aplicado como um método complementar aos demais instrumentos utilizados.

Segundo Abric (1994), o método das associações livres permite reduzir as dificuldades ou os limites da expressão discursiva que possam emergir. Consiste em, a partir de uma palavra indutora, ou de uma série de palavras, pedir ao sujeito participante para produzir todas as palavras, as expressões ou os adjetivos que lhe venham à cabeça.

As livres associações permitem entrar nos núcleos figurativos da representação. Elas são mais eficazes quando se pretende sondar os núcleos estruturais latentes das RS, em contrapartida, às demais técnicas como questionário e entrevista, que, possivelmente, permitiriam apenas captar as dimensões periféricas das RS (ABRIC, 1988 *apud* ABRIC, 1994).

Entretanto, a interpretação do conteúdo das RS envolve uma série de técnicas para a sua validação. Primeiramente, buscar-se-á captar e analisar o sistema categorial utilizados pelos indivíduos, o que permite isolar o próprio conteúdo da representação; em um segundo momento, buscaremos extrair os elementos organizadores desse conteúdo, neste contexto, podemos utilizar três indicadores: a frequência, a ordem e a importância.

Simplificando, para a caracterização do núcleo central das representações sobre o NEOJIBA buscamos a frequência dos itens que foram apresentados pelos jovens participantes da pesquisa a partir de sua ordem de aparecimento na associação. E, depois, a importância do item para eles, que foi obtida, pedindo a cada jovem para indicar por hierarquização, a ordem da mais importante à menos importante.

Por fim, o terceiro e último passo, apresentaremos um coeficiente de correlação significativo entre as duas classificações com a intenção de confirmar, reforçar ou refutar a hipótese de que estaremos na presença de elementos organizadores da representação. Ressaltando ainda que, segundo o pesquisador, a congruência dos dois critérios (frequência e posição) constituirá um forte indicador da centralidade do núcleo.

4.3.3 Desenho

O desenho é considerado um modo singular de expressão de conteúdos pessoais e sociais. Demonstra-se útil para a coleta de dados sobre a representação social de jovens devido a seu potencial de revelar indícios tanto das informações de que esta dispõe acerca do objeto social que representa, quanto de seu posicionamento diante do mesmo. Assim, solicitamos aos participantes a confecção de um desenho que o representasse junto ao programa social, conforme aquilo que ele pensa sobre esse objeto social.

Os desenhos, na forma de uma “cartografia das memórias”, segundo Santos (2007), ainda que possam promover distorções da realidade, se caracterizam por permitir acentuar relevâncias e, de algum modo, indicar as correspondências e a realidade que se busca conhecer. Por isso, podem ser úteis para revelar três dimensões contidas nos processos que resultam em representações sociais: a informação, a reflexão como processo interno de posicionamento do sujeito e a mudança de atitude.

Souza Filho (1993 *apud* LOPES; PARK, 2007) ressalta que o desenho pode atuar como instrumental para investigar representações sociais, contudo precisa ser acompanhado por verbalizações a fim de apreenderem-se as intenções e os significados associados pelos sujeitos. Baseando-se nessa linha de pensamento, utilizamos o desenho dos jovens no grupo focal como estímulo inicial para perguntas norteadoras relacionadas aos temas propostos

4.3.4 Grupo Focal

O grupo focal é um instrumento de coleta de dados que se adequa à pesquisa qualitativa e pode ser utilizado no entendimento de como se formam as diferentes representações sociais e as atitudes acerca de um fato, uma prática, um produto ou serviços. São entrevistas realizadas em grupo como um processo de interação e de escuta, no qual se possibilita a obtenção de dados subjetivos que se relacionam com valores, atitudes e opiniões dos sujeitos no coletivo.

A dinâmica do grupo focal consiste justamente em se apoiar na interação entre seus participantes para coletar dados, a partir de tópicos que são fornecidos pelo pesquisador-moderador. Uma vez conduzido, o material obtido é transcrito a partir da discussão em grupo, focada em um tópico específico, advindo daí a denominação de grupo focal.

Esse instrumento é aplicado para o entendimento das diferentes percepções e atitudes de um pequeno contingente de sujeitos. Pode ser considerada uma modalidade de entrevista de grupo, embora não no sentido de ser um processo pelo qual se alternam perguntas do pesquisador e respostas dos participantes.

A sessão do grupo focal estabelece uma circularidade das opiniões sobre a temática mediada pelo pesquisador. A essência do grupo focal consiste na interação entre os participantes e o pesquisador, que objetiva coletar dados a partir da discussão focada em tópicos específicos e guiados pelo interesse do objeto da pesquisa.

Diferentemente do que ocorre na entrevista individual, na qual o sujeito é convocado a emitir opiniões sobre assuntos em que talvez nunca tenha pensado anteriormente, a utilização do grupo focal na pesquisa tem como um dos principais objetivos escutar a formação de opiniões e de atitudes na interação entre os sujeitos.

Quando as representações sociais são compartilhadas no grupo focal, elas encontram-se mais próximas da forma como elas circulam na sociedade, nas rodas informais de bate-papo. No grupo, muitas vezes ocorre que alguns sujeitos ouvem as opiniões dos outros antes de formar as suas próprias, outros constantemente mudam de posição ou fundamentam melhor sua posição inicial em um processo de reflexão consciente e inconsciente. Foi exatamente este processo dinâmico que o grupo focal buscou captar.

4.4 A ANÁLISE DOS DADOS

Foram estabelecidos quatro momentos para a análise dos conteúdos das representações sociais. O primeiro compreendeu a coleta de dados socioeconômicos dos participantes, ratificando que todos os jovens corresponderam ao perfil proposto. Em um segundo momento, buscamos apreender o conteúdo das RS por meio do teste de associação livre de palavras. Em seguida, realizamos o grupo focal, utilizando o desenho elaborado a partir das memórias dos jovens integrantes sobre o NEOJIBA. Assim, os mesmos puderam cartografar suas memórias ao mesmo tempo em que puderam verbalizar sobre os processos alimentadores do fenômeno social ali presente. O quarto momento correspondeu à análise das narrativas desses participantes, apresentadas no grupo focal, ratificando o desenho como um dispositivo condutor, como forma de ilustrar uma melhor compreensão sobre o objeto da pesquisa e as práticas que se estabelecem pelos sujeitos dentro do programa

Dessa forma, para análise dos dados utilizamos a análise de conteúdo. Segundo Bardin (2009), esta designa um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens (*idem*, p. 47).

Os dados foram agrupados em unidades de discurso, seguido pelos verbatims que os sustentaram, possibilitando a análise de categorias identificadas. Para isto, foi feita uma verificação capaz de apontar elementos comuns, adotando as orientações sugeridas por Bardin (1977 *apud* CORREIA, 2016): pré-análise; exploração do material e tratamento dos resultados; a inferência; e a interpretação.

A análise e a interpretação dos dados emergiram à medida que fomos realizando as etapas da pesquisa. Ao fim da coleta de dados, realizamos a organização de todo o material coletado fixando, assim, o *corpus* da investigação, que traz a especificação do campo focado na pesquisa.

Feito isso, aprofundamos a análise à luz das aproximações temáticas do discurso e do referencial teórico, propondo quadros de análises e buscando sínteses coincidentes e divergentes de ideias. Por fim, buscamos estabelecer relações e conexões entre as possíveis categorias que emergiram a partir do discurso dos jovens, o que possibilitou a apreensão de estruturas específicas e gerais do conteúdo das representações sociais.

Analizamos as palavras evocadas em função de três critérios, a frequência, a importância e a ordem de evocação. A combinação desses critérios permitiu o levantamento daqueles elementos que mais provavelmente se associam ao termo indutor e, conseqüentemente, também permitiu o levantamento da organização interna das representações sociais associadas a esses termos.

A análise do conteúdo das representações sociais através da superposição dos dados sobre o programa NEOJIBA, buscou uma reflexão vista sob o enfoque histórico social e subjetivo desses jovens em uma perspectiva coletiva. Apontando, ainda, para contribuições frente à concepção de um espaço educativo aberto às transformações, às diferenças, ao erro, às contradições, à colaboração mútua, à criatividade, ao diálogo e à dúvida que venha a promover a reflexão sobre o próprio processo de construção de conhecimento e de compartilhamento dos saberes coletivos. Vale ressaltar que o pensar, o agir e o sentir no espaço social estão ancorados a elementos como crenças, valores, preconceitos e atitudes produzidos na coletividade, o que fundamentam a teoria e o método das RS.

5 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE NEOJIBA: OS JOVENS PENSAM, SENTEM E AGEM

Os resultados aqui apresentados tiveram o objetivo de apreender o conteúdo das representações sociais sobre o NEOJIBA junto aos jovens atendidos, na perspectiva de levantar pistas que justifiquem atitudes e/ou orientem práticas socioeducativas sustentáveis no programa e nas comunidades atendidas.

Para tanto, optou-se pela Abordagem Estrutural das RS, proposta por Abric (1994), por meio do teste de associação livre de palavras (TALP), para identificar e analisar o conteúdo das RS através da caracterização do núcleo central figurativo do NEOJIBA, assim como, recorreremos a técnica do Grupo focal, a partir do uso do desenho como elemento desencadeador e norteador das discussões a fim de complementar a abordagem anterior com a abordagem processual de Moscovici (2015) e Jodelet (2001) Dessa forma, o estudo se delineou por meio da análise de conteúdo orientados por Bardin (2009)

Na primeira etapa, como fora apresentado, os dados foram coletados por meio do TALP (em anexo), em que através da consigna NEOJIBA, fora pedido a cada participante cinco palavras que emergisse frente à palavra indutora. De acordo com a tabela 01, participaram do estudo 23 jovens, entre 15 a 28 anos e que, já possuíam mais de 05 anos junto ao programa.

Tabela 01 – Perfil dos jovens entrevistados

Gênero	Total
Feminino	09
Masculino	14
Raça/cor	Total
Negros	08
Pardos	12
Amarelo	01
Branco	01
Escolaridade	Total
Ensino médio	10
Ensino técnico	02
CPA	01
Ensino superior	10
Renda familiar	Total
Até meio salário mínimo	03
Até um salário mínimo	05
Entre 1 a 2 salários mínimos	10
Entre 2 a 3 salários mínimos	01
Mais de 3 salários mínimos	04

Fonte: Elaborado pela autora (2017)

Destes, conforme pode ser percebido na Tabela 01, 14 eram do sexo masculino e 09 do sexo feminino; 08 se autodeclararam negros, 12 pardos, 01 amarelo e 01 branco. O que indica que 87% dos entrevistados eram afrodescendentes, um dado próximo aos indicadores apontados pelo mapa social do Programa, visto no capítulo 1 desse estudo. Todos eram brasileiros, nem todos eram naturais da Bahia, mas, quase todos residiam em bairros vulneráveis da Região Metropolitana de Salvador.

Ainda sobre o perfil dos entrevistados, 05 deles já haviam concluído o ensino médio, 06 cursavam o ensino médio, 01 deles na modalidade CPA, 02 cursavam o ensino técnico e 10 estavam no ensino superior. Dos últimos, 06 cursavam Licenciatura ou Bacharelado em Música. Sobre o perfil socioeconômico, 83% dos entrevistados se encontravam em situação de vulnerabilidade social por questões socioeconômicas, ou seja, apenas 04 integrantes entrevistados não possuíam perfis elegíveis aos programas sociais do Governo, em que considera apenas a situação da renda familiar. Contudo, ressaltamos que, no presente estudo, este fator é um dos componentes e não o único que consideramos ao tratarmos das questões de vulnerabilidade social.

Alguns dos entrevistados informaram ainda que já passaram ou tiveram familiares que passaram por violações de direitos, tais como: homofobia, trabalho infantil, violência doméstica e violência contra mulher. 11 deles declaram residir em área urbana considerada violenta e 04 deles participam de movimentos sociais ou outros coletivos urbanos.

Uma vez apresentado os participantes, voltemos aos resultados da pesquisa, que tiveram como campo de abordagem a Psicologia Social e a Educação nas seguintes categorias base: Representação social (Estrutural e Processual) do campo da Psicologia Social e os Programas Sociais (infanto-juvenis) do campo da Educação.

5.1 NÚCLEO FIGURATIVO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O NEOJIBA

Em resposta à questão indutora “NEOJIBA”, foram evocadas 115 palavras. Em que, em um segundo momento, fora pedido aos jovens entrevistados que indicassem a ordem de importância, classificando por hierarquização de palavras de 1 a 5, da mais importância à menos importante (Tabela em anexo). Dito isso, vale informar que, o primeiro tratamento feito às palavras evocadas foi de agrupá-las com base na semelhança ou equivalência de significado, formando assim, 16 agrupamentos de palavras (Tabela em anexo), que, em seguida, foi possível chegar aos primeiros resultados da caracterização do núcleo figurativo, considerando tanto a

frequência, quanto a hierarquização das palavras, como pode ser visto por meio da Tabela no anexo.

É importante trazer para a discussão que as representações sociais, aqui apresentadas, são definidas como o conhecimento elaborado socialmente e compartilhado entre as pessoas com um objetivo prático e que converge para a construção de uma realidade comum a um grupo social sobre um determinado objeto (JODELET, 2001).

A partir das representações, podemos identificar a forma como as pessoas compreendem um fenômeno e os elementos que utilizam para orientar e justificar suas ações. Sendo assim, tendo como base a abordagem estrutural de Abric (1994) e como objeto de análise o programa NEOJIBA, podemos apreender como os jovens entrevistados estruturam cognitivamente o conteúdo das representações sociais por meio dos elementos de caracterização do núcleo figurativo apresentado. E, esta caracterização, passa a se configurar como uma imagem produzida coletivamente pelo grupo de integrantes, a fim de, nos aproximarmos de como eles pensam, sentem e agem diante desse Programa.

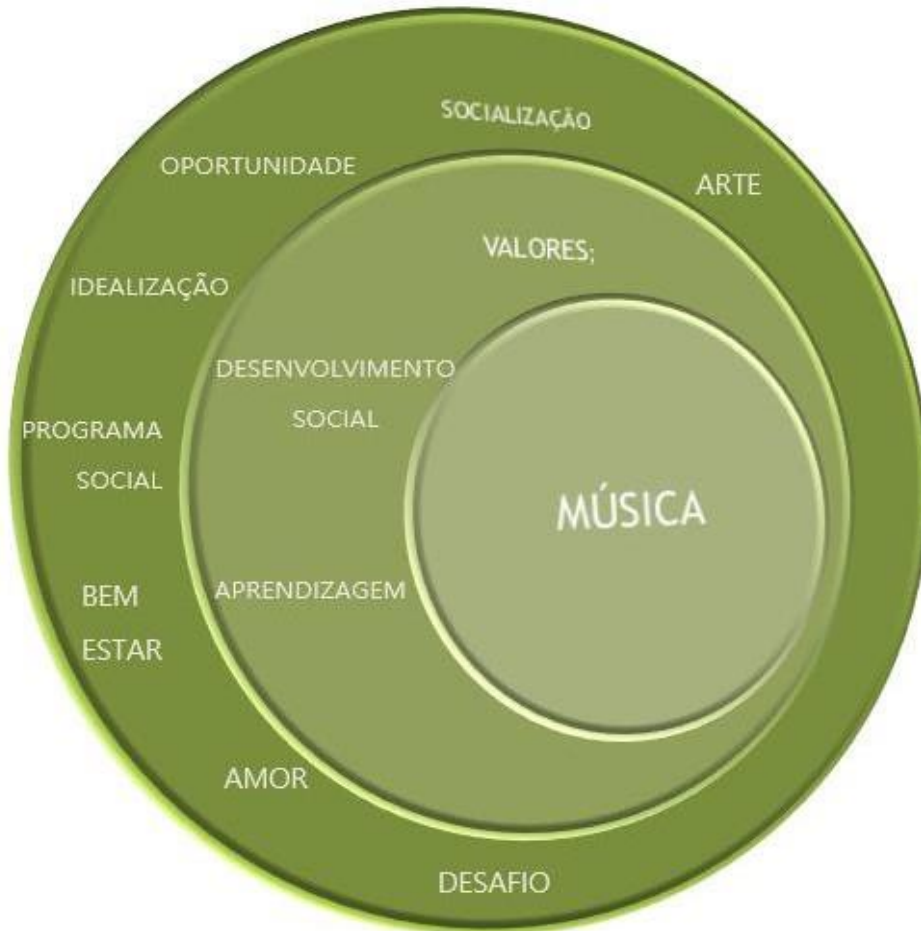
Segundo Mazzotti (2007), o núcleo periférico nos permite apreender a integração das experiências e das histórias dos indivíduos. Nesse aspecto, podemos considerar que, no núcleo periférico emerge a heterogeneidade do grupo, ele é mais flexível, suporta as contradições, permite adaptações e transformações, sua função é de proteger o núcleo central. Nele emergiram os seguintes elementos: “Socialização”, “Oportunidade”, “Bem-estar”, “Idealização”, “Programa Social”, “Arte”, “Desafio”, “Amor”, “Mudança”, “Orgulho”, “Importante” e “Influência”.

Os elementos intermediários, assim como, os elementos periféricos, são sensíveis ao contexto imediato, permite adaptação à realidade concreta e também protegem o núcleo central. Encontramos como elementos intermediários as palavras: “Valores”, “Aprendizagem” e “Desenvolvimento Social”. Como visto na tabela acima, essas palavras emergiram com certo nível de importância e de frequência quando caracterizam o objeto, contudo, não tanto, quanto ao elemento do núcleo central.

Já em relação ao núcleo central, a palavra mais evocada e com maior nível de importância para eles foi “Música”. Segundo Abric (2003 *apud* MAZZOTTI, 2007), o elemento do núcleo central está ligado à memória coletiva, à história do grupo. É consensual, define a homogeneidade do grupo, é estável, coerente e rígido, resiste às mudanças, pouco sensível ao contexto imediato, gera a administração da RS e determina a sua organização. Mediante o

exposto, podemos apresentar a seguinte núcleo figurativo, como uma primeira ideia de como esses jovens estruturam a imagem da representação social do NEOJIBA.

Figura 01 – Núcleo figurativo do NEOJIBA



Fonte: Elaboração da autora (2017)

5.2 DESENHANDO E DISCUTINDO SOBRE O NEOJIBA.

No intuito de melhor compreender a especificidade de significação que é conferida ao objeto representado, utilizamos o recurso do desenho como mais um dispositivo para, no discurso dos jovens mediante o grupo focal (em anexo), revelar com mais clareza a representação social desses meninos e meninas sobre o NEOJIBA. Interessava-nos, ainda, refletir sobre a emergência de sua integração e sobre o modo pelo qual influenciam e são influenciados pelos elementos que aí se encontram, assim como identificar os meios pelos quais

a representação é utilizada como sistema de interpretação da realidade social e instrumentaliza as condutas, por meio da Ancoragem e da Objetivação (JODELET, 1990).

Ao utilizarmos o desenho como dispositivo indutor do grupo focal buscávamos uma estratégia menos interrogativa e que ajudasse a nortear e a desencadear discussões do grupo sobre as representações do NEOJIBA, a fim de complementar o teste de associação livre de palavras. Sodré et al. (2007), por exemplo, afirmam que atividades gráficas, como o desenho, podem reproduzir signos que indiquem conhecimentos, interesses, valores e dificuldades dos sujeitos frente a determinado objeto. O que implica dizer que, através do desenho e das palavras, os jovens podem expressar sua subjetividade por meio de informações mais espontâneas, além de proporcionar uma aproximação imagética das representações sociais, composta por elementos presentes em seus valores, suas atitudes e suas opiniões.

A cada jovem foi solicitado que elaborasse um desenho a partir da imagem que lhe viesse à cabeça a respeito do NEOJIBA. Ao final das produções, cada jovem apresentou o seu desenho e teceu comentários a respeito de acordo com o que lhe conviesse. Estes, por sua vez, foram sendo complementados, refutados ou ratificados pelos demais sujeitos participantes da investigação. O material produzido pelo e no grupo focal foi gravado para, então, ser analisado de forma coletiva.

Para a análise do conteúdo, tivemos como referência a teoria da análise do discurso de Bardin (2009). Para a organização dos discursos, primeiramente foi realizada uma pré-análise, a partir do conteúdo gravado, em seguida, a exploração do material e, por fim, o tratamento dos resultados obtidos, por meio da codificação.

Para Bardin (2009), tratar o material é codificá-lo. A codificação corresponde a uma transformação dos dados brutos em unidade de significação, apresentados por meio das falas, em texto. Transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração visa permitir atingir uma representação do conteúdo ou da sua expressão.

Nessa perspectiva, segundo as orientações de Bardin (2009), foi criada uma matriz com quatro itens para elaboração da análise do conteúdo. (1) Como item Categoria, utilizamos o tema eixo-base da pesquisa “Representações Sociais sobre o NEOJIBA”, agrupando-se todos os dados brutos apresentados a partir do que emergiu dos entrevistados sobre os objetivos da pesquisa; dessa forma, (2) na Subcategoria, foi agrupada a questão norteadora, a qual teve como consigna: “Vocês irão usar a criatividade através do desenho. Solicitamos que desenhem a imagem que vem à cabeça de vocês quando pensam sobre o NEOJIBA”.

Como (3) Unidade de Registro, organizamos os conteúdos em três unidades bases: “Pensar”, “Agir” e “Sentir”, considerando a categorização e a frequência dos discursos com base nos temas tratados relacionados semanticamente. E por meio das (4) Unidades de Contexto, pudemos encontrar as repostas obtidas pelos jovens entrevistados a partir da questão indutora. Esse tratamento de dados somente é possível pelo processo de ancoragem, considerando o fato de podermos transformar o não usual em nosso mundo familiar e pela objetivação, ao transformarmos noções, ideias e imagens em coisas concretas e materiais que constituem a realidade vivida (MOSCOVICI, 2015).

Mediante as unidades de registro e de contexto apresentadas, o que perceberemos aqui é que, a TRS a partir de uma Abordagem Processual permite apreender a análise do conteúdo e dos processos constitutivos da representação que unem, como uma amálgama, o pensamento que esses jovens possuem sobre o NEOJIBA, ou seja, a dimensão cognitiva do indivíduo, e, também as imagens, através das ações e sentimentos, que somente nos foi ancorada pela possibilidade dessa análise integrada dos processos de pensar, sentir e agir dos sujeitos frente ao objeto de estudo em questão

Começarei com a apresentação de alguns desenhos que considero significativos para ilustrar a análise do conteúdo do discurso originado no grupo focal. É importante dizer que o desenho não faz parte do *corpus* de análise desse estudo, entretanto é um dispositivo importante para a compreensão do pensamento, do sentimento e das ações desses jovens diante do programa social. Nesse sentido, os resultados serão apresentados por um conjunto e interlocução de linguagens (desenho e texto) que sobrepõem as suas aproximações e distâncias que fazem emergir as representações sociais sobre o NEOJIBA.

5.2.1 Dimensão cognitiva dos atores sociais sobre o NEOJIBA (o pensar)

Mediante o que foi exposto percebemos que os meninos e meninas do NEOJIBA na maioria das suas falas retratam o que pensam a respeito do programa, fazendo alusão a um espaço socioeducativo onde se predomina a Música como eixo central, em que, se reúnem pessoas de diversos lugares, de diferentes realidades, em prol de uma finalidade em comum, fazer música. A ex.: “*NEOJIBA é música*” (Participante 21).

Alguns outros jovens também relataram por meio do discurso o que pensavam sobre o NEOJIBA, recebendo anuência dos demais, a respeito de que, o programa tem sido uma oportunidade de socialização, de demonstrar a cultura da Música clássica, de inclusão social,

de manifestação da arte e da cultura, de ação social e de preparação para o futuro. Como podemos ver por meio de algumas falas e de imagem a seguir.

“NEOJIBA reúne pessoas de diversos lugares, de diferentes realidades, em um lugar só, em prol de fazermos uma mesma coisa, que no caso é a música”. (Participante 19)

“Eu pensei na primeira imagem sobre o NEOJIBA, várias pessoas na estrada em uma ponte para chegar para o outro lado, para compartilhar música com outras pessoas, e eu pensei em Ricardo Castro¹³ do outro lado chamando os músicos. E a ideia é que eles atravessam a ponte para compartilhar com as pessoas que estão do outro lado.” (Participante 20).

“Eu coloquei o que para mim o NEOJIBA representa: Música. Como todo mundo, oportunidade cultural, inclusão social, ação social e alguns compositores” (Participante 23)

“Eu desenhei [o que] para mim representa o símbolo da sabedoria, o símbolo que representa o conhecimento que é transmitido através da arte, a sabedoria, que você trabalha através da arte. A arte tem sempre algo a se comunicar melhor que o diálogo.” (Participante 16)

Figura 02 – Desenho 1



Fonte: desenho elaborado pelo (a) participante 3 (2017)

¹³ Ricardo Castro é o Fundador, Diretor Geral e Maestro do Programa NEOJIBA.

5.2.2 O cotidiano do NEOJIBA (o agir)

Quanto às atitudes e tomadas de posição em relação ao NEOJIBA, os meninos e meninas entrevistados (as) em sua grande maioria descreveram a suas práticas musicais como um caminho de emancipação e de socialização, devido às oportunidades recebidas que constituíram como ponto de partida para demais realizações pessoais e coletivas, como ingresso em universidades, novas possibilidades de trabalho, de monitoria, turnês nacionais e internacionais, novos aprendizados, entre outros.

A exemplo:

“Esse aqui é uma viola 4/4, que representa a música que eu faço e as asas é como se fossem a música salvando vidas. O NEOJIBA é assim” (Participante 6)

“(...) desenhei meu instrumento, que comecei a tocar aqui. A UFBA que entrei na faculdade por causa do NEOJIBA, e, hoje sou professora também por causa do NEOJIBA. E um aviãozinho que são as viagens.” (Participante 8)

“(...)esse é o professor, aqui são os alunos, aqui é o quadro e aqui tem duas interações, eu comecei com a turma, como uma integrante do NEOJIBA, foi com o professor X, depois eu me tornei monitora, multiplicando” (Participante 11)

“Bem, aqui eu coloquei algumas oportunidades que o NEOJIBA me deu como poder tocar, viajar, fazer novos amigos, tocar meu instrumento” (Participante 13)

Figura 03 – Desenho 2



Fonte: Desenho elaborado pelo (a) participante 9 (2017)

5.2.3 Sentimentos, emoções e relações interpessoais (o sentir)

Em relação a percepção que os mesmos possuem sobre o NEOJIBA por meio dos sentidos, identificamos que a maioria optou em expressar a importância das práticas socioeducativas (sociais e pedagógicas), sobretudo por meio da Música, das suas vidas e a das comunidades atendidas.

Os jovens expressaram, por meio do discurso e pelas imagens, o sentimento de orgulho e de valorização por estarem vivenciando oportunidades como viagens, dar aulas, ter contato com professores de renome nacional e internacional, receber bolsa auxílio formação e serem multiplicadores do aprendizado recebido em demais comunidades. Também foi percebido a valorização das relações interpessoais presentes no cotidiano, por meio da importância das amizades consolidadas e das oportunidades de conhecimento mútuo. Não podemos perder de vista que a insegurança e a auto exigência também estiveram presentes em algumas falas.

A exemplo:

“Coloquei uma cédula escrita “money”, importante ressaltar a importância financeira para gente (...) Coloquei pessoas e aqui era para ser uma flauta, ressaltando a importância da amizade que eu fiz aqui, meus amigos. Aqui coloquei insegurança e exigência porque no NEOJIBA, eu encontrei meu sonho e por seu um sonho, eu sou muito exigente comigo mesma. E o acolhimento que o setor pedagógico me dar.” (Participante 3)

“Na verdade, o meu desenho é uma representação de um jovem que está se sentindo orgulhoso. Nós sabemos que a maioria dos integrantes do NEOJIBA vêm de bairros periféricos, que não tem muitas oportunidades, de certa forma marginalizados. Então o NEOJIBA é um meio de mostrar o seu valor, então ele está se sentindo orgulhoso por isso. (Participante 12)

“Aqui eu coloquei a escola que eu sempre estudei e o NEOJIBA foi para lá e eu o conheci. Onde eu fiz também várias amizades que eu considero uma segunda família, onde eu adquirir muita coisa, aprendi muita coisa, a gente aprendeu a se gostar”. (Participante 15).

“Meu desenho é a imagem que o NEOJIBA passa, aqui tem uma criança tocando instrumento musical no meio do caos, que é na periferia, eu fiz pessoas, moradores de rua, pessoas usando drogas, um cara procurando emprego, em volta tem prédios, e ele está tocando cercado pelos prédios e estas pessoas estão fazendo isso tudo na rua” (Participante 18)

Figura 04 – Desenho 3

Fonte: desenho elaborado pelo (a) Participante 18 (2017)

Figura 05 – Desenho 4

Fonte: desenho elaborado pelo (a) Participante 12 (2017)

5.3 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O NEOJIBA: EDUCAÇÃO SUSTENTÁVEL DE JOVENS BAIANOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

A partir da leitura da fundamentação teórica e das análises realizadas até o presente momento desta pesquisa, podemos chegar a importantes inferências no que diz respeito as representações sociais que esses meninos e meninas participantes da pesquisa possuem sobre o NEOJIBA. Haja vista, a notoriedade que o programa social vem ganhando nesses últimos anos, no âmbito nacional e internacional.

Mas, como falar de avaliação do impacto social desse notório programa, sem considerarmos as representações sociais dos atores sociais envolvidos. Para tal, necessário é compreender como esse objeto é apreendido por esses sujeitos. Segundo MEUNIER (1998, p.28 *apud* BOMFIM, 2017, p.37) “para conhecer qualquer coisa é preciso ter uma representação desta coisa, é preciso situar as representações dos lugares no conjunto de atividades sociocognitivas”. Somente dessa maneira, de fato, estabeleceremos uma relação com a construção do conhecimento, o sujeito e o meio, e poderemos enfim, justificar as atitudes e orientar as práticas socioeducativas e sustentáveis desenvolvidas.

Para Bomfim (2017), é preciso entender a noção de atitude, considerada como uma manifestação de sentimentos, revelada pela disposição do sujeito para agir ou reagir em face do objeto. Sendo assim, após esses dez anos de existência do programa, podemos, por meio da realização desta pesquisa de abordagem Estrutural e Processual da Teoria das Representações Sociais, em que, utilizamos a análise do discurso como dispositivo complementar, a fim de apontar e ratificar os elementos presentes no núcleo figurativo das representações sociais, chegar à conclusão de que a **Música** se apresenta como representações sociais partilhadas pelos sujeitos, atores sociais, deste ambiente socioeducativo, e estão referendadas em um campo figurativo que pode ser reificado pelo **modo de agir, pensar e sentir** frente as **práticas pedagógicas, sociais e artísticas** existentes, ancoradas pelos **valores** (excelência, respeito, compromisso, disciplina, responsabilidade) da instituição e apreendidas coletivamente, assim como pelo compromisso com o **desenvolvimento social** e pela **aprendizagem**, evocados como elementos intermediários que ancoram o respectivo núcleo central.

A Música, para os educadores da área, é um tipo especial de ação social que pode ter importantes consequências em outras ações sociais. A “Música constrói nosso senso de identidade mediante as experiências que ela oferece para o corpo, o tempo e a sociabilidade, experiências que nos capacitam a colocarmo-nos nas narrativas culturais imaginativas” (EYERMAN; JAMISSON, 1998, p. 173 *apud* KLEBER, 2014, p.38)

Nesse sentido, “a Música é um modelo do sistema do pensamento humano, parte da infraestrutura da vida humana, não somente reflexiva, mas também geradora, tanto no sistema cultural como na capacidade humana” (BLACKING, 1995 p. 223-234 *apud* KLEBER, 2014, p.37).

Uma vez identificando a relevância que o elemento Música tem para eles (elas), podemos inferir que, por meio das representações construímos conhecimentos e saberes sobre o NEOJIBA que nos permitirão compreender melhor a realidade na qual as práticas se

circunscrevem. Com relação às funções de orientação e de justificação, os conhecimentos que construímos acerca do programa, permitirão apreender como se orientam as práticas para com os indivíduos ali inseridos, ao mesmo tempo, como se justificam tais práticas.

A partir dos discursos desses meninos e meninas participantes da pesquisa, percebemos que, para eles, as práticas socioeducativas desenvolvidas por meio da Música, vêm unindo pessoas diversas, de realidades distintas para uma mesma finalidade, fazer Música (**o pensar**). Reforçando a ideia de socialização e de integração, apontadas também no TALP realizado. Segundo eles, como uma linguagem universal de socialização, o NEOJIBA tem ofertado a esses meninos e meninas oportunidades (**o fazer**), outrora inexistentes, pelas suas próprias situações de vulnerabilidades, exemplificadas por eles por meio de atividades como: realizar turnês nacionais e internacionais, receber uma bolsa auxílio formação, além de vivenciar oportunidade de máster classe com professores nacionais e internacionais de renome, além de dar aulas, serem multiplicadores do aprendizado, uma vez que tem como filosofia “aprende quem ensina”, bem como, ter acesso a demais políticas socioassistenciais, entre outros.

Por meio da pesquisa, descobrimos que, o programa NEOJIBA, vem despertando (**o sentir**) nesses jovens, orgulho, sentimento de valorização, de esperança, assim como, também senso de comprometimento mútuo, de responsabilidade, de respeito e de excelência, principalmente, pela metodologia de ensino coletivo (por meio das orquestras e coros), em que o resultado final depende da coletividade e da cooperação mútua.

Estas representações envolvem intersubjetividades e são definidas pela relação entre **o pensar, o sentir e o agir** no cotidiano das práticas desenvolvidas, quer a partir de contradições ou de complementaridades, constituídas coletivamente (ROCHA, 2007). Dito isso, consideramos, que, possuímos agora elementos que nos apontam possíveis pistas justificatórias e orientadoras das práticas socioeducativas e sustentáveis no referido programa e nas comunidades atendidas. O que, nos conduzirão possíveis reflexões acerca das atitudes que poderão aperfeiçoar as ações pedagógicas e de gestão de engajamento juntos aos respectivos atores sociais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto e, compreendendo que as sucintas reflexões não se esgotam neste presente estudo, faremos algumas considerações. A priori, faz-se necessário lembrarmos que as políticas sociais (educacionais) no Brasil têm suas raízes nos movimentos populares do século XIX, voltadas aos conflitos surgidos entre capital e trabalho, no período do desenvolvimento das primeiras revoluções industriais. A noção de Educação nesse contexto era entendida como uma política pública de corte social, de responsabilidade exclusiva do Estado. Mas, ao longo de nossa história, essa realidade foi se modificando. As fragilidades do Estado fizeram emergir novas organizações não estatais a fim de provocar mudanças significativas frente essa realidade.

Nesse contexto, surgem os projetos e programas sociais como mais um espaço de transformação social e de formação cidadã voltado para os meninos e as meninas que ficaram fora da nova ordem moderna. Nos últimos dez anos, temos visto o NEOJIBA sendo consolidado na comunidade baiana como um desses programas, de iniciativa de uma Organização Social (IASPM) em parceria com Governo do Estado da Bahia, com a missão de promover o desenvolvimento e a integração social de crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social, por meio do ensino coletivo da Música.

Lembrando que o objetivo deste estudo foi apreender o conteúdo das representações sociais sobre o NEOJIBA junto aos jovens atendidos na perspectiva de levantar pistas que justifiquem atitudes e/ou orientem práticas socioeducativas no programa e nas comunidades assistidas. Nessas considerações entendemos a importância de legitimarmos e consolidarmos um espaço de fala e de escuta dos participantes desse estudo, a quem as políticas sociais são destinadas, como uma forma também de fomentar a participação propositiva e ativa deles, além de, avaliarmos os impactos sociais das práticas sociais desenvolvidas, como uma forma também de promovermos uma educação sustentável.

Uma vez dito que, a missão da organização social é promover o desenvolvimento e a integração social desses meninos e meninas por meio da música, e todos os esforços do Comitê Gestor é adequar o planejamento pedagógico para esses fins, é mister concluir que, as representações sociais encontradas nesse estudo se aproximam do impacto social esperado pela instituição e pelo Governo do Estado. Nesse sentido, reforçamos a relevância das representações sociais, enquanto uma teoria do senso comum, uma vez que, elas nos permitem orientar as práticas cotidianas, ao mesmo tempo, em que, contribuem para justificar as suas ações.

É importante ressaltar que, as representações sociais, aqui apreendidas, foram definidas como um conhecimento elaborado socialmente e partilhado entre esses jovens sobre o NEOJIBA. A partir dos resultados encontrados, identificamos pistas de como eles compreendem o programa, bem como, os elementos que utilizam para orientar e justificar suas ações.

A Música emergiu como elemento central das representações sociais que estes jovens possuem sobre o programa, ancorada por elementos intermediários e periféricos que nos permitiram, por meio do discurso, uma maior caracterização da imagem produzida coletivamente por eles, assim como, nos propiciou aproximarmos de como eles pensam, sentem e agem diante das práticas socioeducativas desenvolvidas.

Nessa perspectiva, esse conteúdo nos remete a função de orientar práticas socioeducativas e sustentáveis pelas RS. Essas nos possibilitaram então termos uma noção de como os comportamentos são guiados e como as práticas são exercidas. Certos de que, à medida que irão dando significado e sentido as suas práticas, vão legitimando ou refutando as mesmas. A pesquisa revelou que, a Música tem se apresentada como o caminho escolhido pelo programa NEOJIBA, não somente de representação, mas de ressignificação e transformação social, individual e coletiva. Aqui vimos que, o ensino coletivo da Música, na medida que media e regula a convivência entre os mesmos, faz emergir valores como respeito, comprometimento, responsabilidade, disciplina, superação, excelência, características apreendidas sem dúvidas pelas práticas cotidianas inerente a Educação musical.

Enquanto pesquisadora e ex-técnica da instituição afirmo que, o ensino coletivo de Música, por meio das práticas coletivas do canto coral, das orquestras, da iniciação musical têm sido uma estratégia pedagógica que tem promovido e despertado nesses participantes um senso de corresponsabilidade, de parceria, de respeito mútuo, valores significativos para a formação cidadã, imprescindíveis para as relações intrapessoais e interpessoais em nossa sociedade contemporânea. A pontualidade e os estudos individuais prévios são indispensáveis aos ensaios coletivos. Visto que, na pedagogia do ensino coletivo, o êxito e/ou o fracasso, não são vistos de forma individualizada, mas sim, coletiva. Nesse sentido, a ajuda mútua, a colaboração, a solidariedade, também são componentes que se fazem presentes nesse contexto.

Além disso, na dinâmica orquestral, em que se tem cargos e funções estratégicas como spalla, chefes de naipe e maestros, estes contribuem também para fomentar lideranças, habilidades e competências, que vão sendo construídas e estimuladas cognitivamente e socialmente no cotidiano desses jovens. Entretanto, a competição e a auto exigência também

podem emergir como um desafio, elemento periférico que também emergiu no núcleo periférico do TALP.

Quanto a função justificatória das atitudes, afirmamos que as representações sociais suscitadas visam permitir, posteriormente, entender as tomadas de posição e os comportamentos nos grupos sociais. Esta função tem um papel fundamental junto à construção das práticas cotidianas, pois revelam as atitudes tomadas frente à rotina institucional e estão ancoradas em fragmentos da construção da realidade e da dinâmica da instituição.

Quando reavaliamos as ações pedagógicas emancipatórias e sustentáveis, a exemplos do: PROMS (Programa de Orquestra e Coral com Monitoria Supervisionada) - projeto em que os jovens monitores multiplicam o aprendizado nas comunidades onde há núcleos do programa; do PROMULTI (Projeto Músico Multiplicador)- projeto que fomenta a multiplicação do aprendizado nos territórios de identidade como em associação de bairro, em igrejas, em escolas, independente dos núcleos já existentes; e da Escola de Luthier - projeto em que os jovens aprendem a reparar e a confeccionar instrumentos musicais, percebemos que na fala dos jovens, estas práticas e experiências têm despertado desejos e sonhos de emancipação profissional e de realização pessoal na área, que ainda é pouco valorizada no ensino formal.

Os resultados, também, apontaram de forma significativa nos discursos desses jovens, o desejo e/ou a inserção dos mesmos ao ensino superior, sobretudo no curso de Licenciatura ou Bacharelado em Música, bem como, esteve presente o anseio de se manter fazendo Música para além do programa. Algo relevante a se pensar, sobretudo, acerca da expectativa quanto ao futuro, sobre a identificação com as práticas desenvolvidas e o desejo de profissionalização na área.

Possivelmente, a parceria com a Universidade do Estado da Bahia, por meio do curso de Licenciatura em Música, tenha sido uma ação assertiva, quanto à possibilidade de emancipação social desses meninos e meninas, principalmente, pelas vagas contratuais que poderão emergir no futuro, que, por sua vez, poderão servir de acolhimento aos egressos do programa. O referido programa poderá se constituir como mais uma possibilidade de aperfeiçoamento por meio de uma graduação, gerando assim uma maior valorização e reconhecimento na área.

Mediante o que vimos, como pistas justificatórias e orientadoras, reforçamos por meio das representações sociais desses meninos e meninas que o NEOJIBA tem sido um espaço não formal da educação que vem exercendo um papel singular ao campo da Educação e do Desenvolvimento Social no Estado da Bahia, principalmente, na região metropolitana de

Salvador. Sem dúvida, por meio dos discursos dos atores sociais, participantes da pesquisa, a Música tem sido um caminho de promoção do desenvolvimento e da integração social, ao propiciar diversas oportunidades, como: turnês; bolsa auxílio formação; multiplicação do aprendizado nas diversas comunidades em situação de vulnerabilidades sociais; intercâmbios com outros programas e projetos sociais do interior da Bahia; internacionalização; máster classes com professores internacionais e nacionais; concertos didáticos em hospitais, abrigos, associações e escolas. Enfim, para esses jovens, o programa além de ser um espaço educativo é um espaço também de socialização, de inclusão social, de bem-estar, de afeto, de desafios, uma vez que, também inclui a comunidade e a família nas metas de ações estratégicas. Assim sendo, podemos inferir que, para eles e elas, a Música se constitui como um elemento central que propicia tanto o desenvolvimento social, quanto a aprendizagem para a vida.

Frente ao apresentado, podemos considerar então que a Música para o NEOJIBA é um elemento de transformação social, de emancipação e de cidadania. Dito isso, elencamos algumas sugestões e recomendações sobre dimensões epistemológicas, políticas e pedagógicas, contributos dessa pesquisa, que nos apontarão para possíveis reflexões acerca das atitudes que poderão aperfeiçoar as ações pedagógicas e de gestão de engajamento juntos aos respectivos atores sociais no programa e nas comunidades atendidas.

Na **dimensão epistemológica**, nós pesquisadores do GIPRES e outros grupos temos o desafio de fazer avançar a teoria na perspectiva do pensamento social sobre a Música, devido à carência de estudos encontrados a respeito das representações sociais e esse *constructo*. Assim, proponho uma maior articulação da TRS com o campo das artes, uma vez que, nesse contexto, também emergem elementos que nos convidam a repensar o lugar do pensar, do sentir e do agir, frente a práticas sociais carregadas de afeto e que evocam emoções e sensibilidade.

Com o estudo em questão, iniciamos algumas tessituras do conceito de Educação Sustentável, entendendo a mesma como uma educação transformadora em que pretende-se propiciar a formação humanística e social dos educandos envolvidos, valorizando as diversas manifestações de saberes e práticas sociais presentes, assim como, as potencialidades e os recursos locais, individuais e comunitários, com a intenção primordial de propiciar o despertar da consciência e da cidadania por meio da intersectorialidade nos espaços educacionais. E essa pesquisa, uma vez que, legitima a participação dos jovens no processo de avaliação e monitoramento dos impactos sociais advindos do programa social em voga, já nos direciona para a necessidade de ampliação desse conceito e de uma maior reflexão da temática para os avanços emergentes na Educação da Contemporaneidade.

Na **dimensão política** sugiro que, em espaços de fomento à discussão acerca das políticas públicas, como fóruns, conferências, etc., os educadores musicais, a comunidade e as juventudes participem para que essas representações sociais se façam presentes. Reitero, a Música ainda precisa ser mais valorizada em nosso país, sobretudo, em nosso Estado.

Um grande desafio para os jovens, na contemporaneidade, é a inserção nas grandes orquestras nacionais e internacionais, devido à crise no corte de orçamento das mesmas. Por conta disso, atuar no campo da Educação tem sido uma oportunidade *sine qua non* para esses jovens. Quanto ao campo da Educação, encontramos um cenário em que os educadores musicais têm buscado consolidar e se fazer valer a LEI Nº 13.278, DE 2 DE MAIO DE 2016, em substituição à Lei 11.769, que institui a obrigatoriedade do ensino da Música, Artes Visuais, Teatro e Dança na Educação Básica. A consolidação e a valorização da Música como disciplina curricular fundamental à formação cidadã ainda é uma lacuna ainda presente nos debates entre as duas áreas. Mas que, com certeza, será vencida.

Na dimensão Pedagógica, apresento algumas sugestões para o programa. a) a primeira diz respeito a criação de um fórum semestral com ampla participação dos jovens inseridos e não inseridos no programa para discussão sobre temas correlacionados, acreditando ser importante validar e creditar a participação ativa dos mesmos nas decisões, no que se refere ao pensar e ao fazer políticas públicas infanto-juvenis dentro e fora do programa; b) Sugiro também a inclusão de pelo menos 01 (um) membro da comissão orquestral/coral nas reuniões do planejamento pedagógico, junto ao Comitê Gestor. Uma vez, reconhecendo o potencial de legitimar e refutar as práticas desenvolvidas, a participação ativa dos mesmos reitera o compromisso com a democratização do acesso as decisões a eles (elas) destinadas; c) por fim, recomendo a consideração das dimensões afetivas e das relações interpessoais no planejamento pedagógico e social. Foi comprovado através do estudo que o fazer e o agir não estão desassociados do sentir;

Para além das sugestões acima, faz-se necessário algumas recomendações para pesquisas futuras. Reconhecemos a relevância da temática e carência de estudo envolvendo os três constructos: RS, Música e Educação, que deve ser empreendido com a inserção dos projetos sociais como objeto de estudo no âmbito das pesquisas em Educação e contemporaneidade. Finalizo questionando: Qual o impacto social das práticas socioeducativas e sustentáveis nas comunidades atendidas pelos programas sociais? Como as RS dessas práticas podem servir de avaliação, monitoramento e validação das políticas sociais a elas destinadas?

REFERÊNCIAS

- ABRIC, J. C. **Pratiques sociales et représentations**. Paris: PUF, 1994.
- ALMEIDA, A. M. de O. Abordagem Societal das Representações Sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n. 3, p. 713-737, 2009.
- ALMEIDA, A. M. de O.; SANTOS, M. de F. de S.; TRINDADE, Z. A. Representações e práticas sociais: contribuições teóricas e dificuldades metodológicas. **Temas psicol.**, v. 8, n.3, p. 257-267, 2000.
- ALMEIDA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul/dez 2006.
- ALMEIDA, A. M. A pesquisa em representações sociais: fundamentos teóricos metodológicos. **Ser Social: pesquisa em serviço social e política social**. Brasília: EdUnb, 2001.
- MAZZOTTI, A. J. Representações sociais: desenvolvimentos atuais e aplicações à educação. In: CANDAU, V. M. (Org.). **Linguagem: espaços e tempo no ensinar e aprender**. In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO (ENDIPE), 10, 2000, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: LP&A, 2000.
- ANDRADE, Joana; SANTOS, Tansir Omoni. 2º Relatório Trimestral de Prestação de Contas do Contrato de Gestão nº 001/2016/ **Mapa Social NEOJIBA**. Bahia: IASPM, 2016
- AYRES, J. et al. **O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009. Disponível em: <www.books.scielo.org>. Acesso em: 10 set. 2016.
- AZEVEDO, J. M. L. **A educação como política pública**. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.
- BOMFIM, N. R. **Représentation sociale de l'espace et enseignement/aprentissage de la géographie scolaire chez les élèves "favelados" d'une ville au nord-est du Brésil**. 2004. 193 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Quebec, Montreal, Canadá, 2004.
- BOMFIM, N. R. **Noção social de território: em busca de um conceito didático em geografia: a territorialidade**. Ilhéus: Editus, 2009.
- BOMFIM, N. R.; ROCHA, L. B. (Org.). **As representações na Geografia**. Ilhéus/BA: Editus, 2012.
- BOMFIM, N. R. Campos e abordagens da pesquisa em representações e educação: desafios e perspectivas do GIPRES. In BOMFIM, Natanael.; CORREIA, Silvia Letícia. (Org.). **Representações, educação interdisciplinaridade**. Curitiba: CRV, 2017.

BRANDÃO, C. R. (Org.). **Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BRANDÃO, C. R.; BORGES, M. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, v. 6, p. 51-62, 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. **Serviços de Proteção e atendimento integral a família – PAIF**. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/servicos/protecaoeatendimentointegralafamilia-paif/servicodeprotecaoeatendimentointegralafamilia>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

BRUNO, L. **Educação e Desenvolvimento Econômico no Brasil**. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, v. 16, n. 48, 2011.

CHARLOT, B. A Pesquisa educacional entre conhecimentos, políticas e práticas: especificidades e desafios de uma área de saber. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 31, p. 7-18. 2006.

CORREIA, S. L. C. P. **Entre ruas e ladeiras, Engomadeira sou eu!** Representações socioespaciais de professores sobre o bairro. 2016. 138 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia aplicada à Educação) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2016.

CRUVINEL, Flavia Maria. **Educação Musical e Transformação Social**: uma experiência com o ensino coletivo de cordas. Goiânia: Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, 2005.

DELORS, J. (org). Os quatro pilares da educação. In: **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortezo, 1998.

DIAS, A. Democracia, Participação e Espaços Públicos no Brasil nas últimas décadas. In: SANTOS, A. D. **Metodologias Participativas**: Caminhos para o fortalecimento de espaços públicos socioambientais. São Paulo: Peirópolis, 2005.

DIAS, A. Entre a música e a escola: um relato de pesquisa em projetos sociais de curta duração. In: SOUZA, Jussara. **Música, educação e Projetos sociais**. Porto Alegre: Tomo Editora, 2014.

DIEESE. Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda 2010/2011: juventude. São Paulo: DIEESE, 2011. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A333FE61F013341784DA03918/juventude.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

DIEGUES, A. C. S. **Desenvolvimento Sustentável ou Sociedades Sustentáveis**: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. São Paulo: Em perspectiva, 1992.

DIEGUES, A. C. **Sociedades e comunidades sustentáveis**. São Paulo: NUPAUB-USP, 2003.

DOISE, W. Atitudes e representações sociais. In: JODELET, Denise (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 187-204.

DOWBOR, L. **Educação e Desenvolvimento Local**. São Paulo: Editora Vozes, 2006

FERREIRA, A. V. **Representações Sociais e evasão em espaços educacionais não escolares**. Curitiba: CRV, 2016.

FÔNSECA, L. L. **Representações sociais e suas contribuições no olhar sobre a dificuldade de aprendizagem**. Bahia: FAEEBA, 2012.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. UNFPA na Bahia. **Relatório final Juventude e Políticas Públicas em Salvador - Bahia**. Brasília: UNFPA, 2013.

FURTADO, C. **Em busca de novo modelo, Reflexões sobre a crise contemporânea**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. 3. ed. São Paulo: Centauro, 1980.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GOHN, M. G. **Movimentos Sociais e Educação**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GONÇALVES, M. **Subjetividade e Representações Sociais: Estado da arte da produção nacional 2000-2010**. Fundação Carlos Chagas: São Paulo, 2011.

HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Revista Educ. & Realidade**, Porto Alegre - UFRGS, v. 22, p. 15-46, 1997.

INSTITUTO DE AÇÃO SOCIAL PELA MÚSICA – IASPM. Disponível em: <<http://www.neojiba.org>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2018

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Site oficial do IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 22 de novembro de 2017

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS; INSTITUTO PÓLIS. Juventude brasileira e democracia: participação, esferas e políticas públicas. **Relatório final**. 2005. Disponível em: <www.ibase.org.br>. Acesso em: 22 de novembro de 2017

JODELET, D. Representações Sociais: um domínio em expansão. In: _____. (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 17-41.

KLEBER, M. **Música e Projetos sociais**. In: SOUZA, Jussara et al. Música, educação e Projetos sociais. Porto Alegre: Tomo Editoria, 2014.

LIMA, E. S.; CARLOTO, C. M. Ações socioeducativas: reflexões a partir de Freire. **Emancipação**, Ponta Grossa, V. 9 N 1, p. 127-139, 2009. Disponível em: <<http://www.uepg.br/emancipacao>>. Acesso em: 04 jul. 2015.

LIMA, R. et al. **Atlas da violência 2017**. Fórum brasileiro de segurança pública: Rio de Janeiro: 2017.

LOPES, E. S. de L.; PARK, M. B. Representação social de crianças acerca do velho e do envelhecimento. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 12, n. 2, p. 141-148, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?s294X2007000200006>>. Acesso em: 11 jun. 2017.

MONTEIRO, S. R. R. P. O marco conceitual da vulnerabilidade social. **Sociedade em Debates**. Pelotas, p. 29-40, 2011.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 5. ed. São Paulo, Brasília DF: Cortez / UNESCO, 2002. 118 p.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais – Investigação em Psicologia Social**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

NASCIMENTO, A. D. **Música, escola e sociabilidades juvenis em situação de risco social: a experiência da investigação no estágio pós doutoral**. In: CONGRESSO NACIONAL DA ABEM, 18; SIMPÓSIO PARANAENSE DE EDUCAÇÃO MUSICAL, 2009. Londrina: ABEM, 2009.

NASCIMENTO, A. D. Movimentos Sociais do Campo no Brasil e sua relação com a Educação e o Desenvolvimento Local Sustentável. In: NUNES, Eduardo et al. **Educação, Movimentos Sociais e Desenvolvimento Local Sustentável: Reflexões contemporâneas**. Salvador: EDUNEB, 2013.

NASCIMENTO, I. P. Um diálogo com o campo das Representações Sociais. In: ORNELLAS, M. de L. (Org.). **Representações Sociais e Educação: letras imagéticas III**. Salvador: EDUFBA, 2015. p. 45-68.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Cadernos de Pesquisas em Administração**, v. 1, n.3, 2º sem., 1996.

NUNES, E. José; S., Severino. No limiar da utopia: a autonomia e sustentabilidade no espaço contemporâneo. In: NUNES, Eduardo et al. **Educação, Movimentos Sociais e Desenvolvimento Local Sustentável: Reflexões contemporâneas**. Salvador: EDUNEB, 2013.

OBSERVATÓRIO DO PLANO NACIONAL EM EDUCAÇÃO. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/>>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2018

OLIVEIRA, J.; MORAES, K.; DOURADO, L. Função Social da Educação e da Escola. **Política e Gestão na Educação**. 2014, p. 1-3.

ORNELLAS, M. de L. S. **Imagem do Outro (e)ou imagem de si? Bello Monte vista por adolescentes de Canudos**. Bahia: Portfolium, 2001.

PENIN, S. T. de S.; ROBERTI, S. Representações Sociais e Representações do Sujeito: dialogando com Moscovici e Lefebvre. In: ENS, Romilda et al. **Representações Sociais: Fronteiras, interfaces e conceitos**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2013.

ROCHA, S. R. **Possibilidades e limites no enfrentamento da vulnerabilidade social juvenil: A experiência do Programa Agente Jovem em Porto Alegre**. 2007. 249 f. Tese

(Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

ROUQUETE, M. L. Representações sociais e práticas sociais: alguns elementos teóricos. In: A. S. P. MOREIRA; D. C. OLIVEIRA (Org.). **Estudos interdisciplinares de representações sociais**. Goiânia: Editora AB, 1998.

RUA, M. das G. **Políticas públicas**. 2. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração /UFSC, 2012. 128 p.

SÁ, C. P. **Núcleo Central Representações Sociais**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

SÁ, C. P. **A construção do Objeto de Pesquisa em Representações Sociais**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

SANTOS, H. **Desenvolvimento e inclusão social**. In: ORTEGA, E.; ULGIATI, S. (Ed.). Proceedings of IV Biennial International Workshop “Advances in Energy Studies”. Unicamp, Campinas, SP, Brazil, 2004. p. 175-180

SANTOS, M. F. S.; NOVELINO, A. M.; NASCIMENTO, A. P. O Mito da Maternidade: discurso tradicional sob roupagem modernizante? In: A. S. P. Moreira, (Org.). **Representações sociais: teoria e prática**. João Pessoa: Ed. Universitária, 2001.

SARROUY, A. D. **Atores da educação musical: etnografia comparativa entre três núcleos que se inspiram no programa El Sistema na Venezuela, no Brasil e em Portugal**. 2016. 529 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Lisboa, 2016.

SODRÉ, L. G. P.; REIS, I. T; GUTTIN, J. M. S. **Análise dos elementos da natureza nos desenhos livres de crianças da Educação Infantil**. In: VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2007, Concórdia - Santa Catarina. Educação, visão e crítica e perspectivas de mudança. Concórdia: Universidade do Contestado, 2007.

SOUSA, C. P.; NOVAES, A. de O. A compreensão de Subjetividade na obra de Moscovici. In: ENS, Romilda et al. **Representações Sociais: Fronteiras, interfaces e conceitos**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2013.

SOUZA, C. A Introdução Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**: Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2009.

SOUZA, J. Música em projetos sociais: a perspectiva da sociologia da educação musical. In: SOUZA, Jussara et al. **Música, educação e Projetos sociais**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2014.

SOUZA, J. et al. **Música, educação e projetos sociais**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2014.

SPINK, M. J. P. The Concept of Social Representations in Social Psychology. **Cad. Saúde Públ.**, Rio de Janeiro, vol.9 p. 300-308, 1993.

VILLAS BOAS, L. P. S. Teoria das representações sociais e o conceito de emoção: diálogos possíveis entre Serge Moscovici e Humberto Maturana. **Psicol. educ.** [online], n. 19, p. 143-166, 2004. Acesso em: 18 jun. 2015.

ZUCHETTI, D., T.; MOURA, E. Práticas socioeducativas e formação de educadores: novos desafios no campo social. Ensaio: aval. **pol. públ.** Educ., Rio de Janeiro, v. 18, n. 66, p. 9-28, 2010.

ANEXO A – Quadro 01 – Estado da arte

**QUADRO 1
ESTADO DA ARTE**

JUVENTUDES “AND” VULNERABILIDADES

Autoria	Título	Local e ano de publicação	Tipo de publicação	Palavra chave	Objetivos
FERREIRA, Danielle de Farias Tavares	Programa de educação (em tempo) integral: uma análise do discurso de atores participantes do programa mais educação	UFPE – Recife 2015	Mestrado em Educação	Programa Mais Educação; Educação em Tempo Integral; Discurso governamental sobre juventudes; Modo de tratamento dos jovens; Município do Ipojuca – PE	Identificar e delimitar as concepções de educação integral e juventude a partir da análise crítica do discurso oficial e dos discursos de seus agentes envolvidos

VULNERABILIDADE SOCIAL “AND” REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Autoria	Título	Local e ano de publicação	Tipo de publicação	Palavra chave	Objetivos
SERPE, Bernadete Machado	Educação, escola e instituições de contraturno social na cidade de Ponta Grossa: entrecruzamentos de valores e representações por diferentes vozes'	Doutorado em educação 2015	Universidade Estadual De Ponta Grossa, Ponta Grossa	Valores. Crianças e adolescentes. Relação família-escola. Vulnerabilidade social. Epistemologia genética. Representações sociais	Investigar as representações sobre o processo educacional abrangendo família, escola e valores; e o seu dimensionamento por distintas vozes, que envolvem o olhar para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social atendidos em instituições de contraturno social na cidade de Ponta Grossa.

REPRESENTAÇÕES “AND” PROJETOS SOCIAIS

Autoria	Título	Local e ano de publicação	Tipo de publicação	Palavras chaves	Objetivos
----------------	---------------	----------------------------------	---------------------------	------------------------	------------------

LAZZARI, Andre	A heterogeneidad e de significados da prática futebolística num programa social esportivo: um estudo etnográfico'	Rio Grande do Sul, 2013	Mestrado	Projetos sociais, futebol, crianças e adolescentes	Investigar como se articulam as expectativas e interesses dos coordenadores, orientadores e das crianças e adolescentes no cotidiano do programa social Esportivo em Cada Campo uma Escolinha (ECCE), e compreender de que forma isso se relaciona com a existência (e manutenção) do referido programa na agenda da política pública municipal.
VALLE, Marcelo Goncalves Moura	A favela que não cabia na fotografia: os limites da representação'	Rio de Janeiro, 2014	Mestrado	Favela; Representação social; Fotografia; Democratização da Comunicação	Identificar como são produzidas as representações sociais acerca das favelas e como elas se materializam em imagens, em fotografias
MELLO, Joao Gabriel De	Homens idosos em programas de esporte e lazer'	Rio de Janeiro, 2015	Mestrado	Homens idosos. Esporte. Lazer. Alternativas	Identificar os fatores que interferem na participação de homens idosos em programas de esporte e lazer
CALEGARO Paulo Roberto Rosa	Qual a parte que lhe cabe neste latifúndio? As representações sociais como instrumento de integração entre a responsabilidade e social empresarial e desenvolvimento territorial'	Bahia, 2014	Mestrado	Desenvolvimento territorial. Responsabilidade Social Empresarial. Representações Sociais	Compreender as expectativas e crenças que balizam as ações da sociedade civil e poder público de modo a orientar as práticas de responsabilidade e social da empresa

ALMEIDA, Izabela Amaral De	Convivência familiar e comunitária: um estudo de caso sobre as representações de crianças e adolescentes dos abrigos de Viçosa, MG	Minas Gerais, 2013	Mestrado	Crianças; adolescentes, acolhimento; Convivência; Família; Piaget, Jean 1896-1980; Representações Sociais;	Conhecer as representações das crianças e adolescentes inseridos na modalidade de Abrigo Institucional do município de Viçosa - MG, no que diz respeito à convivência familiar e comunitária.
----------------------------	--	--------------------	----------	--	---

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS “AND” JUVENTUDES

Título	Local e ano de publicação	Tipo de publicação	Palavra chave	Objetivos	Objetivos
Experiências de Escolarização: Sentidos e Projetos de Futuro de Jovens /Alunos do Instituto Federal de Alagoas	Alagoas, 2013	Mestrado	Ensino médio integrado. Experiência Escolar. Juventudes. Projetos de futuro	Identificar quem são os jovens que compõem o terceiro ano do ensino médio integrado do IFAL, como se dá a experiência de escolarização nesta etapa de ensino e as expectativas que carregam em relação a formação no IFAL e seus projetos de futuro.	Identificar quem são os jovens que compõem o terceiro ano do ensino médio integrado do IFAL, como se dá a experiência de escolarização nesta etapa de ensino e as expectativas que carregam em relação a formação no IFAL e seus projetos de futuro.

PROJETOS SOCIAIS “AND” JUVENTUDE

Autoria	Título	Local e ano de publicação	Tipo de publicação	Palavra chave	Objetivos
MOURA, renata paula santos	“Eles levam para a escola um rebelar-se diferente, eles levam para a escola um rebelar-se que talvez a gente não esteja se dando conta (...)”: novos olhares, novas costuras... O movimento hip	Pernambuco, 2015	Mestrado	Movimento hip hop. Juventude. Engajamento. Práticas Educativas. Gestão Escolar. Cultura Democrática.	Analisar como as ações advindas do movimento hip hop – espaço de produção e de transmissão de saberes – dialogam com a gestão da escola pública, refletindo mais especificamente as práticas educativas promovidas por meio do hip hop e suas repercussões no cotidiano escolar.

	hop e suas práticas educativas na escola				
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS “AND” JUVENTUDES “AND” PROJETOS SOCIAIS					
Autoria	Título	Local e ano de publicação	Tipo de publicação	Palavra chave	Objetivos
GRANDOLFO, Maria Ângela Pauperio	Formação de Professores de Ensino Médio e (In)visibilidade de Experiências de Protagonismo Juvenil'	Rio Grande do Sul, 2010	Mestrado	Educação continuada; Protagonismo Juvenil; Cultura	Possibilitar a reflexão sobre relações estabelecidas entre escola, professores e jovens, oportunizando um outro olhar e uma outra compreensão das formas de produção das culturas juvenis contemporâneas, das representações sociais sobre os jovens e suas implicações na cultura escolar.

ANEXO B – Tabela 02 – Hierarquização de palavras – “NEOJIBA”

Palavras	Importância
<i>MÚSICA(5); OPORTUNIDADE (2); FAMÍLIA(2); APRENDIZADO(1); SOCIAL(1); DESENVOLVIMENTO(1); ENSINAR(1); RESPONSABILIDADE(1); SOCIALIZAÇÃO(1); COMPROMISSO(1); ARTE(1); INTEGRAÇÃO(1); HARPA(1); CANTAR(1); AMOR(1); MUDANÇA(1); PROGRAMA SOCIAL(1);</i>	H1=23
<i>MÚSICA(3); OPORTUNIDADE (2); SOCIAL(2); INCLUSÃO(2); CORAL(2); ORQUESTRA(1); FAMÍLIA(1); AMIZADE(1) BEM ESTAR(1); AJUDAR(1); APRENDER(1); COMPROMETIMENTO(1); MELHOR(1); ENTROSAMENTO(1); ORGANIZAÇÃO(1); HUMANO(1); PRAZER(1);</i>	H2=23
<i>MÚSICA(2); OPORTUNIDADE(2); APRENDIZADO(2); RESPONSABILIDADE(2); ORQUESTRA(1); MULTIPLICAR(1); MULTIPLICAÇÃO(1); INCLUSÃO(1); AMIZADE(1); ARTE(1); DESAFIO(1) SUPERAÇÃO(1); PROJETO(1); APRENDER(1); RESPEITO(1); DISCIPLINA(1); ORIENTAÇÃO(1); NÚCLEOS(1); FOCO(1);</i>	H3=22
<i>ORQUESTRA(3); EXCELÊNCIA(2); SOCIEDADE(2); MÚSICA(1); MULTIPLICAÇÃO(1); SOCIAL(1); COMPROMETIMENTO(1); ARTE(1); DESAFIO(1); APRENDIZAGEM(1); VIAGEM(1); ORGULHO(1); ESCOLHAS(1); DEDICAÇÃO(1); COLEGAS(1); SONHOS(1); OBJETIVO(1); FELICIDADE(1); CAPRICHOS(1);</i>	H4=23
<i>ORQUESTRA(2); MÚSICA(1); OPORTUNIDADE(1); FAMÍLIA(1) DESENVOLVIMENTO(1); ENSINAR(1); SUPERAÇÃO(1); DEDICAÇÃO(1); TRABALHO EM GRUPO(1); BOLSA(1); PASSATEMPO PRECIOSO(1); RELAXAR(1); IMPORTANTE(1); VIOLA(1); ATENÇÃO(1); INFLUÊNCIA(1); COLETIVO(1); VONTADE(1); FLAUTA(1); CONVIVÊNCIA(1); FUTURO(1); LUCRAR(1)</i>	H5=23
	115 palavras

ANEXO C – TABELA 03 – AGRUPAMENTO DA HIERARQUIZAÇÃO DE PALAVRAS-
“NEOJIBA”

Palavras	Frequência
MÚSICA	
MÚSICA (H1)(H2)(H3)(H5)	12
ORQUESTRAS (H2)(H3)(H4)(H5)	07
HARPA(H1); VIOLA(H5); FLAUTA (H5)	03
CORAL(H2); CANTAR(H1)	03
TOTAL	25
VALORES	
RESPONSABILIDADE(H1)(H3); COMPROMISSO(H1); COMPROMETIMENTO(H2)(H4); ORGANIZAÇÃO(H2); SUPERAÇÃO(H3)(H5); RESPEITO(H3); DISCIPLINA(H3); EXCELÊNCIA(H4) DEDICAÇÃO(H4)(H5); ATENÇÃO(H5); LUGAR(H5); MELHOR(H2)	18
TOTAL	18
APRENDIZAGEM	
APRENDIZADO (H1)(H3); DESENVOLVIMENTO(H1)(H5); ENSINAR(H1)(H5); APRENDER (H2)(H3); AJUDAR(H2); ORIENTAÇÃO (H3); APRENDIZAGEM (H4); MULTIPLICAR (H3); MULTIPLICAÇÃO (H3)(H4)	12 03
TOTAL	15
DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
SOCIAL(H1)(H2)(H4); SOCIEDADE(H4)	06
FAMÍLIA(H1)(H2)(H5);	04
HUMANO(H2); INCLUSÃO(H2)(H3);	02
BOLSA(H5)	01
TOTAL	13
SOCIALIZAÇÃO	
SOCIALIZAÇÃO(H1); INTEGRAÇÃO(H1); ENTROSAMENTO(H2); NÚCLEOS(H3); TRABALHO EM GRUPO(H5); COLETIVO(H5); CONVIVÊNCIA(H5)	07
AMIZADE(H2)(H3); COLEGAS(H4)	03
TOTAL	10
BEM ESTAR	
BEM ESTAR(H2); PRAZER(H2); FELICIDADE(H4); PASSATEMPO PRECIOSO(H5); RELAXAR(H5); VIAGEM(H4)	05 01
CAPRICO(H4)	01
TOTAL	07
OPORTUNIDADE	07
OPORTUNIDADE (H1)(H2)(H3)(H5)	
TOTAL	07
IDEALIZAÇÃO	
FOCO(H3); SONHOS(H4); OBJETIVO(H4); ESCOLHAS(H4); FUTURO(H5);	05
VONTADE(H5);	01
TOTAL	06
PROGRAMA SOCIAL	

PROGRAMA SOCIAL(H1); PROJETO(H3);	04
TOTAL	04
ARTE	
ARTE (H1)(H3)(H4)	03
TOTAL	03
DESAFIO	
DESAFIO(H3)(H4)	02
TOTAL	02
AMOR	
AMOR(H1)	01
TOTAL	01
MUDANÇA	
MUDANÇA(H1)	01
TOTAL	01
ORGULHO	
ORGULHO (H4)	01
TOTAL	01
IMPORTANTE	
IMPORTANTE(H5)	01
TOTAL	01
INFLUÊNCIA	
INFLUÊNCIA (H5)	01
TOTAL	01
	115

**ANEXO D – TABELA 04 – CARACTERIZAÇÃO DO NÚCLEO FIGURATIVO DA RS
DO NEOJIBA– N= 115**

Elementos centrais	Frequência > 20
Música (H1)(H2)(H3)(H4)(H5)	25
Total	25
Elementos Intermediários	Frequência 20
Valores (H1); (H2); (H3); (H4); (H5)	18
Aprendizagem (H1);(H2);(H3);(H4); (H5)	15
Desenvolvimento Social (H1);(H2);(H3);(H4); (H5)	13
Total	46
Elementos periféricos	Frequência 10
Socialização (H1);(H2);(H3);(H5)	10
Oportunidade (H1);(H2);(H3);(H5)	07
Bem estar (H2);(H4);(H5)	07
Idealização (H3);(H4);(H5)	06
Programa Social (H1);(H3)	04
Arte (H1);(H3);(H4)	03
Desafio (H3);(H4)	02
Amor (H1)	01
Mudança (H1)	01
Orgulho (H4)	01
Importante(H5)	01
Influência (H5)	01
Total	44



ANEXO E – Termo de consentimento livre e esclarecido

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE**



**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
ESTA PESQUISA SEGUIRÁ OS CRITÉRIOS DA ÉTICA EM PESQUISA COM SERES
HUMANOS CONFORME RESOLUÇÃO Nº 466/12 DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE.**

I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome do Participante: _____
 Documento de Identidade nº: _____ Sexo: F () M ()
 Data de Nascimento: / /
 Endereço: _____ Complemento: _____
 Bairro: _____ Cidade: _____ CEP: _____
 Telefone: () / () /

II- DADOS SOBRE A PESQUISA CIENTÍFICA:

- 1. TÍTULO DO PROTOCOLO DE PESQUISA:** “REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O NEOJIBA: educação sustentável de jovens baianos em situação de vulnerabilidade social”
- 2. PESQUISADOR RESPONSÁVEL:** Natanael Reis Bomfim
Cargo/Função Coordenador e Prof. Doutor do PPGEDUC/Orientador

III-EXPLICAÇÕES DO PESQUISADOR AO PARTICIPANTE SOBRE A PESQUISA:

O (a) senhor (a) responsável pelo jovem está sendo convidado (a) a autorizar a participação do mesmo à pesquisa: “REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O NEOJIBA: educação sustentável de jovens baianos em situação de vulnerabilidade social”, de responsabilidade da pesquisador e orientador Natanael Reis Bomfim, docente do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia que tem como objetivo apreender o conteúdo das Representações Sociais sobre o NEOJIBA junto aos jovens em situação de vulnerabilidade social, atendidos pelo programa, na perspectiva de levantar pistas que justifiquem atitudes e/ou orientem práticas socioeducativas sustentáveis.

A realização desta pesquisa trará ou poderá trazer benefícios tanto a Organização Social responsável pelas ações de gestão das práticas socioeducativas, como legitimar a efetividade e a identificação dessas práticas junto aos jovens atendidos, pois através do conteúdo das representações sociais que os mesmos possuem sobre o programa NEOJIBA, poderemos apreender pistas justificatórias e orientadoras das

respectivas práticas desenvolvidas. Caso aceite o Senhor (a) permitirá que o jovem seja entrevistado e estas entrevistas serão apenas gravadas em áudio. A coleta de dado será realizada pela discente Tansir Omoni Sacramento dos Santos, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da UNEB.

A participação do jovem é voluntária e não haverá nenhum gasto ou remuneração resultante dela. Garantimos que sua identidade será tratada com sigilo e, portanto, nenhum participante será identificado. Esta pesquisa respeita o que determina o ECA –Estatuto da criança e do adolescente desta forma a imagem se seu filho será preservada. Caso queira (a) senhor (a) e o seu filho (a) poderão, a qualquer momento, desistir de participar e retirar sua autorização. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição. Quaisquer dúvidas que o (a) senhor (a) ou o jovem apresentar serão esclarecidas pela pesquisadora e o Sr. (a) caso queira poderá entrar em contato também com o Comitê de ética da Universidade do Estado da Bahia. Esclareço ainda que de acordo com as leis brasileira o Sr. (a) tem direito a indenização caso seja prejudicado por esta pesquisa. O (a) senhor (a) receberá uma cópia deste termo onde consta o contato dos pesquisadores, que poderão tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

V. INFORMAÇÕES DE NOMES, ENDEREÇOS E TELEFONES DOS RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO DA PESQUISA, PARA CONTATO EM CASO DE DÚVIDAS

PESQUISADORES RESPONSÁVEIS: Tansir Omoni Sacramento dos Santos **Endereço:** Av Juracy Magalhães Jr. N 2426 **Telefone:** (71) 30146313, **E-mail:** tansysac@hotmail.com/ Natanael Reis Bomfim **Endereço:** Rua Silveira Martins, 2555, Cabula. Salvador-BA. CEP: 41.150-000 **telefone:** 71 999031957 **Email:** nabom_reis@hotmail.com

Comitê de Ética em Pesquisa- CEP/UNEB Rua Silveira Martins, 2555, Cabula. Salvador-BA. CEP: 41.150-000. Tel.: 71 3117-2445 e-mail: cepuneb@uneb.br

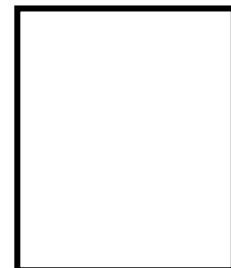
Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP SEPN 510 NORTE, BLOCO A 1º SUBSOLO, Edifício Ex-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde CEP: 70750-521 - Brasília-DF

V. CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

Após ter sido devidamente esclarecido pelo pesquisadora sobre os objetivos benéficos da pesquisa e riscos de minha participação na pesquisa, concordo em participar sob livre e espontânea vontade, como voluntário consinto que os resultados obtidos sejam apresentados e publicados em eventos e artigos científicos desde que a minha identificação não seja realizada e assinarei este documento em duas vias sendo uma destinada ao pesquisador e outra a via que a mim.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do participante da pesquisa



Assinatura do pesquisador discente
(orientando)

Assinatura do professor responsável
(orientador)



ANEXO F - Teste de associação livre de palavras
TALP



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE
LINHA 3 – EDUCAÇÃO, GESTÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

TESTE DE ASSOCIAÇÃO LIVRE DE PALAVRAS
TALP

Pesquisa: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O NEOJIBA: Educação Sustentável de jovens baianos em situação de vulnerabilidade social
Orientanda: Tansir Omoni Santos
Orientador: Natanael Reis Bonfim

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a sua participação nessa pesquisa. Nesse momento, te convido a pensar em cinco palavras que vem a sua mente quando pensa sobre o NEOJIBA.

Muito bem! Agora, faremos a hierarquização das palavras. Enumere, de 1 a 5, sendo:
1 - A mais importante de todas. 2 - Extremamente importante. 3 - Muito importante.
4 - Importante. 5 - A menos importante.

Palavras	Hierarquização

Muito obrigada!

ANEXO G – Grupo focal

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE
LINHA 3 – EDUCAÇÃO, GESTÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

GRUPO FOCAL

Pesquisa: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O NEOJIBA: Educação Sustentável de jovens baianos em situação de vulnerabilidade social

Orientanda: Tansir Omoni Santos

Orientador: Natanael Reis Bonfim

*Obrigada por permanecer conosco! Agora iremos solicitar que você **desenhe** a imagem que vem a sua mente a respeito do NEOJIBA. Bom trabalho!*



ANEXO H – Termo de autorização institucional NEOJIBA



CARTA DE AUTORIZAÇÃO

Eu, Elizabeth Ponte de Freitas, Diretora Institucional, declaro estar informada da metodologia que será desenvolvida na pesquisa “Representações Sociais sobre o NEOJIBA: educação sustentável de jovens baianos em situação de vulnerabilidade social”, coordenada por Tansir Omoni Sacramento dos Santos. Ciente de que sua metodologia será desenvolvida conforme os princípios da ética em pesquisa no país, e que esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.

Salvador, 05 de julho de 2017.


Elizabeth Ponte de Freitas
Diretora Geral
IASPM

Carimbo e Assinatura



Núcleos Estaduais de Orquestras Juvenis e Infantis da Bahia
Setor de Desenvolvimento Social

DADOS CADASTRAIS			
Nome completo do aluno			
Status: () Ativo () Inativo	Grupo: () Orquestra () Coral () Iniciação Musical () Outro _____		
NPO:	O instrumento é do aluno: () Sim () Não		
Qual o instrumento do aluno: () Violão () Violino () Viola () Violoncello () Clarineta () Contrabaixo () Fagote () Flauta () Oboé () Trompete () Trompa () Trombone () Tuba () Harpa () Saxofone () Percussão () Piano () Bombardino () outro _____			
Gênero: () Masculino () Feminino	Cor/ Raça: () negro () pardo () amarelo () branco		
Data de Nascimento / /	Faz parte de comunidade tradicional: () não () quilombola () indígena () cigano () ribeirinha () terreiros () outros		
Idade:	Certidão de Nascimento nº _____ Livro _____ folha _____		
Cidade onde nasceu:	Pais de origem	ESTADO:	
RG do integrante		CPF do integrante:	
Endereço do integrante: Rua/Av			
Bairro:	CEP:	Cidade:	
Celular do integrante:		E-mail do integrante:	
Tel Res.	Possui NIS (CadÚnico) () Não () Sim Nº NIS:		
Nome da Mãe			
RG da mãe	CPF da mãe	Cel da mãe	
Endereço: Rua/Av			
Bairro	CEP	Cidade	ESTADO
Telefone da casa:	Email da mãe		
Nome do Pai			
RG do pai	CPF do pai	Cel/Tel do pai	
Responsável: () Eu () Mãe () Pai () Outro:			
Caso o responsável não for à mãe do integrante, preencher abaixo.			
Nome do Responsável	RG	CPF	
Endereço Rua/Av			
Bairro	CEP	Cel	

Tel Res.	Email:	
DADOS BANCÁRIOS		
Banco:	Agência:	Nº Conta
DADOS ESCOLARES		
<input type="checkbox"/> Não alfabetizado Ensino Fundamental: <input type="checkbox"/> 1 ano <input type="checkbox"/> 2 ano <input type="checkbox"/> 3 ano <input type="checkbox"/> 4 ano <input type="checkbox"/> 5 ano <input type="checkbox"/> 6 ano <input type="checkbox"/> 7 ano <input type="checkbox"/> 8 ano <input type="checkbox"/> 9 ano Ensino Médio <input type="checkbox"/> 1 ano <input type="checkbox"/> 2 ano <input type="checkbox"/> 3 ano Ensino Técnico <input type="checkbox"/> 1 ano <input type="checkbox"/> 2 ano <input type="checkbox"/> 3 ano <input type="checkbox"/> 4 ano Outros: _____		
Status <input type="checkbox"/> Concluído <input type="checkbox"/> Cursando <input type="checkbox"/> Trancado <input type="checkbox"/> Desistente		
Nome da Escola/ Universidade:		
A escola está localizada: <input type="checkbox"/> no seu bairro <input type="checkbox"/> em outro bairro		
A escola é: <input type="checkbox"/> Municipal <input type="checkbox"/> Estadual <input type="checkbox"/> Federal <input type="checkbox"/> Particular		
DADOS SÓCIOECONÔMICOS/HABITACIONAL		
Quantas pessoas moram em sua casa? <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 ou <input type="checkbox"/> 6 a mais		
Onde está localizada a sua casa: <input type="checkbox"/> zona rural <input type="checkbox"/> zona urbana		
Qual a renda mensal da sua família? *Considerar apenas rendimentos provenientes de trabalho (com ou sem carteira assinada, formal ou informal), ou seja, não considerar benefícios e bolsas. <input type="checkbox"/> até meio salário mínimo <input type="checkbox"/> até um salário mínimo <input type="checkbox"/> entre 1 e 2 salários mínimos <input type="checkbox"/> entre 2 e 3 salários mínimos <input type="checkbox"/> entre 3 e 4 salários mínimos <input type="checkbox"/> 5 ou mais salários mínimos Especifique: _____		
Quantas pessoas contribuem para a obtenção da renda familiar? <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 ou mais		
A casa que você mora é: <input type="checkbox"/> própria <input type="checkbox"/> alugada <input type="checkbox"/> casa de parente <input type="checkbox"/> emprestada <input type="checkbox"/> cedida pelo governo <input type="checkbox"/> outros Obs: _____		
Quantos cômodos tem sua casa? <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 ou mais		
Qual é o material predominante na construção das paredes externas do seu domicílio? <input type="checkbox"/> Alvenaria/bloco/cimento <input type="checkbox"/> Madeira <input type="checkbox"/> Taipa revestida <input type="checkbox"/> Madeira aproveitada <input type="checkbox"/> Outro material		
A sua casa está localizado em área de risco de desabamento ou alagamento? <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim		
A sua casa está localizada em área com presença de conflito/violência? <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim		
A sua casa tem água canalizada? <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim		
Onde é lançado o esgoto de sua casa? <input type="checkbox"/> rede da EMBASA <input type="checkbox"/> fossa <input type="checkbox"/> rua		

Em sua rua tem coleta de lixo? () regular () irregular () Não possui
Em sua casa tem energia elétrica? () Não () Sim É Compartilhada com outra casa? () Sim () Não
Existe calçamento/pavimentação na sua rua? () Total () Parcial () Não existe
Qual o meio de transporte que você mais utiliza? () carro particular () moto () ônibus () outros: _____
Existe oferta de transporte coletivo em sua rua? () Não () Sim
Recebe algum tipo de benefício socioassistencial disponibilizado pelo governo? () Não () Sim
Caso sim, qual benefício? <input type="checkbox"/> BE (Benefício Eventual: Cesta básica, auxílio natalidade, auxílio funeral, aluguel social) <input type="checkbox"/> BPC (Benefício de prestação continuada) <input type="checkbox"/> PBF (Programa Bolsa Família) <input type="checkbox"/> Outro: _____
DADOS DE SAÚDE
O integrante possui algum problema de saúde? () não () sim, qual? _____
O integrante possui alguma dor no corpo causada por esforço repetitivo? () não () sim
O integrante é alérgico? () não () sim, a que? _____
O integrante faz algum tratamento medicamentoso? () não () sim
Se sim, qual nome do medicamento que usa _____
O integrante possui alguma deficiência? () não () sim, qual? _____
Necessita de alguma adaptação específica? Qual? _____
Em caso do integrante com deficiência, recebe o BPC (benefício de prestação continuada)? () sim () não
O integrante foi ao dentista há quanto tempo? () nunca () 6 meses () 1 ano () 2 anos a mais
Possui plano de assistência médica? () não () sim Qual _____
Possui cartão do SUS? () não () sim Número: _____
Em caso de emergência ligar para _____
Fone _____ Hospital a ser encaminhado _____
DADOS INTRAFAMILIAR (RESIDENTES NO DOMICÍLIO)
Relações de convivência intrafamiliar: <input type="checkbox"/> Conflituosa () sem conflitos relevantes () com violência () harmoniosa
Há ou houve casa de violação de direitos/ Discriminação contra algum membro da família? () não () sim
Se sim, qual? () Intolerância religiosa () Intolerância racial () violência doméstica () abuso sexual <input type="checkbox"/> trabalho infantil () negligencia, abuso ou exploração de idoso () negligencia, abuso ou exploração da

<p> <input type="checkbox"/> pessoa com deficiência () Outros: _____ </p>
<p> <input type="checkbox"/> Na família existe algum jovem cumprindo medidas sócioeducativas (MSE)? () não () sim </p>
<p align="center">Informações sobre as condições de saúde da família</p>
<p> <input type="checkbox"/> A família possui algum integrante com alguma deficiência? () Não () Sim </p>
<p> <input type="checkbox"/> A família possui idoso que necessita de cuidados especiais? () Não () Sim </p>
<p> <input type="checkbox"/> Algum membro da família é portador de alguma doença grave e /ou transtorno mental? () Não () Sim </p>
<p> <input type="checkbox"/> Algum membrô da família faz uso abusivo de álcool? () Não () Sim </p>
<p> <input type="checkbox"/> Algum membro da família faz uso de substâncias psicoativas/ drogas (crack, cocaína, maconha, etc.) () Não () Sim </p>
<p> <input type="checkbox"/> Presença de gestante(s) na família: () Não () Sim. </p>
<p align="center">Informações sobre a convivência familiar e comunitária</p>
<p> <input type="checkbox"/> Há quantos anos a família mora no município: _____ () a família sempre morou no município </p>
<p> <input type="checkbox"/> Há quantos anos a família mora no bairro atual: _____ () a família sempre morou no mesmo bairro </p>
<p> <input type="checkbox"/> A família, ou algum de seus membros é vítima de ameaças ou de discriminação na comunidade onde reside? () Não () Sim </p>
<p> <input type="checkbox"/> A família possui parentes que residam próximo ao seu local de moradia e que constituam rede de apoio e solidariedade? () Não () Sim </p>
<p> <input type="checkbox"/> A família possui vizinhos que constituam rede de apoio e solidariedade? () Não () Sim </p>
<p> <input type="checkbox"/> A família, ou algum de seus membros, participa de grupos religiosos, comunitários ou outros grupos/instituições que constituam rede de apoio e solidariedade? () Não () Sim </p>
<p> <input type="checkbox"/> A família, ou algum de seus membros, participa de movimentos sociais, sindicatos, organizações comunitárias, conselhos ou quaisquer outras ações ou instituições voltada para organização política e defesa de interesses coletivos? () Não () Sim </p>
<p> <input type="checkbox"/> Tem irmãos participando de atividades no NEOJIBA? () não () sim </p>
<p align="center">Contribuição do Neojiba na superação de questões sociais/ na superação de dificuldades</p>
<p> <input type="checkbox"/> A família reconhece o NEOJIBA como algo que contribui para a superação ou enfrentamento dos seus problemas e dificuldades? () Sim () Não () Parcial </p>
<p> <input type="checkbox"/> Ao participar do NEOJIBÁ, a família notou alguma mudança na relação sociofamiliar? </p>
<p> <input type="checkbox"/> Houve um agravamento/piora em relação à situação inicial da família/indivíduo </p>
<p> <input type="checkbox"/> A situação atual é equivalente à situação inicial </p>
<p> <input type="checkbox"/> Houve avanço/melhoria em relação à situação inicial da família/ indivíduo </p>
<p> <input type="checkbox"/> Houve significativo avanço/melhoria situação inicial da família/ indivíduo </p>
<p>Observações</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>